



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

RELATÓRIO ESTATÍSTICO ANUAL
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

2016

DESEMBARGADOR RICADO OROFINO DA LUZ FONTES
CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

DESEMBARGADOR SALIM SCHEAD DOS SANTOS
VICE-CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

JANEIRO 2017

Corregedoria-Geral da Justiça
Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208 – 11º andar da Torre I – Centro
Florianópolis/SC – CEP: 88020-901



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	03
2 NÚCLEOS ESPECIALIZADOS	04
2.1 Núcleo I: Procedimentos Administrativos Disciplinares e Processo de Vitaliciamento.....	04
2.2 Núcleo II: Estudos, Planejamento e Projetos.....	05
2.2.1 Atividades desenvolvidas durante o ano de 2016.....	05
2.2.2 Projetos e estudos desenvolvidos pelo Núcleo II.....	12
2.3 Núcleo III: Foro Judicial	15
2.3.1 Correições presenciais.....	16
2.3.2 Correições virtuais	17
2.3.3 Estatística geral – correições	20
2.3.4 Projeto	21
2.3.5 Atividades	22
2.4 Núcleo IV: Serventias Extrajudiciais.....	24
2.4.1 Considerações iniciais.....	24
2.4.2 Atividades desenvolvidas	25
2.4.3 Comissão dos Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais – 2016.....	39
2.4.4 Projetos do Núcleo IV.....	43
2.4.5 Atividades desenvolvidas nos setores do selo de fiscalização, ressarcimento e ajuda de custo.....	65
2.5 Núcleo V: Direitos Humanos	71
2.5.1 Considerações iniciais.....	71
2.5.2 Ações.....	73
2.5.3 Atividades	75
2.5.4 Projetos.....	81
3 COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO (CEJA).....	86
3.1 Apresentação	86
3.2 Atribuições	87
3.3 Projetos/Atividades	88
3.4 Dados Estatísticos	90
4 SECRETARIA DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA.....	92



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

4.1 Divisão Administrativa.....	94
4.2 Divisão Judiciária.....	95
4.3 Assessoria Técnica Correicional	98
4.4 Assessoria de Custas e Emolumentos.....	102
4.5 Assessoria de Informática.....	106
4.6 Suporte Técnico de Informática.....	115
4.7 Central de Atendimento	119
5 ANEXOS.....	120
5.1 Anexo I: Movimento forense da justiça de primeiro grau de jurisdição.....	120
5.2 Anexo II: Análise do movimento das casas da cidadania	127

1 APRESENTAÇÃO

O relatório estatístico da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJ) tem a finalidade de apresentar as principais informações estatísticas, bem como os projetos e atividades desenvolvidos ao longo do exercício de 2016.

O documento contempla dados da produtividade da Justiça de Primeiro Grau e das ações desenvolvidas administrativamente por este Órgão, que buscou, ao longo desta gestão, o fortalecimento do seu papel de orientação e apoio aos magistrados, servidores, notários e oficiais do registro público, em favor da sociedade catarinense.

Aproveitamos a oportunidade para, novamente, reconhecer a dedicação e o esforço de todos os colaboradores que tornaram possível a concretização dos objetivos estabelecidos, na busca de um Judiciário mais eficiente, célere e humanizado.

Florianópolis, 16 de janeiro de 2017.

Desembargador Ricardo Orofino da Luz Fontes
Corregedor-Geral da Justiça

Desembargador Salim Schead dos Santos
Vice-Corregedor-Geral da Justiça

2 NÚCLEOS ESPECIALIZADOS

2.1 Núcleo I: Procedimentos Administrativos Disciplinares e Processo de Vitaliciamento

Durante o ano de 2016, tramitaram no Núcleo I da CGJ, por meio do Sistema de Automação da Justiça (SAJ) – CGJ, 355 (trezentos e cinquenta e cinco) procedimentos administrativos disciplinares, dos quais 39 (trinta e nove) eram remanescentes do ano anterior, e 316 (trezentos e dezesseis) foram distribuídos no transcurso do ano.

Dos 355 (trezentos e cinquenta e cinco), 311 (trezentos e onze) foram arquivados e apenas 44 (quarenta e quatro) permanecem em trâmite.

Tramitaram, também, 54 (cinquenta e quatro) processos no Sistema de Processos Administrativos (SPA), os quais, a despeito de não autuados neste Órgão, demandaram análise e manifestação.

Da mesma forma, conquanto distribuídos ao Núcleo III deste Órgão e não autuados no Núcleo I, 40 (quarenta) Representações por Excesso de Prazo decorrentes do Provimento n. 36 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que dispõe sobre a estrutura e procedimentos das Varas da Infância e Juventude, exigiram a emissão de parecer.

O Núcleo I formulou, ainda, duas propostas de processo administrativo disciplinar ao Tribunal Pleno, uma de instauração e outra de arquivamento, e apreciou 15 (quinze) procedimentos de vitaliciamento de juízes substitutos.

O Juiz Corregedor prestou 31 (trinta e um) atendimentos presenciais – magistrados, servidores, advogados e/ou jurisdicionados – e 13 (treze) via

contato telefônico, todos com encaminhamentos, orientações e/ou esclarecimentos.

Importa destacar que, além dos trabalhos desenvolvidos no Núcleo I, o Juiz Corregedor do referido setor é membro do Conselho Gestor de Engenharia, cuja periodicidade de reunião é mensal, e do Conselho de Gestão Socioambiental, que, no geral, reúne seus membros em igual periodicidade.

2.2 Núcleo II: Estudos, Planejamento e Projetos

2.2.1 Atividades desenvolvidas durante o ano de 2016

O Núcleo II da CGJ atuou na orientação, apoio e desenvolvimento de projetos e iniciativas de alta relevância na atividade jurisdicional de primeiro grau.

Na linha dos objetivos estratégicos definidos nesta gestão, foram realizadas atividades precipuamente voltadas ao primeiro grau de jurisdição, entre as quais se elencam:

Orientação

A orientação está presente em quase todas as atividades desempenhadas pelo Núcleo, transmitidas por meio de pedidos de providências e atendimentos diversos. Em 2016, as atenções foram concentradas na atualização das Orientações n. 17, 25, 45, 47, 51, 53, 56, bem como na edição da Orientação n. 62, que trata de uma das inovações trazidas pelo Código de Processo Civil (artigo 340).

Apoio

Como principal iniciativa de apoio, foi instituído o Programa CGJ APOIA, com foco no impulso do acervo de processos eletrônicos e no estímulo à organização cartorária e de gabinete (Provimento CGJ n. 11/2016). Formou-se equipe para a execução dessas rotinas, sob a supervisão da Assessoria Técnica Correicional (ATC).

Em síntese, o trabalho desenvolvido pela equipe de apoio consiste na organização e impulso do acervo eletrônico, de forma remota, enquanto a unidade judiciária mantém as atenções na digitalização do acervo físico e sua reorganização.

No desenvolvimento do projeto, atuou-se, a princípio em caráter experimental, na 1ª Vara Cível da Comarca da Capital e na 2ª Vara Criminal de São José. Com a finalização, a 2ª Vara da comarca de Içara foi a primeira a receber o auxílio de forma oficial.

Os resultados obtidos são significativos, de forma que implicaram, em cada período respectivo de atuação, 8.920 (oito mil novecentas e vinte) movimentações e 4.807 (quatro mil oitocentos e sete) documentos emitidos na 1ª Vara Cível da comarca da Capital; 1.493 (mil quatrocentas e noventa e três) movimentações e 789 (setecentos e oitenta e nove) documentos expedidos na 2ª Vara Criminal da comarca de São José; e 5.564 (cinco mil quinhentas e sessenta e quatro) movimentações e 1.756 (mil setecentos e cinquenta e seis) documentos emitidos na 2ª Vara da comarca de Içara. Totalizou-se, assim, 15.977 (quinze mil novecentos e setenta e sete) movimentações e 7.352 (sete mil trezentos e cinquenta e dois) documentos emitidos.

Outro aspecto positivo é a redução de processos sem movimentação há mais de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias: de 962 (novecentos e sessenta e dois) para 317 (trezentos e dezessete) processos na 1ª Vara Cível da comarca da Capital, e de 2.347 (dois mil, trezentos e quarenta e sete) para 1.507 (mil quinhentos e sete) processos na 2ª Vara da comarca de Içara no final do período de apoio, a considerar que nesta unidade as execuções fiscais integram o acervo pendente de movimentação. A 2ª Vara Criminal da comarca

de São José conseguiu digitalizar todo o seu acervo físico naquele interregno. Atualmente, o auxílio é prestado à Vara Única da comarca de Araquari.

Serviços

Com relação aos serviços oferecidos à sociedade, destacam-se a atuação do Programa CGJ APOIA e sua atividade de auxílio ao julgamento de processos, que refletiram incremento na entrega jurisdicional.

Como uma evolução ao mutirão de sentenças e ao Programa Permanente de Julgamento Prioritário, o CGJ APOIA é um programa concebido para viabilizar o julgamento dos processos de conhecimento conclusos para sentença no acervo da Justiça de Primeiro Grau, distribuídos há mais de cinco anos mediante a captação e distribuição aos magistrados sentenciantes escolhidos com base nos critérios objetivos definidos na Resolução Conjunta n. 6/2014 GP/CGJ, alterada pela Resolução Conjunta n. 5/2016 GP/CGJ.

Em 2016, foram encaminhados 2.269 (dois mil duzentos e sessenta e nove) processos para julgamento. Ao todo, 41 (quarenta e um) juízes sentenciantes auxiliaram 22 (vinte e duas) unidades cedentes. O mesmo programa atuou na eleição das unidades para a remessa de processos aos candidatos que integram a última fase do concurso de ingresso na carreira da magistratura, cujo julgamento é utilizado como fase preparatória pela Academia Judicial. Este trabalho resultou na distribuição de 1.445 (mil quatrocentos e quarenta e cinco) processos. Os 17 (dezessete) candidatos auxiliaram nove unidades.

Procedimentos internos

Trabalhou-se juntamente com os demais núcleos na definição de demandas para a atualização do Sistema de Atendimento da Corregedoria, as

quais foram encaminhadas à Assessoria de Informática deste Órgão Correicional para implementação.

Além dos projetos acima enumerados, o Núcleo II trabalhou nas seguintes demandas:

- Editadas duas Resoluções Conjuntas, um Provimento, 19 (dezenove) Circulares e 28 (vinte e oito) Comunicados Eletrônicos;
- Movimentados seis processos físicos;
- Exarados 167 (cento e sessenta e sete) pareceres, 53 (cinquenta e três) despachos no SAJ5 e 175 (cento e setenta e cinco) expedientes no SPA;
- Respondidos 747 (setecentos e quarenta e sete) atendimentos no Sistema da Central de Atendimento;
- Participação em 93 (noventa e três) reuniões internas;
- Participação em 23 (vinte e três) videoconferências;
- Recebimento e liberação dos lotes do Programa DNA em Audiência em Santa Catarina (PRODNASC) – o Núcleo atua no envio de comunicado às unidades e na definição da quantidade de lotes a serem liberados. Em 2016 foram distribuídos 1.449 (mil quatrocentos e quarenta e nove) *kits*;
- Divulgação da lista de jurados voluntários – anualmente é divulgada pelo Núcleo a lista de jurados voluntários cadastrados no sistema, até o dia 20 de setembro, para subsidiar a lista geral a ser publicada pelas comarcas, em cumprimento ao artigo 426 do Código de Processo Penal;
- Revisão das Resoluções do CNJ – nos termos da Portaria do CNJ n. 139/2016, foi realizado um estudo para a discussão interna, definições e encaminhamento de sugestões de atualização normativa, que resultou na soma de 245 (duzentas e quarenta e cinco) resoluções avaliadas;
- Análise e criação de novos modelos de documento do SAJ – a partir da vigência do Novo Código de Processo Civil (NCPC), desenvolveu-se trabalho conjunto com a ATC, com a Seção de Revisão de Acórdãos e com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) na revisão de todos

- os modelos de expediente disponíveis no SAJ, de modo a resultar no montante de 1.538 (mil quinhentos e trinta e oito) modelos. Essa pioneira atividade de revisão englobou aspectos jurídicos e gramaticais;
- Atualização permanente do Código de Normas da CGJ (CNCGJ) – o Núcleo também atua na atualização normativa do CNCGJ e da sua versão anotada, a somar, em 2016, 15 (quinze) provimentos emitidos;
 - Confeção de lista de processos conclusos e recebidos – em cumprimento aos artigos 12 e 153, § 1º, do Código de Processo Civil, confeccionou-se lista cronológica de processos conclusos nos meses de março, abril, maio, junho, julho e agosto, a qual foi disponibilizada no site da Corregedoria, até a liberação da funcionalidade pela empresa desenvolvedora do SAJ;
 - Impulso a processos de ações de massa e de execuções fiscais pendentes de arquivamento – com o foco na baixa de autos constituídos de decisão já prolatada, atuou-se fortemente no auxílio para a execução em bloco e de forma remota de tais atividades, que importaram na baixa de cem mil processos;
 - Apoio na confeção de modelo e impulso processual de ações iniciais – a 3ª Vara da Fazenda Pública da comarca de Joinville possuía acervo significativo de processos pendentes de recebimento da petição inicial. Desenvolveu-se automação que imprimiu celeridade no andamento desses feitos, de maneira a se despachar, em bloco, 26.000 (vinte e seis mil) processos;
 - Revisão do conteúdo do curso de práticas cartorárias do SAJ5 – a Academia Judicial criou curso em formato de Educação à Distância (EAD) para o treinamento dos servidores na adequada utilização do sistema, que foi submetido a conferência da ATC e do Núcleo II;
 - Aprovação de funcionalidades e outras melhorias encaminhadas via sistema *redmine* – foram respondidas demandas encaminhadas pela DTI que envolvem a aprovação de pequenas alterações de sistema,



criação de modelos de documentos etc. Em 2016, responderam-se 120 (cento e vinte) tarefas;

- Discussão acerca dos tipos de documento digital – formou-se grupo específico com o desiderato de atuar na compilação de todas as sugestões encaminhadas para a revisão da tabela de tipos de documentos digitais, composto de representantes do Conselho Gestor de Tecnologia da Informação (CGINFO), da DTI e da ATC. Para auxiliar nas definições, foi solicitado a algumas unidades de competência especializada o envio de sugestões para a criação de novos tipos de documento. Já se analisaram 160 (cento e sessenta) modalidades de documentos digitais, a restar 80 (oitenta) pendentes de análise;
- *Workshop* do Sistema Aprimorar – em cumprimento ao art. 4º do Provimento n. 5/2015, foi realizado o III *Workshop* do Sistema Aprimorar, distribuído em duas fases distintas. No primeiro encontro (dias 1º e 2 de setembro de 2016), foi apresentado o sistema aos magistrados e chefes de cartório convocados, com orientação e execução da técnica *brainstorming* (técnica das tarjetas). Na segunda fase, ocorrida nos dias 24 e 25 de novembro de 2016, foram colhidas as reflexões atinentes aos resultados obtidos por intermédio da implementação do plano de gestão em suas unidades, além de ter sido dado destaque aos benefícios da digitalização do acervo e da automação de atos;
- Auditoria de categorizações – em razão da crescente demanda de categorização de processos a partir da digitalização do acervo físico, instituiu-se a atividade de categorização de processos executada por servidores de primeiro grau, fora do horário de expediente, à razão de 120 (cento e vinte) processos por mês, mediante remuneração. A fiscalização se dá por meio de auditoria, a qual é pré-requisito ao pagamento das gratificações. Até o presente momento, foram realizadas 82 (oitenta e dois) auditorias;
- Criação de modelos de documento, tipos de documento digital e configurações do SAJ5 para a o funcionamento dos sistemas SerasaJud

e Federação de Dirigentes Lojistas de Santa Catarina (FCDL/SC) – mercê da inovação legislativa promovida pelo NCPD, que prevê, nos moldes do artigo 782, § 3º, a inscrição em cadastro de inadimplentes, a CGJ, a Serasa e a FCDL/SC ajustaram os procedimentos e o sistema FCDL/SC, com o objetivo de oferecer o serviço de “inscrição no cadastro de inadimplentes”;

- Reuniões sobre discussão de dúvidas relacionadas ao processo eletrônico, à padronização de procedimentos, aos perfis de usuários e à homologação de inovações – por ocasião do advento do projeto de Implantação do Processo Eletrônico (IPE), nasceu a necessidade de serem delineadas as funcionalidades existentes e aquelas a serem implementadas no âmbito do SAJ-PG, bem como se fizeram oportunas as definições relacionadas ao perfil de usuários e ao encaminhamento de novidades voltadas às melhorias do sistema. Neste cenário, deu-se continuidade ao grupo formado na gestão anterior, constituído por integrantes da DTI, do CGINFO e da Assessoria de Planejamento (Tabelas Unificadas CNJ), com o escopo de solucionar problemas de procedimentos e configurações no sistema SAJ-PG (processo digital), e também de estabelecer atribuições, realizar novas configurações e criar documentos e modelos de expedientes para uso no primeiro grau de jurisdição;
- Criação de novos indicadores no Sistema Aprimorar – o Sistema Aprimorar tem por objetivo disponibilizar às unidades judiciárias de primeiro grau de jurisdição ferramenta informatizada que auxilie magistrados e servidores na elaboração de plano de gestão, e possui como base informações estatísticas extraídas do SAJ (indicadores de desempenho) e modelos de práticas bem-sucedidas. À vista das sugestões colhidas no II Workshop do Sistema Aprimorar, foram aprovados novos indicadores para as áreas criminal e do juizado especial cível, atualmente em processo de implantação;

- Participação da Juíza Corregedora e dos assessores correicionais em reuniões, palestras, apresentações de soluções de tecnologia e workshops, envolvidos entes internos e externos;
- Participação da Juíza Corregedora e de assessores correicionais na capacitação dos novos magistrados, com foco na gestão de unidades judiciárias de primeiro grau; e
- Atendimentos por telefone, munidos de orientações ou informações relacionadas aos Sistemas Auxiliares: CCS, Prodnasc, InfoJud, entre outros.

2.2.2 Projetos e estudos desenvolvidos pelo Núcleo II

Automatização do fluxo eletrônico de processos judiciais

O projeto foi instituído com o objetivo geral de disponibilizar às comarcas de primeiro grau novos fluxos de trabalho automatizados no sistema SAJ-PG5, para o gerenciamento mais eficiente das atividades de gabinete e de cartório, de forma a aumentar a produtividade nas unidades judiciais do estado e reduzir o tempo de tramitação do processo judicial eletrônico.

No decorrer do ano, algumas iniciativas foram promovidas, tais como a finalização e implementação dos fluxos automatizados da Divisão de Tramitação Remota de Execução Fiscal, bem como a disponibilização dos mesmos recursos tecnológicos à Vara de Execuções Fiscais Estaduais e Municipais da comarca da Capital, e a criação de automações respeitantes aos processos de recuperação judicial, em atendimento à determinação exarada pelo CNJ nos autos n. 000686-36.2016.8.24.0600.

Concluída a implementação do fluxo dos processos de recuperação judicial, o projeto sofrerá adaptações em sua natureza, e será proposto um novo modelo de revisão de fluxos, organizado em um grupo maior, composto

por representantes da DTI, CGINFO, Presidência, CGJ e setores técnicos, que trabalharão na construção de todas as atividades passíveis de automatização, conforme a competência processual e mediante participação de usuários lotados no primeiro grau.

Revisão do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça

A contar da vigência do NCPC, e em face das inovações promovidas a partir da implementação do processo eletrônico, formou-se grupo de trabalho constituído de servidores deste Órgão Correicional para a revisão do atual CNCGJ.

Ao todo, foram realizadas 22 (vinte e duas) reuniões de revisão, no bojo das quais foram apresentadas as propostas de atualização, segundo a divisão do trabalho entre os integrantes.

O projeto teve início em 1º de março de 2016 e encontra-se em vias de finalização, pendente apenas de revisão gramatical e de técnica legislativa, para posterior publicação.

Implementação do Prontuário Judicial da Corregedoria-Geral da Justiça

O projeto tem como premissa implementar ferramenta de informática que reúna todas as informações referentes às intervenções realizadas pela CGJ em cada unidade judiciária.

Atualmente, encontra-se em fase de finalização pela Assessoria de Informática desta Corregedoria, que estuda a possibilidade de interoperabilidade com o SAJ-PG5.

Cadastro Controlado

Tal projeto tem como objetivo geral a regularização e o registro de partes no cadastro controlado do sistema, com o fito de unificar as que contiverem as mesmas informações cadastrais.

Após a realização de reuniões integradas por representantes da CGJ, CGINFO e SoftPlan, optou-se pela unificação dos cadastros controlados duplicados e pela inserção do conceito a todas as pessoas jurídicas, bem como pela avaliação da possibilidade de integração, por meio de funcionalidade do sistema, de todas as empresas públicas e autarquias estaduais cuja defesa seja realizada pela Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Tais demandas já foram encaminhadas à DTI para inclusão no *backlog* e implementação futura, observada a priorização definida por comitê formado para esta finalidade.

Realizada a entrega, o projeto será finalizado.

Estratégias de Comunicação para o Processo Eletrônico

O projeto possui como objetivo geral o interesse institucional na publicidade das informações oficiais quanto ao processo eletrônico, quer seja em sistema de automação do judiciário ou ainda mediante orientações e normas para direcionar, apoiar e fiscalizar as atividades judicial e extrajudicial.

A conseqüente resposta, inicialmente do público interno, será a diminuição da demanda de procedimentos para dirimir dúvidas atinentes ao SAJ, ao seu *modus operandi* e às normatizações que o regem.

Atualmente o projeto está em fase final de implantação do renovado portal do processo eletrônico e contará com atualizações semanais pela DTI, CGJ e CGINFO.

Programa de Digitalização de Processos

O projeto possui como objetivo geral a execução de um plano estadual de virtualização de processos no âmbito da justiça de primeiro grau, por meio do emprego da força de trabalho existente nas unidades judiciais. O

projeto contou com uma fase inicial, compreendida por todos os passos que envolvem um procedimento de digitalização dos processos, e pela aplicação de um piloto no Foro do Continente da comarca da Capital. Concluídas estas atividades e a partir dos ensinamentos colhidos, entabulou-se minuta de Resolução Conjunta com todas as regras que envolvem o procedimento de digitalização, já aprovada sob o n. 6/2016.

2.3 Núcleo III: Foro Judicial

Com o objetivo de orientar, fiscalizar e controlar as atividades forenses, o Núcleo III desta Corregedoria, em parceria com a ATC e sob o comando direto da Juíza Corregedora e do Corregedor-Geral da Justiça, realizou correições, no decorrer deste ano, em 152 (cento e cinquenta e duas) unidades jurisdicionais de 74 (setenta e quatro) comarcas do estado, conforme calendário estabelecido por meio da Circular n. 189/2015. Assim, das correições realizadas, 34 (trinta e quatro) foram presenciais e 118 (cento e dezoito) foram virtuais. Além disso, foram feitas oito correições presenciais em setores administrativos, tudo isso como atividade de apoio e orientação.

Por meio de correições presenciais, efetivadas por meio de visitas às unidades, realizou-se um diagnóstico minucioso da situação das unidades (cartório e gabinete) e dos setores administrativos dos fóruns. Detectados os problemas existentes, foram repassadas orientações aos magistrados e servidores, bem como sugeridas soluções para o aprimoramento e uniformização dos trabalhos forenses.

As correições realizadas pelo modo exclusivamente virtual, por sua vez, permitiram a análise dos dados estatísticos das unidades judiciárias, às quais também foram repassadas orientações para correções das irregularidades verificadas.

As unidades correicionadas no ano de 2016 constam a seguir:



2.3.1 Correições presenciais

COMARCA	UNIDADE	INÍCIO DA CORREIÇÃO
Armazém	Vara Única	14 a 18 de março de 2016
	Setores Administrativos	
Içara	1ª Vara	14 a 18 de março de 2016
	2ª Vara	
	Setores Administrativos	
Araranguá	1ª Vara Cível	11 a 15 de abril de 2016
	2ª Vara Cível	
	3ª Vara Cível	
	1ª Vara Criminal	
	2ª Vara Criminal	
Santa Cecília	Vara Única	3 a 5 de maio de 2016
	Setores Administrativos	
São Francisco do Sul	1ª Vara Cível	16 a 20 de maio de 2016
	2ª Vara Cível	
	Vara Criminal	
	Setores Administrativos	
Blumenau	1ª Vara da Fazenda Pública e Registros Públicos	13 a 17 de junho de 2016
	2ª Vara da Fazenda Pública e Vara Regional de Execuções Fiscais	
Gaspar	Vara Criminal	
Santo Amaro da Imperatriz	1ª Vara	8 a 12 de agosto de 2016
	2ª Vara	
	Setores Administrativos	
São José	1ª Vara Cível	22 a 26 de agosto de 2016
	Vara da Fazenda Pública, Executivos Fiscais, Acidentes de Trabalho e Registros Públicos	
São João Batista	1ª Vara	12 a 16 de setembro de 2016
	2ª Vara	
	Setores Administrativos	
Tijucas	1ª Vara	19 a 23 de setembro de 2016
	2ª Vara	
	Setores Administrativos	



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

Braço do Norte	Vara Criminal	4 a 5 de outubro de 2016
Balneário Camboriú	Vara da Fazenda Pública	17 a 21 de outubro de 2016
Joinville	3ª Vara da Fazenda Pública e Unidade Regional de Executivos Fiscais Estaduais	
Brusque	Vara Criminal	7 a 11 de novembro de 2016
	Vara Comercial	
	Vara da Família, Órfãos, Sucessões e Infância e Juventude	
	Vara da Fazenda Pública e Registros Públicos	
	Juizado Especial Cível e Criminal	
	Vara Cível	
Capital	Primeira Turma de Recursos	21 a 24 de novembro de 2016
	Oitava Turma de Recursos	

2.3.2 Correições virtuais

COMARCA	UNIDADE	INÍCIO DA CORREIÇÃO
Anita Garibaldi	Vara Única	28/03/2016
Rio Do Campo	Vara Única	28/03/2016
Santa Rosa Do Sul	Vara Única	28/03/2016
Cunha Porã	Vara Única	28/03/2016
Descanso	Vara Única	28/03/2016
Gaspar	1ª Vara Cível	28/03/2016
	2ª Vara Cível	
	Vara da Família, Infância e Juventude, Órfãos e Sucessões	
Lebon Régis	Vara Única	04/04/2016
Meleiro	Vara Única	04/04/2016
Mondaí	Vara Única	04/04/2016
Garopaba	Vara Única	04/04/2016
Herval D'Oeste	Vara Única	04/04/2016
Laguna	Vara Criminal	04/04/2016
Mafra	Vara Criminal	04/04/2016
	1ª Vara Cível	
	2ª Vara Cível	



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

Balneário Camboriú	2º Juizado Especial Cível	25/04/2016
	2ª Vara Criminal	
São Domingos	Vara Única	25/04/2016
Porto União	Vara Criminal	25/04/2016
Blumenau	1ª Vara da Família	25/04/2016
	2ª Vara da Família	
	Vara de Direito Bancário	
São José	Vara Infância e Juventude	25/04/2016
Blumenau	Vara da Infância e Juventude	25/04/2016
São Miguel Do Oeste	Vara Criminal	25/04/2016
Itaiópolis	Vara Única	02/05/2016
Itajaí	2ª Vara Cível	02/05/2016
	3ª Vara Cível	
	4ª Vara Cível	
Tangará	Vara Única	02/05/2016
Timbó	Vara Criminal	02/05/2016
Itapiranga	Vara Única	02/05/2016
Campo Belo Do Sul	Vara Única	02/05/2016
Campo Erê	Vara Única	02/05/2016
Blumenau	1ª Vara Cível	09/05/2016
	2ª Vara Cível	
	3ª Vara Cível	
	4ª Vara Cível	
	5ª Vara Cível	
	1º Juizado Especial Cível	
	2º Juizado Especial Cível	
Campos Novos	Vara Criminal	09/05/2016
Capital - Foro Central	1ª Vara Cível	16/05/2016
	2ª Vara Cível	
	3ª Vara Cível	
	4ª Vara Cível	
	5ª Vara Cível	
	6ª Vara Cível	
Otacílio Costa	Vara Única	30/05/2016
Palhoça	2ª Vara Criminal	30/05/2016
	Juizado Especial Cível	
Palmitos	Vara Única	30/05/2016
Capital - Foro Do Continente	Vara Da Família	20/06/2016
Capital - Foro Do Norte Da Ilha	Vara da Família e Órfãos de Santo Antônio de Lisboa	20/06/2016
Capital - Foro Eduardo Luz	Vara da Infância e Juventude	20/06/2016
	1ª Vara da Família e Órfãos	
	2ª Vara da Família e Órfãos	
	5ª Vara Criminal	

Corregedoria-Geral da Justiça
Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208 – 11º andar da Torre I – Centro
Florianópolis/SC – CEP: 88020-901



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

	Unidade Judiciária de Cooperação do Sul da Ilha	
Turvo	Vara Única	27/06/2016
São José	1ª Vara da Família	27/06/2016
	2ª Vara da Família	27/06/2016
Lages	Vara da Família	27/06/2016
	Vara da Infância e Juventude	27/06/2016
Canoinhas	Vara Criminal	27/06/2016
Rio Do Sul	Vara da Família, Órfãos, Sucessões, Infância e Juventude	27/06/2016
	Vara Criminal	
Joinville	1ª Vara Cível	01/08/2016
	2ª Vara Cível	
	3ª Vara Cível	
	4ª Vara Cível	
	5ª Vara Cível	
	6ª Vara Cível	
	1ª Vara da Família	
	2ª Vara da Família	
	3ª Vara da Família	
	Vara da Infância e Juventude	
Capivari De Baixo	Vara Única	22/08/2016
Catanduvas	Vara Única	22/08/2016
Concórdia	Juizado Especial Cível e Criminal	22/08/2016
Criciúma	Vara da Infância e Juventude e Anexos	22/08/2016
	Vara da Família	
	Vara de Execuções Penais	
Tubarão	1ª Vara Cível	22/08/2016
	3ª Vara Cível	
	1ª Vara Criminal	
	2ª Vara Criminal	
	Vara da Família, Órfãos, Inf. Juventude	
Lages	1ª Vara Cível	05/09/2016
	2ª Vara Cível	
	3ª Vara Cível	
	4ª Vara Cível	
	Vara da Fazenda Publica	
Imbituba	1ª Vara	05/09/2016
	2ª Vara	
Jaraguá Do Sul	1ª Vara Criminal	05/09/2016
	2ª Vara Criminal	
Videira	Vara Criminal	05/09/2016
Chapecó	1ª Vara Cível	26/09/2016
	2ª Vara Cível	
	4ª Vara Cível	

Corregedoria-Geral da Justiça
Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208 – 11º andar da Torre I – Centro
Florianópolis/SC – CEP: 88020-901



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

	Juizado Especial Criminal e da Violência Doméstica	
	Vara da Família, Órfãos e Sucessões	
	Vara da Família, Infância e Juventude	
	1ª Vara Criminal	
	2ª Vara Criminal	
	3ª Vara Criminal	
Joinville	Juizado Especial Criminal	26/09/2016
Xanxerê	Vara Criminal	03/10/2016
Indaial	Vara Criminal	03/10/2016
	1ª Vara Cível	
	2ª Vara Cível	
Ipumirim	Vara Única	03/10/2016
Itá	Vara Única	03/10/2016
Orleans	1ª Vara	03/10/2016
	2ª Vara	

2.3.3 Estatística geral – correições

A Meta de Nivelamento 3 da Corregedoria Nacional de Justiça, instituída no ano de 2014, determina às Corregedorias dos Tribunais a realização de correições em pelo menos 34% (trinta e quatro por cento) das unidades jurisdicionais estaduais a cada ano, ainda que por amostragem, e 100% (cem por cento) das comarcas a cada três anos.

Os quadros abaixo demonstram que a Meta vem sendo atendida e mesmo ultrapassada, conforme segue:

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Total de unidades jurisdicionais do Estado;	380	100 %
Total de unidades jurisdicionais correicionadas em 2016;	152	40%
Total de unidades jurisdicionais e setores administrativos correicionados em 2016;	160	42,10%
Total de comarcas do Estado;	111	100%
Total de comarcas correicionadas.	60	54,05%

Observação: Com relação aos setores administrativos, foram oito correições em 2016. Como não se trata de unidades jurisdicionais, não são computadas no percentual da Meta 3, mas se constituem em valioso trabalho de orientação e apoio à atividade meio nos fóruns judiciais, com reflexo na atividade fim, exercida nos gabinetes e cartórios. Em razão disso, no quadro acima, foram apresentados percentuais distintos, com e sem os dados das correições em setores administrativos.

DADOS GERAIS	
Varas	332
Juizados Especiais	32
Unidades Judiciárias de Cooperação	7
Turmas de Recursos	8
Turma de Uniformização	1
TOTAL	380

Os relatórios de correição estão disponíveis aos interessados no sítio eletrônico da CGJ, conforme a Meta 4 da Corregedoria Nacional de Justiça:

http://cgj.tjsc.jus.br/transparencia/docs/relatorios_inspecao/jud2016.htm.

Ademais, além da estatística apurada, destaca-se a conclusão de processos eletrônicos (classes: Correição Extraordinária, Correição Ordinária e Inspeção), distribuídos entre os anos de 2014 e 2015, e os processos de acompanhamento de gabinetes e de cartórios, consoante segue:

Processos de 2014 concluídos em 2016	7
Processos de 2015 concluídos em 2016	141
Processos de acompanhamento concluídos em 2016	5
Total de processos concluídos em 2016	153

2.3.4 Projeto

Projeto “Mês do Ajuste Estatístico”

Observa-se, no dia a dia forense, que a alimentação equivocada do sistema, principalmente de algumas movimentações processuais, impacta negativamente na estatística das unidades judiciárias e ocasiona índices incoerentes e que não refletem a realidade processual.

Desse modo, instituiu-se na Corregedoria o projeto do Mês do Ajuste Estatístico na Justiça de Primeiro Grau, que é o período durante o qual todas as unidades judiciárias do estado farão a revisão e o ajuste das movimentações equivocadas, de modo a adequar no sistema o acervo efetivamente ativo.

De acordo com o Provimento n. 12/2005, o projeto será aplicado nos meses de maio e outubro de todos os anos e será acompanhado pelo Núcleo III, que ficará à disposição das unidades para apoio e orientação.

2.3.5 Atividades

Regularização de cadastro e destinação de apreensões criminais

Em correições judiciais realizadas pela Corregedoria, observou-se que a quantidade de bens e objetos apreendidos em alguns fóruns era incompatível com o acervo de processos em andamento nas unidades jurisdicionais com competência na área criminal e da infância e juventude, de maneira a ocasionar problemas estruturais e de segurança nos prédios.

A partir dessa constatação e, também, de ações de destaque colhidas em diversas comarcas, nos relatórios correicionais passou a constar determinação para o levantamento e destinação de bens apreendidos vinculados a autos já arquivados e também em processos em andamento, desde que a sua manutenção seja dispensável à prova dos autos.

Acompanhamento de cartórios, gabinetes e setores administrativos

Em relatórios de correições realizadas pela Corregedoria, em procedimentos encaminhados pelo Núcleo I e, ainda, em relatórios de inspeção realizada pela Corregedoria Nacional de Justiça, foi apontada quantidade

significativa de processos sem movimentação em unidades judiciárias de primeiro grau.

Com vistas à regularização desses acervos, foram instaurados procedimentos de acompanhamento, mediante a extração dos relatórios iniciais e a abertura de prazo aos magistrados e aos chefes de cartório para apresentação de planos de trabalho, seguidas de verificações mensais ou bimestrais a fim de apurar o percentual de cumprimento. Nessa espécie de procedimento, além da atividade correicional, objetiva-se apoiar e orientar as unidades acerca da importância da análise periódica dos dados estatísticos, disponíveis nos diversos sistemas informatizados (SAJ5, SAJ Estatística, entre outros).

Esses procedimentos são finalizados quando atingido o cumprimento de percentual satisfatório das metas propostas no plano de trabalho. Caso haja necessidade de outras medidas de apoio, há também solicitação de designação de juiz cooperador e a atuação do programa de enfrentamento de acervos.

No âmbito da própria Corregedoria, também pode ser avaliada a inclusão de unidades no programa Apoia, desenvolvido pelo Núcleo II.

Provimento n. 36/2014, do Conselho Nacional de Justiça

O Provimento n. 36/2014 do CNJ determinou, entre outras providências, a fiscalização, por meio de inspeções ou correições, do tempo de tramitação dos processos de adoção e de destituição do poder familiar, notadamente daqueles em andamento há mais de 12 (doze) meses.

Com a edição da Circular n. 147/2014 desta Corregedoria, nas correições judiciais adotou-se o procedimento de remessa de correspondência eletrônica aos magistrados que contenha a relação dos processos na situação acima especificada (correição virtual), ou entrega pessoal de termo também constituído da listagem de processos (correição presencial), concedido prazo de cinco dias para justificativa do tempo de tramitação.

Após o decurso do lapso temporal, o processo é encaminhado ao Núcleo I para análise da justificativa apresentada pelo magistrado quanto ao excesso de prazo no julgamento das classes incluídas no Provimento n. 36/2014 do CNJ.

Implantação de videoconferência nas correições

À guisa de auxiliar as unidades jurisdicionais no cumprimento e na regularização das pendências estatísticas, instituiu-se, no âmbito de atuação deste Núcleo, o uso do sistema de videoconferência como ferramenta auxiliar do procedimento correicional. Referida metodologia é aplicada tanto em correições virtuais quanto em presenciais e constitui um desdobramento da atividade como medida de apoio e orientação às unidades quando há dúvida específica sobre a forma de ajuste dos dados no sistema.

2.4 Núcleo IV: Serventias Extrajudiciais

2.4.1 Considerações iniciais

O ano de 2016 foi marcado pela continuidade e aperfeiçoamento dos trabalhos desenvolvidos nos anos anteriores.

A organização partiu da premissa de dar cumprimento às metas estabelecidas pela nova gestão administrativa e também para preparar e desenvolver os novos projetos e atividades para os próximos anos.

O mote principal de atuação se deu no aperfeiçoamento e desenvolvimento da equipe de trabalho e das ferramentas eletrônicas criadas com o objetivo de facilitar o trabalho de apoio, orientação e fiscalização das atividades extrajudiciais.

Naquilo que diz respeito ao enfrentamento do acervo de processos conseguiu-se manter o equilíbrio e novamente reduzir o número de processos ativos em tramitação.

No âmbito interno, o ano propiciou ao Núcleo IV aperfeiçoar e melhorar a capacidade de sua equipe de trabalho – nos moldes dos anos anteriores, toda a assessoria foi envolvida nas mais diversas atividades, de modo a permitir, dessa forma, um maior compartilhamento de informações e a constante ampliação do conhecimento técnico exigido para o exercício desta atividade.

Por fim, foram realizadas reuniões técnicas bimestrais com a participação da equipe de assessores do Núcleo, para a discussão e a padronização de procedimentos relativos aos assuntos dos serviços de notas e registros, cujo objetivo específico consistia em equilibrar e padronizar os trabalhos nas suas diversas frentes de atuação.

2.4.2 Atividades desenvolvidas

- Acompanhamento e controle dos projetos que envolvem a tecnologia da informação aplicada aos serviços notariais e de registro, como o Selo Digital de Fiscalização, Central de Protestos, Central de Registro Civil, Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (CENSEC), Central de Registro de Imóveis, Novo Sistema de Ressarcimento Eletrônico de Atos Gratuitos e Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais (módulos Corregedoria-Geral da Justiça e Primeiro Grau). Em tal atividade, acompanha-se a implantação e o andamento dos processos virtuais que tratam dos mencionados sistemas, realiza-se o contato com as partes envolvidas e expedem-se orientações e comunicados nesse particular, ou seja, todas as tarefas necessárias para se garantir não apenas a implantação, mas também o bom

funcionamento das ferramentas aplicadas aos serviços notariais e de registro;

- Atualização semanal dos itens de constatação do Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais (SCI), ferramenta por meio da qual se realiza a atividade correicional presencial nas serventias extrajudiciais. A atividade em comento é realizada com base na retroalimentação realizada pelos assessores correicionais lotados no Núcleo IV, os quais, no decorrer da ação fiscalizatória, propõem melhorias nos itens de observação e na própria automação da ferramenta, em verdadeira atividade de construção do permanente do sistema;
- Capacitação dos juízes diretores de foro, chefes de secretaria de foro e assessores jurídicos para utilização do SCI, módulo Primeiro Grau, com o objetivo de que adotem as providências necessárias à realização de correições bienais nas serventias extrajudiciais localizadas nas comarcas em que atuam;
- Avaliação dos relatórios prévios de Inspeção Virtual, antes da geração dos relatórios com numeração definitiva, procedimento realizado em parceria com a DTI. O propósito é de se verificar a correta geração dos relatórios, para que possam ser enviados para os delegatários dos serviços de notas e de registros;
- Avaliação das regras atuais e criação de novas regras no sistema de Inspeção Virtual, com respaldo nas alterações legislativas e normativas relacionadas à atividade notarial e de registro;
- Aprimoramento do novo Sistema de Ressarcimento Eletrônico de Atos Gratuitos;
- Análise e encaminhamento dos documentos recebidos via Malote Digital pela Unidade Organizacional 'Assessoria Extrajudicial';
- Resposta de questionamentos referentes à implantação do Selo Digital de Fiscalização, vinculados ao procedimento eletrônico de consumo de selos e demais assuntos que envolvem o acompanhamento técnico do projeto;

- Análise de processos e elaboração de minutas de despacho, parecer e decisão em processos relacionados aos sistemas eletrônicos dos serviços notariais e de registro;
- Mapeamento e desenvolvimento, em parceria com a DTI, no sistema de acompanhamento pré-processual de correições, destinado a conferir maior celeridade e assertividade no procedimento de acompanhamento das correições ordinárias gerais levadas a efeito pelo Núcleo IV da CGJ;
- Distribuição de processos na ferramenta SAJ/5 CGJ. Diariamente é executada no Núcleo IV a atividade de checagem e acompanhamento dos processos virtuais alocados no SAJ. Ato contínuo, faz-se uma análise qualitativa do feito e efetua-se a distribuição para a equipe de assessores correicionais. Da mesma forma, trabalha-se com o encaminhamento dos processos assinados pelo Juiz Corregedor e a sua remessa ao local adequado;
- Correção de minutas de expedientes elaborados pela assessoria extrajudicial do Núcleo IV. As minutas de despachos, decisões e pareceres desenvolvidos pela equipe do Núcleo IV são alocados para uma fila em específico, neste local. Antes da remessa ao gabinete do magistrado, faz-se uma análise minuciosa e o primeiro crivo de correção da proposta. Após a aprovação ou a realização dos ajustes necessários, os processos são conclusos ao gabinete para a análise final;
- Controle da produtividade em processos. Desenvolveu-se um formulário eletrônico de controle de produtividade e ao final de cada mês são divulgados os resultados para os componentes da equipe e os superiores hierárquicos;
- Análise de Prestação de Contas de Interino. Neste procedimento, avaliam-se as prestações de contas encaminhadas pelos interinos das serventias extrajudiciais - aqueles que exercem a delegação em caráter precário em serventia pendente de oferecimento em concurso - quando instados a fazê-lo por pedido de auxílio dos juízes diretores de foro das comarcas;

- Análise de Prestação de Contas de Interventores. Neste procedimento, avaliam-se as prestações de contas encaminhadas pelos interventores das serventias extrajudiciais, que são particulares nomeados pela CGJ para responder pelo expediente da serventia enquanto perdurar processo administrativo em desfavor do respectivo titular;
- Respostas a consultas do Sistema de Atendimento Extrajudicial (S@E), relacionadas às prestações de contas dos interinos e interventores;
- Atendimento telefônico aos jurisdicionados, servidores e delegatários, em consultas referentes às prestações de contas dos interinos e interventores;
- Análise de procedimentos e elaboração de minutas de despacho, pareceres e decisões em procedimentos administrativos relativos às prestações de contas dos interinos e interventores;
- Gerenciamento da caixa do endereço eletrônico interino@tjsc.jus.br e arquivamento das decisões remetidas para este correio eletrônico;
- Elaboração de minutas de atos normativos atinentes às prestações de contas dos interinos e interventores;
- Gerenciamento e elaboração de quesitos do projeto ExtraFácil, o que envolve a análise da legislação respeitante à matéria extrajudicial, somada à avaliação das soluções de consultas respondidas pela assessoria extrajudicial do Núcleo IV;
- Elaboração de minutas de despachos, pareceres, decisões, circulares e provimentos de processos eletrônicos afetos à realidade do Núcleo IV;
- Realização de correições presenciais nas serventias notariais e de registro, atividade que consiste na avaliação do cumprimento da legislação atinente à matéria pelos delegatários dos serviços notariais e de registro e por seus prepostos;
- Solução de consultas recebidas pela assessoria extrajudicial do Núcleo IV por meio do S@E, que podem se tratar de consultas formuladas por delegatários dos serviços notariais e de registros, servidores do Poder

Judiciário, ou ainda de requerimentos ou de reclamações formulados por qualquer interessado;

- Gerenciamento do S@E, que se trata de um canal aberto para comunicação entre os juízes de direito ou diretores do foro, servidores do Poder Judiciário e delegatários dos serviços notariais e de registro e a CGJ, com a finalidade de auxílio em questões complexas concernentes à matéria extrajudicial. É, também, mais uma alternativa para que os delegatários complementem seus estudos sobre as atividades por si desenvolvidas. O S@E permite, ademais, que os usuários formulem reclamações à Direção do Foro ou consultas específicas sobre o selo de fiscalização, emolumentos e taxa do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ). A principal tarefa vinculada à atividade é a distribuição dos expedientes na assessoria extrajudicial e o envio das respostas elaboradas;
- Prestação de informações referentes ao cadastro das serventias extrajudiciais do estado de Santa Catarina e elaboração de minutas de pareceres compostos de sugestões para a solução dos casos relacionados com a matéria, a serem submetidas ao crivo do Juiz Corregedor;
- Prestação de informações referentes ao cadastro das serventias extrajudiciais do estado de Santa Catarina nas consultas instauradas pelo Juiz Corregedor, pelos juízes de direito, servidores e órgãos do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, advogados e pelo público em geral;
- Atendimento e prestação de informações a outros setores do Tribunal de Justiça de Santa Catarina nas demandas e solicitações do CNJ relacionadas com o cadastro de serventias extrajudiciais do estado de Santa Catarina;
- Participação na análise das propostas recebidas na esfera extrajudicial, referentes ao cadastro dos serviços extrajudiciais, visando às alterações e inovações legislativas do CNCGJ;

- Participação na edição, revisão e aprimoramento dos atos normativos relacionados com o cadastro do Extrajudicial;
- Gerenciamento do projeto da CGJ relativo ao cadastro de serventias extrajudiciais;
- Atualização do sistema de cadastro das serventias extrajudiciais do estado de Santa Catarina;
- Gerenciamento do acesso às informações das serventias extrajudiciais do estado de Santa Catarina no Sistema Justiça Aberta no site do CNJ;
- Controle do cadastro de vacância das serventias para concurso e elaboração de relatórios, quando solicitados, das serventias vagas e providas para encaminhamento ao CNJ, à Comissão de Concurso do TJSC, à Diretoria de Recursos Humanos do TJSC, à Presidência e à 1ª Vice-Presidência do TJSC;
- Controle do cadastro das serventias extrajudiciais na ocorrência de novas posses e transmissões de acervo em razão de término de concurso notarial e registral, de intervenções, e de novas designações;
- Atendimento telefônico e fornecimento de orientações relacionadas com o cadastro do extrajudicial;
- Leitura e resposta de e-mails pertinentes ao cadastro, ao histórico disciplinar e aos eventos relacionados às serventias extrajudiciais. No período de 6 de janeiro a 5 de dezembro de 2016, foram enviados/respondidos 1.271 (mil duzentos e setenta e um) e-mails a respeito de dúvidas e questionamentos sobre o Sistema de Cadastro do Extrajudicial e o Sistema Justiça Aberta, do CNJ;
- Elaboração dos relatórios anuais das atividades desenvolvidas pelo Núcleo IV;
- Avaliação do reajuste do Selo de Fiscalização e da Ajuda de Custo (artigo 8º, § 3º, e artigo 14, § 2º, da LCe n. 175/1998), com remessa de minuta de resolução à apreciação do Conselho da Magistratura;

- Implementação do valor reajustado referente à ajuda de custo no Sistema do Selo e análise das serventias inseridas pelo critério do inciso III do artigo 14 da LCe n. 175/1998;
- Conferência da ajuda de custo paga às serventias deficitárias, o que envolve a análise dos critérios da LCe n. 175/1998, artigo 14, incisos I, II e III, no sentido de se verificar se determinada serventia faz, ou não, jus ao recebimento da sobredita ajuda;
- Conferência dos atos praticados mediante gratuidade pelos delegatários para posterior pagamento, na sistemática de ressarcimento eletrônico de atos gratuitos. Nessa atividade, confere-se a pertinência dos pedidos de reembolso formulados pelos delegatários dos serviços notariais e de registro, sobretudo se foram feitos de acordo com o que prescreve a legislação e as orientações do Núcleo IV;
- Conferência dos atos praticados diante da gratuidade pelos juízes de paz para posterior pagamento, procedimento semelhante ao da conferência do ressarcimento dos atos gratuitos praticados pelas serventias extrajudiciais e acima descrito (LCe n. 532/2011);
- Cancelamento, disponibilização, anulação e prestação de informações relativas ao trâmite da aquisição e uso do Selo Digital;
- Elaboração de informações, minutas de despachos, pareceres e decisões nos processos que aportaram no Setor de Selo de Fiscalização, os quais têm por objeto o consumo e a utilização, nos atos, do selo de fiscalização;
- Controle dos casamentos coletivos ocorridos no estado;
- Fornecimento de informações aos setores da Corregedoria referentes ao ressarcimento dos atos gratuitos e à ajuda de custo, somado à elaboração de relatórios e demais expedientes necessários;
- Respostas a consultas efetuadas por meio do S@E, relativas ao consumo e à utilização do selo de fiscalização, ao ressarcimento de atos gratuitos e à ajuda de custo;

- Atendimento de ligações telefônicas concernentes às matérias em que envolvido o Setor de Selo;
- Pesquisa e fornecimento de informações atinentes aos selos físicos de fiscalização para delegados de polícia, peritos, advogados e usuários em geral;
- Elaboração de minutas de provimentos, circulares, comunicações internas, orientações e comunicados referentes às atribuições do Setor de Selo;
- Adequação e constante atualização, em parceria com setores técnicos, do sítio virtual “Portal do Extrajudicial – extrajudicial.tjsc.jus.br”;
- Ampliação das orientações do Núcleo IV aos usuários dos serviços de notas e registros, junto ao portal do extrajudicial (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/destaques/orientacoes/index.html>);
- Prestação de auxílio e orientação aos juízes de foro e magistrados responsáveis pelos registros públicos, por meio de contatos telefônicos, correspondências eletrônicas e deslocamento de equipe correicional;
- Participação em eventos de estudos acerca do Direito Notarial e Registral;
- Acompanhamento, atualização, aprimoramento e desenvolvimento do uso do Sistema Hermes – Malote Digital;
- O cumprimento da meta estabelecida pelo CNJ para realizar inspeções correicionais em, no mínimo, 30% (trinta por cento) das 592 (quinhentas e noventa e duas) serventias de notas e registros do estado de Santa Catarina – realização de correições em todas as serventias do estado até dezembro de 2018;
- Aprimoramento do Sistema do Selo Digital, mediante a expedição de relatórios que promovem cruzamento de dados (Sistema de Auditoria, com base nos conceitos de *business intelligence*);
- Ampliação da divulgação eletrônica (notícias publicadas no sítio do TJSC) das atividades relevantes realizadas pelo Núcleo IV no ano de 2016;

- Pedido de aquisição de novas obras para a Biblioteca Setorial do Núcleo IV;
- Pedido de aquisição de novos equipamentos eletrônicos (notebooks) para uso da equipe correicional;
- Atuação correicional disciplinar por meio da edição de portarias que instauram processos administrativos disciplinares;
- No ano de 2016 foram distribuídos para o Núcleo IV o montante de 615¹ (seiscentos e quinze) processos;
- Foram baixados em 2016 o total de 461² (quatrocentos e sessenta e um) processos;
- Colhe-se do sistema SAJ que atualmente encontram-se ativos, na fila do Núcleo IV e do gabinete do Juiz Corregedor, 136³ (cento e trinta e seis) processos do extrajudicial;
- Cumprimento prioritário de procedimentos oriundos do CNJ;
- Informação mensal da produtividade do Corregedor e do Vice-Corregedor para a Secretaria da Corregedoria, com o escopo de posterior remessa ao CNJ do balanço mensal de produtividade dos Desembargadores Corregedores;
- Desenvolvimento de minuta do novo Regimento de Emolumentos do Estado de Santa Catarina;
- Aprofundamento da integração do sistema do selo digital de fiscalização com o Sistema Nacional de Informações do Registro Civil (SIRC);
- Desenvolvimento e melhoria do Sistema de Ressarcimento Eletrônico, ferramenta eletrônica que permite a captura, a partir do Sistema do Selo Digital, das informações dos atos praticados nas serventias extrajudiciais para posterior efetivação do procedimento de reembolso dos atos gratuitos praticados;
- Respostas às consultas por meio do S@E;

¹Fonte: SAJ, acesso em 5-12-2016;

²Fonte: SAJ, acesso em 5-12-2016;

³Fonte: SAJ, acesso em 5-12-2016;



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

DESTINATARIO	TOTAL	DESTINATARIO	TOTAL
Abelardo Luz	2	Jaguaruna	2
Araquari	3	Jaraguá	5
Ararangua	6	Joaçaba	6
Armazém	1	Joinville	28
Balneário Camboriú	12	Lages	15
Balneário Piçarras	5	Laguna	1
Barra Velha	7	Lebon Regis	1
Biguaçu	1	Mafra	1
Blumenau	38	Maravilha	7
Bom Retiro	2	Navegantes	5
Braço do Norte	2	Orleans	1
Brusque	12	Otacílio Costa	1
Campo Erê	2	Palhoça	3
Campos Novos	10	Palmitos	2
Canoinhas	6	Papanduva	1
Capinzal	5	Pinhalzinho	1
Capital	43	Pomerode	1
Cedro	1	Ponte Serrada	3
Chapecó	4	Porto Belo	3
Correia Pinto	2	Porto União	2
Criciúma	17	Presidente Getúlio	1
Curitibanos	1	Rio do Campo	1
Dionísio	2	Rio do Oeste	2
Assessoria Extrajudicial	827	Rio Negrinho	4
Forquilha	1	Santa Rosa	1
Assessoria FRJ	8	São Bento	12
Garopaba	2	São Carlos	10
Gaspar	1	São Francisco	8
Guaramirim	5	São João	4
Ibirama	4	São Joaquim	5
Içara	4	São Jose	12
Imaruí	6	São Miguel	1
Imbituba	1	Seara	2
Indaial	2	Sombrio	5
Interino	30	Tangara	1
Ipumirim	1	Tijucas	3
Itajaí	12	Timbó	1
Itapema	5	Tubarão	13
Itapoá	1	Turvo	3
Ituporanga	6	Videira	5

Corregedoria-Geral da Justiça
Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208 – 11º andar da Torre I – Centro
Florianópolis/SC – CEP: 88020-901



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

TOTAL	1.283
--------------	--------------

Fonte: Assessoria de Informática da Corregedoria-Geral da Justiça.

- Participação dos servidores e Vice-Corregedor-Geral da Justiça nos Encontros e Seminários:

DATA	LOCAL	EVENTO
Março/abril	Cuiabá	71º Encontro do Colégio de Corregedores-Gerais - ENCOGE
Agosto	Brasília	72º Encontro do Colégio de Corregedores-Gerais - ENCOGE
Agosto	Balneário Camboriú	14ª Convergência – Instituto de Estudos de Protesto de Títulos
Setembro	Salvador	XLII Encontro dos Oficiais de Registro de Imóveis do Brasil
Setembro	Belo Horizonte	XXI Congresso Notarial Brasileiro
Setembro	Goiânia	Congresso Nacional do Registro Civil (Conarci)
Outubro	Florianópolis	XI Seminário Luso-Brasileiro-Espanhol-Chileno de Direito Registral
Outubro	Florianópolis	VII Encontro dos Registradores de Imóveis de Santa Catarina
Novembro	Maceió	XVII Congresso Brasileiro de Direito Notarial e Registral
Novembro	São Paulo	73º Encontro do Colégio de Corregedores-Gerais - ENCOGE

- Inspeções correicionais presenciais realizadas nas serventias extrajudiciais do estado:

MARÇO		
PERÍODO	SERVENTIA	COMARCA
29-2-2016 – 4-3-2016	RI4, EP Santa Rosa de Lima	Braço do Norte
29-2-2016 – 4-3-2016	RI, TN	Capivari de Baixo
29-2-2016 – 4-3-2016	1º TNOP, EP Pedras Grandes	Tubarão
29-2-2016 – 4-3-2016	RCPN, TNOP	Santo Amaro da Imperatriz
7-3-2016 – 9-3-2016	1º RI5	Lages
14-3-2016 – 18-3-2016	EP. Aguas Mornas, EP Rancho Queimado, EP São Bonifácio	Santo Amaro da Imperatriz
14-3-2016 – 18-3-2016	EP Rio Maina, RCPN	Criciúma
14-3-2016 – 18-3-2016	RCPN, RI, EP Saudades, EP Nova Erechim	Pinhalzinho
14-3-2016 – 18-3-2016	EP Antonio Carlos, RI	Biguaçu
28-3-2016 – 1º-4-2016	RI, TNOP, EP Palma Sola	Dionísio Cerqueira
28-3-2016 – 1º-4-2016	EP Iraceminha, EP São Miguel da Boa Vista, EP Tigrinhos	Maravilha
28-3-2016 – 1º-4-2016	RCPN, RI	Maravilha
28-3-2016 – 1º-4-2016	EP Governador Celso Ramos, TNOP	Biguaçu

⁴ Processo n. 0012084-48.2014;

⁵ Processo n. 0001986-67.2015;



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

ABRIL		
PERÍODO	SERVENTIA	COMARCA
4-4-2016 – 8-4-2016	RCPN + RI6, RCPN, RI	Itá, Seara
11-4-2016 – 15-4-2016	EP Ouro Verde, EP Ipuacu, RCPN	Abelardo Luz
11-4-2016 – 15-4-2016	RCPN, RI, EP Planalto Alegre, EP Caxambu do Sul	Chapecó
11-4-2016 – 15-4-2016	RI, EP Águas de Chapecó	São Carlos
11-4-2016 – 15-4-2016	RCPN, TNOP	São Carlos
25-4-2016 – 29-4-2016	EP Barra do Sul, EP Itapocu	Araquari
25-4-2016 – 29-4-2016	2º RI, EP Boa Vista	Joinville
25-4-2016 – 29-4-2016	RCPN, EP Schroeder	Guaramirim
25-4-2016 – 29-4-2016	TN, EP Massaranduba	Guaramirim

MAIO		
PERÍODO	SERVENTIA	COMARCA
2-5-2016 – 6-5-2016	RI, EP Lajeado Grande	Xaxim
2-5-2016 – 6-5-2016	RCPN, EP Marema	Xaxim
2-5-2016 – 6-5-2016	RI, RCPN, EP Bom Jesus	Xanxerê
2-5-2016 – 6-5-2016	EP Águas Frias, EP Jardinópolis, EP União do Oeste	Coronel Freitas
16-5-2016 – 20-5-2016	2º TNOP, EP Filipe Schmidt	Canoinhas
16-5-2016 – 20-5-2016	EP Santa Cruz do Timbó, EP Irieniópolis	Porto União
16-5-2016 – 20-5-2016	EP Matos Costa, RCPN	Porto União
16-5-2016 – 20-5-2016	RCPN, RI	Rio Negrinho
23-5-2016 – 27-5-2016	RI7, TNOP	São Bento do Sul, Rio Negrinho
30-5-2016 – 3-6-2016	RI, EP São João do Itaperiú	Piçarras, Barra Velha
30-5-2016 – 3-6-2016	RCPN, RI,	Jaraguá do Sul
30-5-2016 – 3-6-2016	TNOP, RCPN	Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul
30-5-2016 – 3-6-2016	RCPN + RI, RCPN + RI	Itapoá, Navegantes

JUNHO		
PERÍODO	SERVENTIA	COMARCA
7-6-2016 – 10-6-2016	RI, RCPN, RCPN	Itapema, Joinville e Guaramirim
13-6-2016 – 17-6-2016	3º RI, EP Itoupava	Blumenau
13-6-2016 – 17-6-2016	EP Braço do Trombudo, EP Agrolândia, RCPN	Trombudo Central
13-6-2016 – 17-6-2016	RI, TN	Trombudo Central
13-6-2016 – 17-6-2016	EP Pouso Redondo, RCPN	Trombudo Central, Rio do Campo
22-6-2016 – 24-6-2016	1º TNOP + RI8	Araranguá

⁶ Processo n. 0000840-88.2015;

⁷ Processo n. 0001894-89.2015;

⁸ Processo n. 0000120-87.2016;



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

27-6-2016 – 1º-7-2016	RCPN, TNOP, EP Morro da Fumaça	Orleans, Urussanga
27-6-2016 – 1º-7-2016	TNOP, RCPN, RI	São João Batista, Tijucas
27-6-2016 – 1º-7-2016	EP São Bento Baixo, EP Treviso	Criciúma
27-6-2016 – 1º-7-2016	2º RI, EP Santo Antonio de Lisboa9	Florianópolis

JULHO		
PERÍODO	SERVENTIA	COMARCA
11-7-2016 – 15-7-2016	2º TN, RCPN	Balneário Camboriú
11-7-2016 – 15-7-2016	TNOP, 1º RI	Camboriú, Itajaí
11-7-2016 – 15-7-2016	RCPN + RI	Porto Belo
11-7-2016 – 15-7-2016	TN, EP Bombinhas	Porto Belo
25-7-2016 – 29-7-2016	EP Arroio Trinta, EP Rio das Pedras, EP Iomerê	Videira
25-7-2016 – 29-7-2016	RI, EP Salto Veloso	Videira
25-7-2016 – 29-7-2016	RI, RCPN, EP Pinheiro Preto	Tangará
25-7-2016 – 29-7-2016	RI, TN, EP Ipira, EP Ouro	Capinzal

AGOSTO		
PERÍODO	SERVENTIA	COMARCA
1º-8-2016 – 5-8-2016	EP Apiúna, TNOP	Ascurra
1º-8-2016 – 5-8-2016	RCPN + RI	Ascurra
1º-8-2016 – 5-8-2016	RCPN, RI, TN	Pomerode
1º-8-2016 – 5-8-2016	EP Barra da Lagoa, EP Campeche, EP Pântano do Sul	Florianópolis
8-8-2016 – 10-8-2016	RI10	Orleans
10-8-2016 – 12-8-2016	RI	Imaruí
22-8-2016 – 26-8-2016	EP Rio das Antas, RI	Caçador, Lebon Régis
22-8-2016 – 26-8-2016	EP Celso Ramos, RCPN	Anita Garibaldi
22-8-2016 – 26-8-2016	EP Barreiros, EP Colônia Santa Tereza, EP São Pedro de Alcântara	São José
22-8-2016 – 26-8-2016	TNOP, TNOP	Itá, Seara
29-8-2016 – 2-9-2016	RCPN, TNOP11	São Miguel do Oeste

SETEMBRO		
PERÍODO	SERVENTIA	COMARCA
12-9-2016 – 16-9-2016	RI, EP Riqueza	Palmitos, Mondaí
12-9-2016 – 16-9-2016	RI, EP Ipira do Oeste	Mondaí
12-9-2016 – 16-9-2016	RCPN, TN	Mondaí
12-9-2016 – 16-9-2016	RCPN, RI, TNOP	Cunhã Porã

⁹ Processo n. 0001082-47.2015;

¹⁰ Processo n. 0000494-06.2016;

¹¹ Processo n. 0000710-64.2016;



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

19-9-2016 – 23-9-2016	RI12, RCPN	Dionísio Cerqueira
26-9-2016 – 30-9-2016	RI, RCPN + RI	São Miguel do Oeste, Descanso
26-9-2016 – 30-9-2016	RCPN + RI	Catanduvas
26-9-2016 – 30-9-2016	RI, RCPN	Itapiranga
26-9-2016 – 30-9-2016	RCPN, TNOP	Quilombo

OUTUBRO		
PERÍODO	SERVENTIA	COMARCA
3-10-2016 – 7-10-2016	4º RI, EP São José do Cerrito	Lages
3-10-2016 – 7-10-2016	EP Bocaina do Sul, EP Urupema	Lages, São Joaquim
3-10-2016 – 7-10-2016	RI, EP Bom Jardim da Serra	São Joaquim
3-10-2016 – 7-10-2016	RCPN, TNOP	São Joaquim
10-10-2016 – 11-10-2016	2º RI	Tubarão
17-10-2016 – 21-10-2016	2º TNOP, EP Timbó Grande	Curitibanos, Santa Cecília
17-10-2016 – 21-10-2016	EP Arnópolis, EP Rio Rufino	Bom Retiro, Urubici
17-10-2016 – 21-10-2016	2º RI, RCPN, EP Água Doce	Joaçaba
17-10-2016 – 21-10-2016	RI, RCPN + RI	Campos Novos, Herval do Oeste
31-10-2016 – 1º-11-2016	1º RI13	Joaçaba

NOVEMBRO		
PERÍODO	SERVENTIA	COMARCA
7-11-2016 – 11-11-2016	TNOP, RCPN	Campo Erê, São Lourenço do Oeste
7-11-2016 – 11-11-2016	RCPN + RI, TNOP	Modelo
7-11-2016 – 11-11-2016	2º RI, 1º TN, RCPN	Concórdia
7-11-2016 – 11-11-2016	RCPN, RCPN	Florianópolis, São José
16-11-2016 – 18-11-2016	EP Pouso Redondo14	Trombudo Central
21-11-2016 – 25-11-2016	RI, EP Romelândia	Anchieta
21-11-2016 – 25-11-2016	RCPN, TNOP	Anchieta
21-11-2016 – 25-11-2016	EP Guarujá do Sul, RCPN	São José do Cedro
21-11-2016 – 25-11-2016	EP Passos Maia, TNOP, EP Vargeão	Ponte Serrada

DEZEMBRO		
PERÍODO	SERVENTIA	COMARCA
28-11-2016 – 2-12-2016	EP Hercílio Luz, RCPN, RCPN	Araranguá, Araranguá e Sombrio
28-11-2016 – 2-12-2016	EP Praia Grande, RCPN + RI	Santa Rosa do Sul
28-11-2016 – 2-12-2016	RI, RCPN	Turvo, Meleiro
5-12-2016 – 9-12-2016	RCPN, TNOP	Capivari de Baixo, Santa Rosa do Sul

¹² Processo n. 0000343-40.2016 – TN já inspecionado;

¹³ Processo n. 0001509-44.2015;

¹⁴ Processo n. 0000723-63.2016;



5-12-2016 – 9-12-2016	RCPN + RI, RCPN	Armazém, Imaruí
5-12-2016 – 9-12-2016	RI, TNOP	Imaruí
5-12-2016 – 9-12-2016	EP São Gabriel, RCPN + RI	Jaguaruna

- Inspeções correicionais virtuais realizadas nas serventias extrajudiciais do estado:

Em 2016, foram realizadas inspeções virtuais em todas as 592 (quinhentas e noventa e duas) serventias extrajudiciais do estado, que totalizaram 7.104 (sete mil cento e quatro) relatórios gerados e enviados.

- Totalização de inspeções correicionais:

ATIVIDADE	QUANTIDADE
Inspeções presenciais	228
Inspeções virtuais	7.104
TOTAL	7.332

- No ano de 2016 foram editados pelo Núcleo IV da CGJ: 12 (doze) provimentos e 57 (cinquenta e sete) circulares.

2.4.3 Comissão dos Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais – 2016

Projeto do Selo Digital de Fiscalização

O Selo Digital de Fiscalização é a evolução do antigo selo autoadesivo, instituído pela Lei Complementar n. 175, de 28 de dezembro de 1998 (alterada pelas Leis Complementares n. 279, de 27 de dezembro de 2004, n. 365, de 7 de dezembro de 2006, n. 408, de 7 de maio de 2008 e n. 429, de 23 de dezembro de 2008), composto por um conjunto de soluções tecnológicas elaborado com o objetivo principal de aprimorar a segurança dos atos praticados nas serventias extrajudiciais de Santa Catarina.

Desenvolvido pela própria equipe do Poder Judiciário de Santa Catarina e implantado em parceria com as empresas fornecedoras de sistemas informatizados de automação, trata-se de ferramenta que faz uso de um conjunto padronizado de interfaces de conexão, as quais têm por finalidade a interoperabilidade dos sistemas informatizados usados no TJSC e nos serviços notariais e de registro.

A partir da aplicação do Selo Digital de Fiscalização aos atos extrajudiciais e da remessa obrigatória das informações dos atos pelas serventias que os praticaram para o Poder Judiciário catarinense, tornou-se possível a qualquer interessado que esteja na posse de um documento com Selo Digital proceder, em tempo real, à visualização das informações completas do ato lavrado diretamente no Portal de Consulta, disponível na internet, no endereço <http://selo.tjsc.jus.br>, de forma a conferir, assim, um alto nível de segurança e transparência à atividade.

Importante destacar que o Selo Digital de Fiscalização desenvolvido em Santa Catarina difere do utilizado em outros estados em razão, primeiramente, da possibilidade de consulta pelos usuários dos serviços notariais e de registro das informações dos atos e, também, pela alimentação de um banco de dados que pode ser utilizado para o desenvolvimento de outros sistemas informatizados dedicados à auditoria do próprio Selo Digital. Tudo isso se soma, ainda, à possibilidade de as serventias escolherem o sistema com que desejem trabalhar, dentre as empresas que prestam este tipo de serviço no mercado. O resultado positivo é aferido pelo incremento da agilidade e da segurança no fornecimento de selos, pela dispensa do manuseio e da estocagem e pela eliminação da possibilidade de extravio, de roubo ou da inutilização das unidades de selos virtuais.

Em 2014, com propósito da adoção de um novo sistema eletrônico de ressarcimento, atualmente em fase de elaboração, a CGJ, por meio da Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais, procedeu ao lançamento da versão 2.1 do sistema do Selo Digital de Fiscalização.

Nessa nova versão, cujo prazo final de implantação encerrou-se em 31 de outubro de 2014, foram disponibilizados novos campos de preenchimento nos modelos dos atos selados, destinados a abarcar as informações necessárias para viabilização do sistema de ressarcimento eletrônico. Para tanto, determinou-se que, até a data mencionada, os sistemas utilizados nas serventias extrajudiciais catarinenses já se encontrassem adaptados para o envio das informações previstas nos novos campos.

Do mesmo modo, em atenção à necessidade de adequação dos serviços informatizados, mantidos no âmbito do projeto do Selo Digital de Fiscalização, à nova infraestrutura de banco de dados do Poder Judiciário catarinense, a CGJ, por meio da Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais, comunicou que os sistemas informatizados de automação utilizados pelas serventias extrajudiciais do estado deveriam encontrar-se devidamente adaptados aos novos padrões técnicos até 31 de outubro de 2014, de modo a utilizar o servidor de banco de dados Jboss7.

Ao final do prazo acima mencionado, a versão antiga da infraestrutura foi desativada. Naquela data, 31 de outubro de 2014, todas as serventias extrajudiciais do estado encontravam-se devidamente adaptadas.

A versão atualmente em utilização do Selo Digital é a 2.2.1, lançada em outubro de 2015, que dá suporte aos serviços necessários à implantação do Sistema de Ressarcimento Eletrônico de Atos Gratuitos.

Cumprir informar, ainda, que desde a implantação (29-6-2011), até o dia 14 de novembro de 2016, foram lavrados ao todo 128 milhões¹⁵ (cento e vinte e oito milhões) de atos notariais e de registro.

Salienta-se, ademais, que o sistema do Selo Digital de Fiscalização instaurou um novo paradigma de gestão nas serventias extrajudiciais e criou um conjunto padronizado de interfaces que permitiu a interoperabilidade entre os sistemas utilizados nas serventias e os mantidos pelo Tribunal de Justiça de

¹⁵Fonte: sistema gerenciador do Selo Digital;
Corregedoria-Geral da Justiça
Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208 – 11º andar da Torre I – Centro
Florianópolis/SC – CEP: 88020-901



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

Santa Catarina. De tal modo, permitiu-se o desenvolvimento de sistemas de tecnologia da informação de apoio.

Ao longo de 2016, foram apreciados os seguintes processos vinculados à Comissão de Sistemas Eletrônicos, ordenados por data, do mais recente ao mais antigo:

PROCESSO	PROJETO/ASSUNTO	DATA DA DECISÃO
593109-2015.6	Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNJ)	21/01/2016
0011152-60.2014.8.24.0600	Criação de Grupo de Trabalho para implantação do Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais, módulo de Primeiro Grau	18/02/2016
0011852-36.2014.8.24.0600	Central de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas	22/04/2016
0000745-24.2016.8.24.0600	Cessão dos Códigos Fonte e da tecnologia do Sistema do Selo Digital de Fiscalização ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí	06/07/2016
0000700-20.2016.8.24.0600	Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais	14/07/2016
0000932-32.2016.8.24.0600	Troca de Informações TRE/SC	12/08/2016
0013079-95.2013.8.24.0600	Troca de Informações SSP/SC	12/08/2016
0001117-70.2016.8.24.0600	Sistema Nacional de Informações do Registro Civil (SIRC) e Central Nacional de Informações do Registro Civil (CRC)	02/09/2016
0011152-60.2014.8.24.0600	Encerramento das atividades do Grupo de Trabalho para implantação do Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais, módulo de Primeiro Grau	14/11/2016

Abaixo, segue a relação de comunicados expedidos pela Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais, que envolve todos os projetos por si desenvolvidos:

DATA	COMUNICADO	ASSUNTO
05/02/2016	Comunicado n. 1/2016	Estatística dos itens de correição que mais foram observados nas serventias extrajudiciais de Santa Catarina no período 2014-2016;
26/02/2016	Comunicado n. 2/2016	Novo item na tabela padronizada de tipos de atos no sistema do Selo Digital;
117/03/2016	Comunicado n. 3/2016	Novos itens na tabela padronizada de tipos de atos e de tipos de cobrança no sistema do Selo Digital;
06/04/2016	Comunicado n. 4/2016	Novo tipo de cobrança no sistema do Selo Digital de Fiscalização;
27/04/2016	Comunicado n. 5/2016	Novo tipo de cobrança no sistema do Selo Digital de Fiscalização (CF, art. 5º LXXIV);
07/06/2016	Comunicado n. 6/2016	Não utilização do tipo de cobrança n. 33 e criação do tipo de cobrança n. 41 do sistema do Selo Digital de Fiscalização;
17/06/2016	Comunicado n. 7/2015	Novo tipo de cobrança n. 42 do Sistema do Selo Digital de Fiscalização (PAC's)
21/10/2015	Comunicado n. 8/2015	Novo tipo de cobrança n. 43 do Sistema do Selo Digital de Fiscalização

Corregedoria-Geral da Justiça
Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208 – 11º andar da Torre I – Centro
Florianópolis/SC – CEP: 88020-901



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

		(PMCMV)
18/08/2016	Circular n. 100	Remessa de Informações pelo Sistema do Selo Digital ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

O ano de 2016 foi marcado pelo estreitamento da parceria entre o Núcleo IV da CGJ e o órgão de fiscalização correspondente no Tribunal de Justiça do Piauí, cujo início se deu a partir da realização de videoconferência no dia 17 de junho.

Com o avanço das tratativas, foi possível a remessa, ao Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, dos códigos-fonte do sistema do Selo Digital de Fiscalização, somados à estrutura de banco de dados, tecnologia de redes e documentação técnica do projeto, com vistas à implantação desta tecnologia naquele estado.

Nesse mesmo ano, foram enviados/respondidos aproximadamente mil e-mails relacionados a dúvidas e a questionamentos sobre a implantação e a operação do Selo Digital de Fiscalização, e também em relação aos demais projetos levados a cabo pela Comissão de Sistemas Eletrônicos Extrajudiciais.

2.4.4 Projetos do Núcleo IV

Ao longo do ano de 2016, foram geridos no âmbito do Núcleo IV da CGJ diversos projetos afetos à matéria extrajudicial, todos iniciados e desenvolvidos com o desiderato de incrementar a qualidade da prestação do serviço público delegado de notas e de registros, bem como de racionalizar os procedimentos regulatórios efetivados pelo setor e também pelas serventias extrajudiciais. As seguintes iniciativas merecem destaque:

Sistema de Inspeções Virtuais

O Selo Digital de Fiscalização foi lançado em Santa Catarina no dia 29 de junho de 2011, com término da implantação em março de 2012. A partir

Corregedoria-Geral da Justiça
Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208 – 11º andar da Torre I – Centro
Florianópolis/SC – CEP: 88020-901

de então, pela estratégia de desenvolvimento tecnológico adotada, tornou-se necessária a avaliação da qualidade das informações remetidas pelas serventias extrajudiciais catarinenses. Aludida aferição justifica-se não somente na importância do cumprimento da formalidade exigida pelos campos padronizados dos modelos de atos, como também na garantia do envio de dados confiáveis, apegados à realidade notarial e de registro, elementos indispensáveis para que o Poder Judiciário catarinense possa desenvolver sistemas de gestão que utilizem estas informações como programas de apoio à tomada de decisão.

A partir da implementação definitiva do sistema do Selo Digital de Fiscalização, em plena utilização em Santa Catarina desde o primeiro semestre de 2012, e por meio da remessa, pelas serventias notariais e de registro catarinenses, do conteúdo completo da integralidade dos atos por eles lavrados, tornou-se possível o desenvolvimento de iniciativas gerenciais que permitissem a utilização dos dados dos atos para o aprimoramento e aperfeiçoamento das atividades de fiscalização e de orientação desempenhadas pelo Núcleo IV da CGJ.

Como primeira iniciativa de controle advinda do projeto do Selo Digital, foi possível o desenvolvimento de uma ferramenta automatizada de análise e de verificação de qualidade e geração de relatórios, denominada de Sistema de Inspeções Virtuais/Auditoria do Selo Digital de Fiscalização, implantado em outubro de 2013. A partir da sua utilização, até o presente, viabilizou-se a realização de avaliação da qualidade dos atos remetidos pelos serviços notariais e de registro, atividade que possibilitou a realização de inspeções correicionais virtuais na totalidade dos serviços de notas e de registros do estado em apenas um mês, o que, a partir de então, repete-se mês a mês.

Atualmente, encontra-se mapeado um conjunto de aproximadamente 300 (trezentas) observações, que são aplicadas automaticamente sobre a integralidade dos atos enviados pelas serventias extrajudiciais ao longo do período analisado. O procedimento inclui a geração

de relatórios que consignam não apenas os erros apontados pela metodologia de inspeção virtual, como também a correspondente determinação de melhoria e adequação, além de exibir alguns exemplos de atos enviados com o erro apontado, como forma de possibilitar ao notário/registrador elemento visual para adequação dos atos. A cada mês repete-se o procedimento, por meio do envio automatizado dos relatórios para cada serventia extrajudicial até o dia dez do mês subsequente.

Mediante a utilização desta ferramenta tecnológica e gerencial, permitiu-se o desenvolvimento de novos mecanismos de gestão necessários a qualificar as políticas públicas relacionadas aos serviços notariais e de registro, especialmente no tocante à garantia da qualidade das informações dos atos. Por consequência, propiciou-se o envio de dados dos assentos de registro civil para os demais órgãos públicos que os consomem, como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, e, mais especificamente, possibilitou-se a utilização dos dados dos atos lavrados nas serventias extrajudiciais catarinenses para alimentação do novo sistema de ressarcimento eletrônico de atos gratuitos, em fase de desenvolvimento. A expectativa quanto à adoção deste método traduz-se na racionalização dos procedimentos de pedido de reembolso de atos gratuitos praticados pelos delegatários notariais e de registro, agora de maneira automatizada e submetida a um rígido controle de qualidade.

O sistema, já implantado, encontra-se em permanente evolução tecnológica e de conteúdo, diante do aumento da demanda de fiscalização da CGJ.

Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais

O procedimento de fiscalização e orientação levado a cabo pela CGJ de Santa Catarina nas serventias de notas e de registros de Santa Catarina, de maneira geral, era executado sem o apoio de sistema informatizado de automação que pudesse conferir maior racionalidade e padronização ao

mecanismo. Toda a atividade de fiscalização era desenvolvida de forma manual, com base em documentos de texto elaborados pela equipe de assessores, todavia sem a chancela de documento padrão de correição. Observou-se a necessidade de fazer frente à meta estipulada pela gestão da CGJ, que consistia em realizar atividades correicionais presenciais na totalidade dos 583 (quinhentos e oitenta e três) serviços notariais e de registro do estado em um período de dois atos, o que demandava o emprego de solução tecnológica compatível com o audacioso trabalho e com a qualidade exigida para tanto.

A partir da utilização do sistema de inspeções virtuais e dos inegáveis resultados que produziu para a administração pública em apenas seis meses de utilização - dos quais se pode destacar, é claro, a realização contínua e ininterrupta de inspeções em 100% (cem por cento) dos serviços de notas e de registros do estado mensalmente -, foi possível promover a ampliação desta ferramenta tecnológica, de forma a estender a sua utilização também para a execução das inspeções presenciais e, com isso, colocar em prática o projeto do Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais.

O objetivo desta iniciativa, por intermédio da criação de ferramenta tecnológica, é o de consolidar as observações previamente estabelecidas, devidamente atualizadas e incrementadas com os novos requisitos legais, normativos e de qualidade previstos no novo CNCGJ.

O desenvolvimento de ferramenta envolveu a divisão do trabalho em duas frentes, quais foram: (1) o aprimoramento/atualização/criação das regras de negócio/observações que compõem a listagem de tarefas para o trabalho presencial, etapa que contou com a participação da equipe de assessores correicionais divididos por área de especialidade/atuação; e (2) a consolidação das regras de negócio, fase que envolveu o desenvolvimento tecnológico da ferramenta propriamente dita, das interfaces de acesso ao usuário, do mecanismo de geração e de envio de relatórios e do mecanismo de variação do peso das regras/observações, respaldado nos indicadores de quantidade e

qualidade oriundos do sistema de *business intelligence* e do sistema de inspeções virtuais.

Após a realização do projeto piloto em serventias localizadas nas comarcas da Capital e de Gaspar, entre os dias 2 e 6 de junho de 2014, passou-se a adotar a ferramenta como modelo oficial para a realização da atividade de fiscalização e orientação efetuadas presencialmente nas serventias extrajudiciais catarinenses.

Superado pouco mais de um ano de utilização da ferramenta pela equipe de assessores correicionais do Núcleo IV da CGJ os resultados foram avaliados de modo positivo pelos gestores do órgão. Destacam-se o incremento da quantidade de correições realizadas, que viabilizou o alcance da totalidade das serventias extrajudiciais do estado, a padronização da atividade fiscalizatória, a racionalização dos procedimentos de acompanhamento dos relatórios de correições, a portabilidade da ferramenta para os demais setores de fiscalização do Poder Judiciário (exportação para o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, em 2015), a abrangência da atividade de fiscalização e a redução do tempo necessário para encerramento das atividades, muito inferior à sistemática manual outrora utilizada.

No ano de 2016 foi lançada a versão 4.0 da ferramenta, com melhorias de usabilidade e de *performance*, consoante demanda dos usuários do Núcleo IV. Além disso, foi desenvolvido, em parceria com a DTI, o módulo de Primeiro Grau do SCI, destinado à realização de correições pelos juízes diretores de foro, auxiliados pelos chefes de secretaria de foro e assessores jurídicos, a teor do disposto no artigo 12 do CNCGJ¹⁶. Para tanto, foi designado um Grupo de Trabalho formado por servidores do Núcleo IV com o desígnio de desenvolver-se um Manual do Sistema Integrado de Correições Extrajudiciais

¹⁶Art. 12. A correição periódica será realizada pelo juiz diretor do foro em todas as serventias da comarca e na secretaria do foro, no período de 2 (dois) anos, que coincidirá com o mandato do Vice-Corregedor-Geral da Justiça;

(Primeiro Grau)¹⁷, além de um programa de capacitação que foi levado a efeito nas nove regiões judiciárias de Santa Catarina, a saber: Grande Florianópolis (5-9-2016); Vale do Itajaí e Foz do Itajaí (6-9-2016); Planalto Norte (21-9-2016); Litoral Norte (23-9-2016); Litoral Sul (11-10-2016); Planalto Sul (14-10-2016); Extremo Oeste e Vale do Rio do Peixe (25-10-2016).

Encontra-se em desenvolvimento, pela DTI, nova funcionalidade que permitirá o acompanhamento das correições antes da sua autuação no sistema SAJ/5-CGJ, em interface que será acessada pela equipe da CGJ e pelos delegatários dos serviços notariais e de registro, que poderão justificar/comprovar a adoção de procedimento específico em relação a cada item constatado no trabalho correicional. Trata-se do módulo pré-processual do SCI.

Novo Sistema de Ressarcimento Eletrônico de Atos Gratuitos

Os delegatários do serviço notarial e de registro do estado de Santa Catarina fazem jus ao recebimento de reembolso, a título de emolumentos, pelos atos gratuitos que, por força de disposição legal, são obrigados a realizar. Inúmeros atos enquadram-se nesta condição, com destaque para os atos de registro de nascimento e de óbito, habilitação de casamento para os reconhecidamente pobres e atos notariais de inventário e divórcio, também para os reconhecidamente pobres.

A partir do envio dos atos por estes delegatários para o TJSC, por meio do Selo Digital de Fiscalização, foi desenvolvida a ferramenta eletrônica que faz uso de um conjunto de regras de negócio preestabelecido, de modo a capturar as informações necessárias para que o pedido de reembolso seja realizado pelo delegatário de maneira automatizada, diretamente em sistema próprio disponível na internet com esse objetivo. A cada mês, os notários e

¹⁷Disponível em:
http://cgj.tjsc.jus.br/intranet/correicoes/docs/manual_sistema_integrado_de_correicoes_extrajudiciais_SCI.pdf;

registradores que desejem efetuar pedido de ressarcimento, devem acompanhar os relatórios do sistema de ressarcimento eletrônico para identificar os atos que, à medida que forem recepcionados pelo Poder Judiciário, amoldem-se às regras de ressarcimento e se encontrem, portanto, aptos a ensejar o necessário reembolso. Na mesma ocasião, poderão observar aqueles que porventura incidiram em regra de controle que bloqueie preventivamente o ato para pedido de ressarcimento. Tudo isso sempre até o dia dez do mês subsequente ao da prática do ato. O sistema está em operação, em caráter oficial e definitivo, desde o dia 1º de novembro de 2015.

ExtraFácil

Os serviços extrajudiciais atraem gradualmente a atenção da sociedade brasileira, seja pelo interesse do indivíduo em salvaguardar direitos, seja pelo fato de a prática de determinado ato notarial ou de registro ser condição para fruição de benefícios estatais. Não obstante esse movimento de aproximação entre prestador e tomador de serviço, verifica-se ser acentuado – pelo menos em relação à maior parte da população, inclusive profissionais da área jurídica – o desconhecimento dos procedimentos das serventias extrajudiciais, o que resulta, por vezes, em dúvidas quanto à legalidade das indicações apresentadas pelos delegatários como requisitos para a prática de atos. Por consequência, não são raros os casos de interessado, por ignorância de regras basilares, formular requerimento de suscitação de dúvida ou mesmo satisfazer exigência indevida. Vê-se, em ambos os casos, realidades nocivas à qualidade do serviço extrajudicial: no primeiro, a falta de esclarecimento do usuário retarda a prestação do serviço extrajudicial e gera demanda ao Poder Judiciário; no segundo, o usuário, por vezes vítima da dinâmica negocial, acaba por aceitar exigência indevida ao não dispor de informações oficiais capazes de fragilizar a glosa apresentada pelo delegatário.

Por causa disso, os órgãos reguladores (CGJ e juízes do extrajudicial) há muito oferecem serviços de atendimento aos usuários. Na

atualidade, dito atendimento é realizado por meio de contato telefônico – para solução de consultas básicas – ou mediante análise de questionamentos escritos – para casos mais complexos. Os expedientes escritos são examinados tanto em procedimentos administrativos quanto por intermédio da ferramenta S@E.

Todavia, em razão da crescente demanda por tais serviços, verifica-se que tais instrumentos já não mais se mostram tão eficientes à prevenção de conflitos, por solucionar apenas questões pontuais que chegam ao conhecimento das autoridades - volume que não representa, de longe, os inúmeros casos de divergência entre delegatários e usuários. Outro aspecto que atinge a qualidade dos serviços prestados pelos referidos órgãos reguladores é a ausência de estímulo ao usuário para compreender, de forma sistemática e didática, o funcionamento das serventias extrajudiciais. Por não haver esse incentivo qualificado, o usuário deixa de conhecer previamente os procedimentos extrajudiciais já consolidados e, em razão disso, demanda o órgão regulador para lhe fornecer orientação que já poderia estar a sua disposição.

Nesse passo, criou-se ferramenta, acessível ao público, com linguagem de fácil compreensão, capaz de esclarecer tanto dúvidas básicas quanto questionamentos mais complexos, todos assentados em lei ou estampados em exegese sedimentada pelos órgãos reguladores.

A ferramenta, em linhas gerais, está estruturada em sistema de perguntas e respostas. Em cada tópico, há remissão ao respectivo dispositivo do novo CNCGJ, ou legislação relacionada, sobre o qual será inserido hyperlink. Ao clicar sobre dito dispositivo, o usuário é conduzido à subpágina dotada com informações relacionadas ao histórico da norma e aos atos normativos a ela correlacionados.

A disseminação do conhecimento por meio dessa ferramenta poderá, mesmo que a longo prazo, contribuir para fiscalização da atividade extrajudicial pelo próprio usuário, com reflexos positivos na qualidade do serviço.

Resultados esperados:

- Disseminação do conhecimento;
- Otimização dos serviços dos órgãos reguladores;
- Fiscalização dos serviços pelos usuários.

Etapas futuras:

- Atualização contínua dos quesitos formulados;
- Formular os quesitos relacionados às soluções de consulta e procedimentos administrativos;
- Desenvolvimento da nova versão da ferramenta eletrônica para:
 - Visualização em smartphones e tablets;
 - Interatividade com os usuários; e
 - Possibilidade de o administrador manter as informações da ferramenta por meio de Sistema de Gerenciamento desenvolvido pela Assessoria de Informática.

No ano de 2016, 25.647 (vinte e cinco mil seiscientos e quarenta e sete) usuários acessaram o sistema ExtraFácil e as páginas do projeto foram visualizadas 186.956 (cento e oitenta e seis mil novecentas e cinquenta e seis) vezes¹⁸.

Seguem abaixo informações estatísticas em relação ao projeto:

¹⁸Fonte: Relatório do sistema Analytics, emitido em 1º-12-2016.



1 de jan de 2016 - 1 de dez de 2016

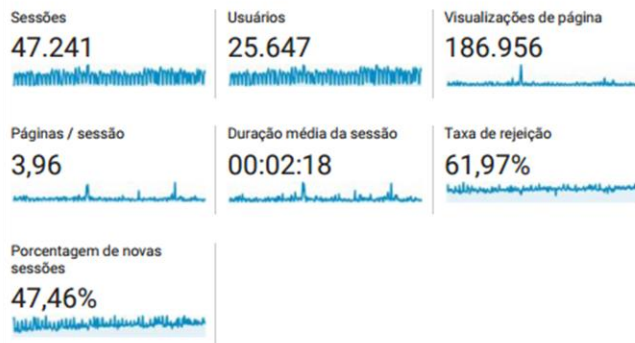
Visão geral do público-alvo

Você está usando uma vista da propriedade filtrada, o que pode resultar em uma contagem imprecisa dos usuários. [Saiba mais](#)

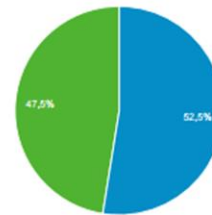
Todos os usuários
100,00% Sessões

Visão geral

Sessões



■ Returning Visitor ■ New Visitor



Cidade	Sessões	Porcentagem do Sessões
1. Florianópolis	5.351	11,33%
2. Sao Paulo	3.948	8,36%
3. Joinville	2.617	5,54%
4. Chapeco	1.913	4,05%
5. Itajai	1.515	3,21%
6. Curitiba	1.479	3,13%
7. (not set)	1.276	2,70%
8. Rio de Janeiro	1.266	2,68%
9. Belo Horizonte	1.222	2,59%
10. Blumenau	1.127	2,39%

Percebe-se pelo formulário acima que as consultas ao sistema ExtraFácil rompem as barreiras do estado de Santa Catarina.

Correições 2016-2017

No início do biênio administrativo 2016/2018, definiu-se como meta balizadora da atividade de correição, orientação e apoio do Núcleo IV da CGJ de Santa Catarina a realização de correições presenciais na totalidade das serventias de notas e de registros do estado, nos três próximos anos.

Para a organização do trabalho, a coordenação do Núcleo IV ficou responsável pela busca e pela individualização no SAJ-5/CGJ de todos os processos autuados que continham deliberação para a realização de correições presenciais prioritárias. Afora disso, buscaram-se informações coletadas do desempenho das serventias nas correições presenciais e virtuais dos anos anteriores.

Após, partiu-se para a elaboração de um calendário de correições que levou em consideração as questões logísticas de transporte e de deslocamento das equipes de trabalho, a individualização de eventuais feriados municipais nas localidades escolhidas e o desenvolvimento completo nas atividades em cada uma das nove regiões judiciárias de Santa Catarina.

Com o planejamento estruturado e um constante acompanhamento do desenvolvimento de cada uma das fases do projeto, foi possível, ao iniciar de cada ano, divulgar no Portal do Extrajudicial (<http://extrajudicial.tjsc.jus.br>), em um *hot site* específico de correições¹⁹, os calendários anuais de correições, que contêm a descrição completa de quais serventias seriam objeto de correição semanalmente e os assessores correicionais responsáveis pelas tarefas. O planejamento, que se encontra em plena execução, foi adaptado para equacionar os problemas pontuais enfrentados e resolvidos pelo Núcleo IV ao longo do período de implantação da metodologia.

Sistema de Cadastro das Serventias

O Sistema de Cadastro das Serventias Extrajudiciais é um conjunto de informações relevantes relacionadas com as serventias extrajudiciais do

¹⁹<http://extrajudicial.tjsc.jus.br/correicoes/2016/>;

estado de Santa Catarina, disponível em um sistema informatizado, além de servir como referência essencial às atividades extrajudicial e correicional.

Teve sua informatização iniciada em 1999, para atender ao selo físico de fiscalização implantado pela Lei Complementar n. 175, de 28 de dezembro de 1998, e inicialmente consistia num programa centralizado, um software *stand alone* que registrava os pedidos de compra de selos físicos, e a atualização dos dados se dava com base nas informações recebidas pela Corregedoria, por ofícios físicos em sua maioria.

Até 2009 o software foi atualizado de modo intensivo e agregou outros serviços, ademais dos registros de aquisição do extinto selo físico de fiscalização, como:

- Ajuda de custo das serventias deficitárias; e
- Ressarcimento dos atos gratuitos praticados pelo notário, registrador e juiz de paz.

Até 2012 foi mantido o mesmo programa, com adaptações e manutenções ao longo do tempo.

Após mais de uma década de uso, o sistema de cadastro dos serviços notariais e de registro revelou-se insuficiente às hodiernas necessidades do Núcleo IV desta CGJ, tais como, a título de exemplo, o preparo e a realização de inspeções e correições, a elaboração de projetos institucionais, a edição de normas gerais, o levantamento de dados estatísticos e o fornecimento de informações - mormente aquelas solicitadas pelos desembargadores para subsidiar decisões em processos administrativos e judiciais, e as informações relacionadas aos concursos públicos.

Ademais, por ser o cadastro alimentado apenas por este Órgão de Fiscalização, a inclusão de dados, em grande parte de menor relevância, comprometia o desempenho de outras atividades. Isso porque a atualização dos dados de 1.095 (mil e noventa e cinco) serviços extrajudiciais perpassava obrigatoriamente por duas etapas: a primeira, consistente na remessa dos referidos dados por notários e registradores; a segunda, no processamento

desses expedientes por servidor único destacado para essa atividade (Ordem de Serviço n. 1/2012 do Núcleo IV).

Em razão da aludida ampliação dos dados existentes, tornou-se praticamente impossível manter inalterado esse procedimento de atualização cadastral. Por conseguinte, o projeto do sistema proposto foi dotado de novas portas de alimentação, administradas por notários, registradores, juízes de paz, secretarias de foro e pela CGJ.

O novo projeto do sistema de cadastro planeja oferecer dados sobre a criação e situação dos serviços e de eventual unidade interligada, a classificação no âmbito da divisão judiciária, os canais de contato e o horário de funcionamento. Planeja, ainda, conter elementos atinentes à sede, à estrutura de informática, ao acervo e sinais públicos. E intenciona ofertar diversos dados do responsável e dos respectivos prepostos, especialmente aqueles relativos aos processos administrativos.

Esse conjunto de dados será crucial para a consecução de políticas institucionais e refletirá no aumento da eficiência dos serviços prestados por esta CGJ.

O dispositivo do antigo CNCGJ que contemplava essa dinâmica era o artigo 1.055.

O projeto foi inicialmente planejado para ser desenvolvido, implantado e mantido em sete módulos:

1. Básico;
2. Avançado;
3. Processos;
4. Serventia e estrutura de informática;
5. Unidades interligadas e juízes de paz;
6. Selo digital, ajuda de custo e ressarcimento; e
7. Classificação no âmbito da Divisão Judiciária.

A mudança inicial ocorreu em 2012. Com a publicação da Circular n. 20, de 13 de agosto de 2012, o Módulo 1 – Básico do sistema de cadastro *online* foi posto em operação pela internet e deu efetivo cumprimento ao artigo

1.055 do antigo CNCGJ, que delegava a atualização dos dados aos notários e registradores, mediante link específico constante no Portal do Extrajudicial. O Módulo 1 - Projeto Básico contemplou informações relacionadas a:

- Serventia;
- Responsável;
- Substituto;
- Prepostos;
- Livros; e
- Sinal Público.

A partir da atualização do CNCGJ, o artigo 434 passou a regular esse proceder, e prevê que o responsável pelo serviço extrajudicial é quem manterá o cadastro do serviço atualizado, nele informando o quadro funcional, as datas de abertura e encerramento dos livros obrigatórios, além de demais informações relevantes à fiscalização dos atos por este Órgão de Orientação.

As inclusões e alterações de dados são realizadas por meio de formulário eletrônico disponível na área restrita do Portal do Extrajudicial.

Embora o projeto do novo sistema cadastral tenha sido reativado em fevereiro de 2014 com a designação de novo gerente de projeto, devido à priorização de outros projetos e indisponibilidade de recursos humanos, somente em março de 2015 teve seu desenvolvimento efetivamente retomado. Em virtude da troca de gerência do projeto, haja vista a necessidade de atendimento ao regramento do CNCGJ, no qual constam vários normativos, esparsos, relacionados ao Sistema de Cadastro, alterou-se o antigo conceito de “módulos” para o de “versões”, nas quais as entradas e saídas devem ser definidas. Mercê disso, várias matérias anteriormente divididas em módulos podem ser atendidas no lançamento de uma nova versão do sistema, que traz como marco de lançamento das novas versões a transposição das dificuldades técnicas.

Em 2016 foram lançadas várias versões do Sistema de Cadastro, e a base de dados foi preparada para a inserção de ferramenta de *business*

intelligence, que possibilitará auxílio à tomada de decisão pela administração do Poder Judiciário.

No decorrer do ano houve uma reestruturação do modo de acesso ao sistema, quando o modelo deixou de ser baseado no ponto de vista da serventia extrajudicial, para ser vinculado à pessoa de acesso.

A contar dessa reestruturação foi possível o desenvolvimento do controle de acesso baseado em perfis. Com esteio nesse princípio, passou-se a atender ao regramento contido no CNCGJ que prevê o acesso por vários tipos de perfis (administrador, delegatário, direção de foro, responsáveis por órgãos externos etc.), cada perfil com as atribuições de sua competência.

Em novembro de 2016, a Circular n. 125, de 4 de novembro de 2016, lançou nova versão do Sistema de Cadastro, que trouxe novos perfis de acesso e permitiu o atendimento a regramentos existentes no CNCGJ.

A versão atual do Sistema de Cadastro possui os seguintes perfis:

- Administrador;
- Delegatário; e
- Juiz Corregedor de primeiro grau e Secretário de Foro.

Esse último perfil concretizou regramento existente no CNCGJ que determina a fiscalização das informações pelo Juiz Corregedor Permanente.

Com recente lançamento do perfil do Juiz Corregedor Permanente e Secretaria de Foro, mediante acesso ao ambiente restrito, os dados das relacionados atinentes ao extrajudicial passaram a ser fiscalizados de modo mais estreito pelo Juiz Corregedor de primeiro grau, tornando o controle e a orientação mais efetivos. Constituída de novo perfil, a Secretaria de Foro tem a habilidade de agir de maneira ativa por meio dele, podendo inserir os eventos de alçada da comarca diretamente na base de dados. Por tal motivo, a eficácia do serviço realizado pela comarca relacionado ao extrajudicial foi otimizada, uma vez que as comunicações dos eventos de sua alçada passaram a ser feitas de forma on-line, diretamente no Sistema de Cadastro. Entre os eventos passíveis de inserção pela Secretaria de Foro pode-se citar:

- Instalação de serventia;

- Suspensão de prazos/expediente externo de serventia, conforme regramento do artigo 94-A do CNGCJ;
- Penalidade administrativa de alçada do Diretor de Foro (repreensão ou multa, e suspensão de até 30 dias);
- Pendência de vacância decorrente de pedido de renúncia de delegatário formalizado perante a Direção do Foro;
- Transmissão de acervo; e
- Correição.

É de se destacar que ao se registrar um evento no histórico da serventia, ele pode ser inserido com a característica de visualização na pesquisa pública de serventias. E ao ser confirmado o registro do evento com essa qualificação ele passa imediatamente a constar no resultado da pesquisa pública de serventias extrajudiciais. Essa facilidade torna a disseminação das informações de interesse público ainda mais ágil. Como exemplo de evento de interesse público temos a suspensão de expediente externo da serventia.

Devido a várias priorizações de outros projetos, a entrega do projeto do Sistema de Cadastro do Extrajudicial, que estava prevista para o final de 2016, teve que ser postergada para meados do ano corrente, oportunidade na qual se estima que, com o desenvolvimento das novas versões vindouras, e vencidas as necessidades tecnológicas esperadas em razão da nova concepção do Sistema de Cadastro on-line, todos os regramentos do CNGCJ referentes ao tema sejam cumpridos.

Consoante as informações cadastrais, alguns dos resultados esperados são:

- Fornecimento de informações básicas da serventia para o público em geral;
- Auxílio no planejamento e na realização de inspeções e correições presenciais;
- Auxílio na elaboração de projetos institucionais (selo digital, inspeção virtual, ajuda de custo, ressarcimento de atos gratuitos, prestação de contas dos interinos etc.);

- Auxílio na edição de normas gerais;
- Auxílio no levantamento de dados estatísticos;
- Identificação dos concursos em que o(s) serviço(s) foi(ram) oferecido(s) sem provimento por titular;
- Identificação da classificação do serviço no âmbito da divisão judiciária;
- Conhecer outros canais de contato com o(s) serviço(s) extrajudicial(is);
- Saber o horário de atendimento ao público e situações que resultem na suspensão dos expedientes;
- Saber qual o vínculo do delegatário com o Poder Público (titular, interino ou interventor);
- Decidir sobre o patamar da remuneração do interventor, segundo as informações da serventia;
- Proporcionar auxílio na fundamentação jurídica para nomeação de interino;
- Conhecer o currículo dos responsáveis pelo serviço;
- Conhecer os dados profissionais e pessoais de todos os prepostos;
- Conhecer os livros gerais e específicos e as respectivas datas de abertura e encerramento;
- Tomar ciência de procedimentos administrativos, procedimentos administrativos preparatórios, prestações de contas de interinos, processo administrativo disciplinar e processo judicial;
- Conhecer a estrutura física (local onde é prestado o serviço) e estrutura de informática da serventia;
- Obter dados sobre selo digital de fiscalização, ressarcimento dos atos gratuitos e ajuda de custo;
- Identificar se há unidades interligadas (Provimentos n. 13 e 17 e Recomendação n. 18, da Corregedoria Nacional da Justiça);
- Visualizar dados profissionais e pessoais sobre os juízes de paz;
- Possibilitar a visualização de documentos anexados e a emissão de relatórios;

- Manter histórico dos dados importantes;
- Permitir o acesso de informações específicas relacionadas ao serviço extrajudicial, mediante a instituição de meios seguros de acesso relacionados ao perfil de cada usuário (público em geral, órgão interno do TJSC, órgão externo, Direção do Foro etc.) para que o sistema possa ser visualizado ou alimentado pelos diversos órgãos do Poder Judiciário, notários, registradores, juízes de paz, entre outros.
- Auxiliar no fornecimento de informações mais precisas e de modo mais célere aos diversos órgãos e setores (lista de vacância para concursos públicos, sistema Justiça Aberta - CNJ, Pedidos de Providências do CNJ etc.);
- Servir como base de informações para a tomada de decisões pela Administração (processos de desdobro, desmembramento, anexação, desanexação, fusão, acumulação, desacumulação, e extinção de serventias); e
- Servir como apoio, enfim, para toda e qualquer atividade correlata ao extrajudicial, que apresente necessidade de fornecimento de informações concernentes às unidades extrajudiciais de Santa Catarina.

Etapas que estão por vir:

- Lançamento da nova versão do sistema de cadastro, prevista para meados deste ano; e
- Aprimoramento do Sistema de Cadastro, a exemplo do que foi feito no Sistema do Selo Digital, ao migrá-lo para um Sistema de Informações Gerenciais (SIG), por intermédio da agregação de *business intelligence*, capaz de manipular e personalizar as informações existentes, para auxiliar a tomada de decisões pela Administração.

Revisão do Regimento de Emolumentos

A finalidade do projeto, iniciado no ano de 2014, consistiu em propor um reestudo no Regimento de Emolumentos, em razão, principalmente, da

prevalência dos valores atuais de determinados tipos de atos. Aludidos valores poderiam tornar inviável a manutenção dos serviços notariais e de registro, sobretudo de pessoas naturais, por falta de recursos, especialmente nas pequenas cidades. Malgrado possuam número reduzido de habitantes e, por decorrência lógica, pouca demanda, aludidos municípios ainda prestam a modalidade de atendimento em tela à população e precisam fazê-lo com qualidade, selecionados os servidores pela via estreita do concurso público.

Com a proposta do novo Regimento de Emolumentos de Santa Catarina, desenvolveu-se um trabalho mais aprofundado que permitiu reajuste pontual em alguns dos valores dos atos notariais e registrais, os quais, atualmente, se encontram em importe abaixo da realidade verificada em diversas unidades da Federação. O estudo, levado a cabo pela Assessoria Extrajudicial do Núcleo IV e pela Assessoria de Custas e Emolumentos, ambas da CGJ, no ano de 2015, pautou-se nas discrepâncias existentes entre os valores atribuídos a atos semelhantes de especialidades diferentes do serviço extrajudicial, de maneira a uniformizá-los. Também se procurou reajustar os valores dos atos específicos dos cartórios de registro civil das pessoas naturais, os quais, em sua maioria, integram o rol de serventias consideradas deficitárias.

O novo Regimento de Custas e Emolumentos apresenta várias modificações textuais, além de aumento real dos emolumentos de determinados atos, sem perder de vista a atual situação econômica do país e de sua população.

Ao final do ano de 2015, entendeu-se por bem não conduzir o projeto à apreciação pelo Tribunal Pleno do TJSC. Logo, os autos n. 0011730-23.2014, que abrigam o projeto, voltaram ao Núcleo para reestudo.

O trabalho em comento foi desenvolvido no transcorrer do ano de 2016. Entretanto, em recente parecer datado de 14 de novembro daquele ano, e na mesma oportunidade homologado, concluiu-se que, à vista do cenário financeiro e econômico atual do País, o procedimento deveria ser suspenso

pelos próximos 120 (cento e vinte) dias. Portanto, a retomada das atividades ficou apazada para este ano.

Integração das informações do Selo Digital com demais órgãos públicos

Dada a adoção do sistema do Selo Digital de Fiscalização entre os anos de 2011 e 2012, as serventias extrajudiciais de Santa Catarina passaram a enviar as informações completas dos atos lavrados para o banco de dados do Poder Judiciário estadual, de maneira padronizada. Do mesmo modo, sabe-se que estas serventias devem, por força de lei e periodicamente, encaminhar uma série de informações para órgãos públicos diversos, o que ocasiona o consumo de recursos das serventias, tanto de pessoal quanto de estrutura, na medida em que o volume de dados, normalmente, é bastante expressivo.

O objetivo desta atividade é de, conforme a necessidade dos órgãos públicos que recebem informações das serventias, disponibilizar os dados por elas enviados no sistema do Selo Digital para que sejam consumidos por estes órgãos, de maneira centralizada, sem a obrigatoriedade de que a serventia proceda ao envio tanto para o TJSC quanto para o órgão demandante. Até o momento, encontram-se em operação os sistemas de integração de dados com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, em particular em relação às informações dos óbitos lavrados no estado; com o SIRC, no que tange às informações de nascimentos, casamentos e óbitos, e, ainda em sede de projeto piloto nacional, com o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRE/SC) e com o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, estes últimos no tocante às informações de óbitos.

Espera-se que, com a implantação de novas iniciativas de integração de informações, as serventias extrajudiciais possam remeter as informações dos atos nelas lavrados apenas para o Poder Judiciário de Santa Catarina, que, por sua vez, seria o responsável por disponibilizar estas informações para consumo pelos demais órgãos públicos, como o IBGE, TRE/SC etc. Haverá, pois, economia de recursos de serventias, por vezes

deficitárias, e do Estado em si, na medida em que terá de gerir uma única integração (com o TJSC), e não diversas (com as serventias), como hoje se verifica.

Sistema Nacional de Informações do Registro Civil (SIRC)

Foi lançada, em âmbito nacional, a Central Nacional de Informações do Registro Civil (SIRC), por meio do decreto n. 8.270, assinado pela Presidente da República em 26 de junho de 2014.

O escopo do projeto contempla a criação, em cada estado federativo, de uma central de remessa de arquivos, chamada de CER, por meio da qual serão encaminhadas para o sistema nacional as informações dos nascimentos, dos casamentos e dos óbitos lavrados pelos serviços extrajudiciais estaduais, de modo a subsidiar os sistemas de informações nacionais e, assim, irradiar efeitos nas políticas públicas do país.

Por intermédio de decisão recente do conselho gestor do sistema SIRC, criou-se em Santa Catarina a primeira unidade centralizadora (CER), que ficará sob a responsabilidade do TJSC. Esta instituição fará a remessa eletrônica e automatizada das informações dos atos obtidos pelo sistema do Selo Digital de cada uma das serventias extrajudiciais catarinenses para o banco de dados do sistema SIRC em nível nacional, como forma de alimentar sistema de gerenciamento das informações do registro civil das pessoas naturais.

Para tanto, ao longo do ano foram realizadas reuniões entre a equipe técnica do TJSC e os gestores do sistema SIRC, mediante as quais foi estabelecida uma agenda conjunta de desenvolvimento. A ferramenta eletrônica de remessa das informações do Selo Digital para o sistema SIRC acha-se concluída, de forma que remanescem pendentes apenas os testes finais de conexão com a interface mantida pela Dataprev/INSS.

Tão logo perfectibilizados os necessários e derradeiros testes, as informações estarão aptas ao envio para a Central Nacional, atividade que será pioneira no Brasil.

Através dos anos de 2015 e 2016, o projeto alcançou a fase de validação das informações enviadas ao longo do período anterior, em trabalho realizado em parceria com a DATAPREV, por meio do qual se está a verificar o acerto do mecanismo de envio de dados e a verificação da qualidade das informações remetidas pelas serventias extrajudiciais catarinenses para o sistema.

Ajustes na Ajuda de Custo das Serventias

Fundado na obrigatoriedade de manutenção dos serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais nas sedes de município, assim como atento à condição deficitária da maioria das serventias, deu-se início a estudos que visam ao melhor equilíbrio na distribuição da ajuda de custo.

Hodiernamente, a norma elenca critérios objetivos a justificar o recebimento de ajuda de custo pelas serventias, calcados exclusivamente na classificação da entrância em que localizadas. O valor pago é fixo, atualizado anualmente, e independe da real situação financeira da serventia.

Os estudos realizados pelo Núcleo IV apuraram quantidade significativa de serventias que, conquanto gozem de razoável superávit, ainda assim recebem mês a mês a ajuda de custo. Por outro lado, o valor fixo pago a todas as beneficiadas mostra-se, por vezes, ínfimo para o fim a que se destina.

Após apurada a arrecadação total de todas as serventias no ano de 2015, estabeleceu-se piso hipotético de faturamento bruto para as serventias - R\$ 8.000,00 (oito mil reais). À luz desse critério, apurou-se ser possível readequar a distribuição da ajuda de custo, de modo a pagar às serventias somente o montante suficiente a complementar o piso de arrecadação. Tal medida implicaria, com base nos números de 2015, mínima alteração nos valores totais de pagamento da ajuda de custo, porém de maneira a melhor

equilibrar a balança. Acarreta, por derradeiro, o efetivo auxílio às serventias mais deficitárias, essenciais ao cumprimento da obrigação legal.

Os cálculos, já concluídos, estão consolidados nos autos n. 011072-96-2014, no bojo dos quais consta minuta de proposta de projeto de lei que regulamenta a matéria.

Revisão do sistema de *business intelligence* do Selo Digital

Criado a partir da experiência do sistema do Selo Digital de Fiscalização, ainda em 2012, o sistema de *business intelligence* do Selo Digital, ferramenta tecnológica desenvolvida pela DTI do TJSC, tem por meta aglutinar e categorizar as principais informações enviadas no corpo dos atos de notas e de registros remetidos pelas serventias extrajudiciais ao Poder Judiciário catarinense, de maneira concatenada e estruturada, com o objetivo de que sirvam para a tomada de decisão gerencial do Núcleo IV da CGJ.

O sistema sofreu grande readequação no que toca à nova realidade de estrutura de tecnologia da informação utilizada pelo Poder Judiciário local, e também em atenção às novas exigências de usabilidade e ergonomia demandadas pela Assessoria Extrajudicial. Tornou-se, portanto, mais estável e, sobretudo, ágil.

Dentre as melhorias, nos *cubos*²⁰ de ‘atos’ e de ‘geração de selos’, destaca-se o incremento do desempenho de coleta de dados, exibidos com incomparável agilidade em cotejo à versão anterior, e o incremento da interface do usuário, mais amigável e direta. A ferramenta adotada, *Pentaho BI Suite*, foi também atualizada para a sua última versão disponível em 2016.

2.4.5 Atividades desenvolvidas nos setores do selo de fiscalização, ressarcimento e ajuda de custo

²⁰Estrutura donde se retiram as informações.

- Reajuste dos valores do benefício da ajuda de custo destinado às serventias deficitárias (Lei Complementar n. 429/08), nos termos da decisão do Conselho da Magistratura constantes nos autos n. 0001724-20.2015.8.24.0600, e pagamento realizado com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2016, a partir da receita obtida por meio da venda dos Selos Digital de Fiscalização (Tabela 1):

- **Tabela 1: Ajuda de Custo**

MÊS	VALOR
Janeiro (1)	R\$ 417.263,45
Fevereiro (2)	R\$ 427.053,34
Março	R\$ 419.085,90
Abril	R\$ 419.085,90
Maio	R\$ 419.085,90
Junho (3)	R\$ 428.200,10
Julho (4)	R\$ 419.997,45
Agosto	R\$ 419.997,45
Setembro	R\$ 419.997,45
Outubro	R\$ 419.997,45
Novembro	R\$ 419.997,45
Dezembro	Pagamento pendente
TOTAL	R\$ 4.629.761,84

Fonte: Setor de Selo – Núcleo IV.

- (1) Exclusão da escritania de paz do distrito de Rio das Pedras da comarca de Videira, que no ano de 2015 comprou quantidade superior a 50% do adquirido pelo Registro Civil da sede da comarca; exclusão da escritania de paz do distrito de Sede Figueira da comarca de Chapecó, do inciso III, do artigo 14 da LCE n. 175/1998, incluindo-a na benesse do inciso I do apontado dispositivo, em razão da transmissão de acervo do ofício havida em 16-12-2015 (conforme expediente constante nos assentos deste setor), que implicou o deslocamento do ofício: do município de Nova Itaberaba (onde os expedientes da escritania de paz ali localizada e da escritania de Sede Figueira encontravam-se reunidos) para o distrito de Sede Figueira;
- (2) Exclusão da escritania de paz do município de Rio do Oeste, comarca de Rio do Oeste, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, nos Autos n. 0000033-34.2016.8.24.0600; exclusão da escritania de paz do município de Coronel Freitas, comarca de Coronel Freitas, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, nos Autos n. 0000099-14.2016.8.24.0600; inclusão da escritania de paz do município de Zortéa, comarca de Campos Novos, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, nos Autos n. 0000071-46.2016.8.24.0600; inclusão da escritania de paz do distrito de Rio D'uma, comarca de Imaruí, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, nos Autos n. 0000100-96.2016.8.24.0600; inclusão do registro civil, títulos e documentos e pessoas jurídicas da comarca de Coronel Freitas, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, nos Autos n. 0000099-14.2016.8.24.0600; inclusão do registro civil, títulos e documentos e registro de imóveis da comarca de Rio do Oeste, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, nos Autos n. 0000101-81.2016.8.24.0600; alteração do critério do ofício de registro civil títulos e documentos e pessoas jurídicas da comarca de Abelardo Luz, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, nos Autos n. 0000072-31.2016.8.24.0600; alteração do critério da escritania de paz do distrito de Figueira, comarca de Chapecó, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça nos Autos n. 0000073-16.2016.8.24.0600;



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

- (3) Inclusão da escrivania de paz do município de Brunópolis, comarca de Campos Novos, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça nos Autos n. 0000213-50.2016.8.24.0600; alteração do critério de recebimento da escrivania de paz do distrito de marombas, pertencente ao município de Brunópolis, comarca de Campos Novos, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça nos Autos n. 0000213-50.2016.8.24.0600; e
- (4) Exclusão do ofício de registro civil, títulos e documentos e pessoas jurídicas da comarca de Pomerode, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça nos Autos n. 0000801-57.2016.8.24.0600.

- Pagamento a título de ajuda de custo no exercício de 2016 do corresponde a: R\$ 1.670,90 (mil seiscentos e setenta reais e noventa centavos) para as escrivanias de paz localizadas nos municípios considerados comarcas não-instaladas ou em distritos de comarcas de entrância inicial; no valor de R\$ 1.367,00 (mil trezentos e sessenta e sete reais) para o registro civil localizado na sede de comarcas de entrância inicial; e no valor de R\$ 1.063,25 (mil sessenta e três reais e vinte e cinco centavos) para as escrivanias de paz localizadas em distritos de municípios que sejam sede de comarca de entrância final e especial, que adquiriram, no ano anterior, número de selos de fiscalização inferior a 50% (cinquenta por cento) do adquirido pelo registro civil da respectiva sede;
- Revisão anual das serventias que fazem jus ao benefício da ajuda de custo previsto no inciso III do artigo 14 da Lei n. 175/1998;
- Controle e pagamento do ressarcimento dos atos gratuitos no exercício de 2016 (Tabela 2):

○ **Tabela 2: Ressarcimento dos Atos Gratuitos – Serventias Extrajudiciais**

MÊS	VALOR
Janeiro (1)	R\$ 1.539.391,26
Fevereiro (2)	R\$ 1.576.310,08
Março (3)	R\$ 1.609.924,30
Abril (4)	R\$ 2.045.604,47
Mai (5)	R\$ 1.891.750,95
Junho (6)	R\$ 1.843.906,53
Julho (7)	R\$ 2.025.038,73
Agosto (8)	R\$ 1.896.892,87
Setembro (9)	R\$ 1.982.684,94
Outubro (10)	R\$ 2.001.319,80
Novembro (11)	R\$ 1.688.365,02
Dezembro	Pagamento pendente

Corregedoria-Geral da Justiça
Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208 – 11º andar da Torre I – Centro
Florianópolis/SC – CEP: 88020-901



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

TOTAL	R\$ 20.101.188,95
--------------	--------------------------

Fonte: Setor de Selo – Núcleo IV.

- (1) Referente a 52.108 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 2-12-2015 e 10-1-2016;
- (2) Referente a 42.412 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 2-1-2016 e 10-2-2016;
- (3) Referente a 53.760 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 1-2-2016 e 10-3-2016;
- (4) Referente a 56.510 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 1-3-2016 e 0-4-2016;
- (5) Referente a 54.108 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 1-4-2016 e 10-5-2016;
- (6) Referente a 55.523 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 1-5-2016 e 10-6-2016. Neste mês foi efetuado, também, o pagamento de R\$ 1.470,00, que corresponde à verba de ressarcimento, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, no processo n. 0002039-48.2015.8.24.0600;
- (7) Referente a 61.902 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 1-6-2016 e 10/7/2016. Neste mês foi efetuado, também, o pagamento de R\$ 180,90 (cento e oitenta reais e noventa centavos), que corresponde à verba de ressarcimento, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, no processo n. 0000631-85.2016.8.24.0600. Igualmente o pagamento de R\$ 5.050,85, que corresponde à verba de ressarcimento, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, no processo n. 0000775-59.2016.8.24.0600;
- (8) Referente a 62.082 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 1-7-2016 e 10-8-2016;
- (9) Referente a 56.497 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 1-8-2016 e 10-9-2016;
- (10) Referente a 57.185 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 1-9-2016 e 10-10-2016; e
- (11) Referente a 47.927 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 1-10-2016 e 10-11-2016. Neste mês foi efetuado, também, o pagamento de R\$ 36.227,75, que corresponde à verba de ressarcimento, na forma da decisão proferida pelo Vice-Corregedor-Geral da Justiça, no processo n. 0013405-55.2013.8.24.0600.

- Revisão anual das serventias que fazem jus ao benefício da ajuda de custo previsto no inciso III do artigo 14 da Lei n. 175/1998;
- Atualização do sistema de ressarcimento, a fim de aprimorar o controle realizado por esta Corregedoria nos atos gratuitos praticados e cadastrados pelas serventias (juiz de paz, ajuda de custo, CDA's);
- Controle e pagamento do ressarcimento dos atos gratuitos dos juízes de paz no exercício de 2016 (Tabela 3):

○ **Tabela 3: Ressarcimento dos Atos dos Juízes de Paz**

MÊS	VALOR
Janeiro (1)	R\$ 25.764,75
Fevereiro (2)	R\$ 12.880,00
Março (3)	R\$ 13.177,00
Abril (4)	R\$ 12.971,00
Maió (5)	R\$ 18.492,00
Junho (6)	R\$ 29.601,00
Julho (7)	R\$ 30.241,00
Agosto (8)	R\$ 28.837,00

Corregedoria-Geral da Justiça
Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208 – 11º andar da Torre I – Centro
Florianópolis/SC – CEP: 88020-901



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

Setembro (9)	R\$ 18.538,00
Outubro (10)	R\$ 27.138,00
Novembro (11)	R\$ 23.919,00
Dezembro	Pagamento pendente
TOTAL	R\$ 241.558,75

Fonte: Setor de Selo – Núcleo IV.

- (1) Referente a 609 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-12-2015 e 10-1-2016. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2016.
- (2) Referente a 280 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-1-2016 e 10-2-2016. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2016.
- (3) Referente a 286 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-2-2016 e 10-3-2016. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2016.
- (4) Referente a 282 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-3-2016 e 10-4-2016. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.
- (5) Referente a 402 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-4-2016 e 10-5-2016. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.
- (6) Referente a 640 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-5-2016 e 10-6-2016. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.
- (7) Referente a 657 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-6-2016 e 10-7-2016. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.
- (8) Referente a 627 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-7-2016 e 10-8-2016. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.
- (9) Referente a 403 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-8-2016 e 10-9-2016. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.
- (10) Referente a 590 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-9-2016 e 10-10-2016. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.
- (11) Referente a 520 atos ressarcidos, os quais foram solicitados no período compreendido entre 11-10-2016 e 10-11-2016. Não houve bloqueio nem atos a serem retificados, na forma da Circular n. 16/2013, de 15-8-2013.

- Disponibilização de 23.961.574 (vinte e três milhões, novecentos e sessenta e um mil quinhentos e setenta e quatro) selos de fiscalização digitais para uso nas Serventias Extrajudiciais entre 1º-1-2016 e 30-11-2016 (Tabela 4):

- **Tabela 4: Selos Digitais Adquiridos pelas Serventias entre 1º-1-2016 e 30-11-2016**

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
Normal	21.383.787
D.U.T.	1.678.366
Escritura com Valor	131.759
Isento	767.662
TOTAL	23.961.574

Fonte: <http://selo.tjsc.jus.br/pentaho/Home>

- Fornecimento de informações aos demais setores da Corregedoria, referentes ao ressarcimento dos atos gratuitos e ajuda de custo, somado à elaboração de relatórios e demais expedientes necessários;

Corregedoria-Geral da Justiça
Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208 – 11º andar da Torre I – Centro
Florianópolis/SC – CEP: 88020-901



- Fornecimento de informações relativas aos selos de fiscalização para delegados, peritos, advogados e para a comunidade em geral;
- Cancelamento de **3.481(três mil quatrocentos e oitenta e um) selos digitais** e devolução de igual quantidade às serventias solicitantes, por motivo de erro operacional do sistema de informação ou desistência das partes pelo ato lavrado, entre 1º de janeiro e 30 de novembro de 2016;
- Disponibilização, em **431 (quatrocentas e trinta e uma) oportunidades**, dos selos digitais adquiridos pelas serventias, em razão de problemas ocorridos no sistema utilizado no cartório, entre 1º de janeiro e 30 de novembro de 2016;
- Anulação de **2.793 (dois mil setecentos e noventa e três) selos**, em razão de atos de qualquer natureza lavrados, pelas serventias, com erros, entre 1º de janeiro e 30 de novembro de 2016;
- Elaboração de minutas de provimentos, circulares, comunicações internas, orientações e comunicados referentes às atribuições do Setor de Selo de Fiscalização;
- Controle dos casamentos coletivos – em cujo bojo se levam aproximadamente 1.120 (mil cento e vinte) cerimônias - ocorridos em todo o estado;
- Elaboração de informações, minutas de despachos, pareceres e decisões nos processos que aportaram no Setor de Selo de Fiscalização, que tenham por objeto o consumo e a utilização, nos atos, de selo de fiscalização, e, ainda, nos processos que tenham por objeto ressarcimento de atos gratuitos e ajuda de custo;
- Prestação de atendimento e orientação aos serventuários extrajudiciais, juízes, secretários de foro e jurisdicionados, pelos ramais telefônicos do Setor de Selo (2771 e 2772), relativa a matérias inerentes ao ressarcimento de atos gratuitos, à ajuda de custo e ao selo de fiscalização;

- Respostas às consultas por meio do S@E e do endereço eletrônico cqj.selo@tjsc.jus.br, concernentes ao ressarcimento de atos gratuitos, ajuda de custo e selo de fiscalização; e
- Participação da equipe do Setor de Selo de Fiscalização em inspeções correicionais realizadas nas serventias extrajudiciais do estado.

2.5 Núcleo V: Direitos Humanos

2.5.1 Considerações iniciais

No ano de 2016, o Núcleo V, encarregado de exercer orientação, fiscalização e controle das normas, procedimentos e serviços relacionados à infância e juventude, execução penal, violência doméstica, idosos, portadores de necessidades especiais e outros direitos fundamentais, passou por intenso redimensionamento das suas atribuições, haja vista a criação do Grupo de Monitoramento e Fiscalização (Resolução TJ 07/2016), órgão ligado à Presidência do Tribunal, a absorver, entre outros misteres, a articulação de políticas públicas interinstitucionais nas áreas da justiça criminal, violência doméstica, execução penal e sistema socioeducativo.

A atuação do Núcleo V, nessa nova perspectiva, potencializou a continuidade de ações e projetos desenvolvidos pela Corregedoria que não implicassem sobreposição de competências. Ademais, merece ênfase a idealização de estudos e planos de trabalho voltados sobretudo a dotar os magistrados e equipes sociais de instrumentais, conhecimentos (rede social, entre outros) que repercutam positivamente no aperfeiçoamento do serviço judiciário, notadamente por afetar áreas de marcada vulnerabilidade social, com especial atenção às ocorrências de violação de direitos humanos.

Ao longo do ano, foram empreendidas providências de apoio, orientação e fiscalização do primeiro grau de jurisdição, voltadas a:

- Orientações sobre execução penal – formação do PEC, utilização do Sistema de Automação, utilização do módulo de histórico de partes do Sistema, questões atinentes aos benefícios da execução penal;
- Orientações gerais sobre infância e juventude – formação do Processo de Execução de Medida Socioeducativa (PEMSE), cadastro de adolescentes em conflito com a lei, remessa e arquivamento do PEMSE;
- Auxílio e suporte ao primeiro grau de jurisdição para a concretização da internação de adolescentes em conflito com a lei, nas questões pontuais e de urgência, sem prejuízo da participação nas reuniões que versem sobre o projeto de equacionamento das vagas e transferência de adolescentes, capitaneada pela Coordenadoria Estadual do Sistema Socioeducativo e Justiça Juvenil do Grupo de Monitoramento e Fiscalização (GMF);
- Orientações sobre a Resolução n. 154/2012, do CNJ. É realizada análise jurídica acerca das destinações de verbas pecuniárias previstas no referido ato normativo, na hipótese de consulta a esse respeito, em situações específicas e de maior impacto, uma vez que tramitam diversos procedimentos reunidos que envolvem o aprofundamento da regulamentação e eventual disponibilização de sistema a operacionalizar captação, destino e prestação de contas destes valores. As minutas de portarias, igualmente, são apreciadas pelo Núcleo V;
- Análise jurídica da legalidade das interdições de unidades prisionais do Estado, realizadas por magistrados de primeiro grau;
- Registro de denúncias sobre violações de direitos humanos (presencial e por meio eletrônico);
- Visitas aos centros de atendimento socioeducativo;
- Visitas e/ou inspeções aos estabelecimentos penais;

- Visitas às instituições que atendem pessoas com transtorno mental e/ou dependência de substâncias psicoativas, voltadas a adultos e com enfoque naquelas que admitem crianças e adolescentes; e
- Atuação como órgão auxiliar junto ao GMF, mediante participação em reuniões mensais ao longo do ano de 2016, com destaque aos projetos de expansão da audiência de custódia (14 comarcas), regulação da tornozeleira eletrônica, além de elaboração de resoluções conjuntas – Presidência e Corregedoria, aliado ao enfrentamento das questões afetas à superpopulação carcerária/interdições no sistema prisional catarinense.

2.5.2 Ações

Processo de Execução de Medida Socioeducativa – PEMSE

Tramita no Núcleo V procedimento cuja finalidade é a elaboração de orientação a compilar regras que disciplinem a formação, a tramitação e o arquivamento do Processo de Execução de Medida Socioeducativa (PEMSE). A construção deste instrumento aguarda os desdobramentos da liberação do fluxo da infância às demais comarcas do estado, conforme reunião realizada no último dia 29 de novembro de 2016, na qual foi ministrado curso sobre as funcionalidades do fluxo em teste, análise crítica, melhoramentos e plano de ação para sua expansão.

Grupo de trabalho sobre fluxos da infância e juventude

Trata-se de ação conexa ao PEMSE e absorvida pelo referido procedimento. À vista dos sucessivos pedidos das comarcas para disponibilizar o fluxo em teste, instou-se a DTI/CGINFO para que reativasse o grupo de

trabalho e estudos outrora realizados, a fim de concluir o fluxo da infância com as melhorias sugeridas e viáveis de implementação pelo mencionado setor, em curto prazo. Convém enfatizar que o emprego de tais medidas dá-se sem prejuízo da elaboração do módulo infância e juventude, ambos voltados ao gerenciamento da rotina cartorária, priorizadas a automação e a otimização do serviço judiciário. Norteia-se, por igual, segundo os desdobramentos da reunião realizada no tópico anterior (29-11-2016).

Curso de Capacitação em Direitos Humanos

Solicitado e aprovado pela Academia Judicial. As aulas estão sendo elaboradas pela Academia Judicial.

Portarias n. 94 e 95, de 14 de janeiro de 2014, do Ministério da Saúde

A ação proposta tem por finalidade apreciar as atividades realizadas para a implantação do serviço de avaliação e acompanhamento de medidas terapêuticas aplicáveis à pessoa com transtorno mental em conflito com a lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no estado de Santa Catarina, conforme preconizam as Portarias n. 94 e 95, de 14 de janeiro de 2014, do Ministério da Saúde. Em 2016, pouco se evoluiu nas ações de implantação e execução do serviço pelo Poder Executivo (definição do local de trabalho e a nomeação de equipe – Equipe de Atenção Psicossocial (EAP)).

A Corregedoria aguarda o avanço do projeto para, na sequência, promover orientação com o propósito de elucidar o procedimento padrão que conduzirá a interlocução entre a equipe da EAP e a justiça do primeiro grau. O Núcleo V participou das reuniões ocorridas em 28-4-2016 e 30-6-2016.

Tramitação Direta dos Inquéritos Policiais

Encontra-se em estudo. Novas interlocuções são sopesadas com o Ministério Público, em razão da regulação pelo CNJ e da adequação de proposições ao SAJ.

2.5.3 Atividades

Distribuição de processos digitais

Concedeu-se prioridade aos feitos mais antigos e aos de maior urgência, de modo a compatibilizar o passivo e os feitos ingressados com as demais demandas. Segundo informações prestadas pela Assessoria de Informática, em 31-1-2016, o acervo de procedimentos em andamento no Núcleo V era composto por **153 (cento e cinquenta e três)** procedimentos. Do SAJ, coletou-se que, durante o período compreendido entre 1-2-2016 e 1-12-2016, foram distribuídos ao presente Núcleo **136 (cento e trinta e seis)** novos procedimentos. Foram baixados, de acordo com esta mesma fonte, no interregno de 1º-2-16 a 1º-12-2016, **211 (duzentos e onze)** procedimentos. Nesse viés, emitiram-se **156 (cento e cinquenta e seis)** pareceres, **102 (cento e dois)** despachos, **16 (dezesesseis)** circulares e **2 (dois)** provimentos. Portanto, em 1-12-2016, subsistem para estudo **85 (oitenta e cinco)** procedimentos.

Cartas de presos

Apreciação dos pleitos e elaboração de minutas. No que se refere às cartas de presos que aportaram no Núcleo V, seja por escrito, via painel ou por intermédio da ouvidoria do TJSC, ao todo **214 (duzentas e quatorze)** obtiveram resposta.

SPA's, processos físicos e expedientes

No período, foram apreciados (mediante elaboração de pareceres, expedientes e despachos): **8 (oito)** processos físicos; **9 (nove)** SPA's; **39 (trinta e nove)** expedientes; e **12 (doze)** ofícios.

Painel de atendimento

Apreciação dos questionamentos encaminhados e elaboração de minutas de respostas. Foram examinadas: **16 (dezesesseis)** providências em fevereiro de 2016; **23 (vinte e três)** providências em março de 2016; **20 (vinte)** providências em abril de 2016; **29 (vinte e nove)** providências em maio de 2016; **24 (vinte e quatro)** providências em junho de 2016; **19 (dezenove)** providências em julho de 2016; **31 (trinta e uma)** providências em agosto de 2016; **19** providências em setembro de 2016; **34** providências em outubro de 2016; e **18 (dezoito)** providências em novembro de 2016, de maneira a totalizar **233 (duzentos e trinta e três)** atendimentos.

E-mail, atendimento pessoal e telefônico

Foram realizados, em apoio e orientação ao primeiro grau e aos jurisdicionados, aproximadamente, **199 (cento e noventa e nove)** atendimentos. Dentre outros temas, merecem destaque os seguintes:

- PROVITA;
- Programa de proteção às crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM);
- Medida de segurança;
- Cadastros do CNJ/CNACL/Estrutura das varas;
- Internação compulsória;
- Familiares de pessoas presas;
- Internação de adolescente em conflito com a lei;
- Documentação respeitante a migrantes haitianos;

- Projeto Lar Legal;
- Maus tratos praticados em desfavor de adolescentes em centros de atendimento socioeducativo;
- Traslado de adolescente;
- Encaminhamento de adolescente à comunidade terapêutica;
- Projeto Despertar para a Leitura;
- Reconhecimento de paternidade; conselho da comunidade; e
- Certidão de antecedentes infracionais.

Promoveu-se a viabilização de estrutura, nesta Corregedoria, para realização de videoconferência que contemplou preso do Rio Grande do Sul e o cumprimento de carta precatória da Capital.

Revisão do CNCGJ

O Núcleo V compõe o Grupo de Trabalho destinado à revisão do CNCGJ e, nesse desiderato, couberam-lhe a análise e a proposta de redação dos artigos 307 a 412. Outrossim, revisou o trabalho desempenhado pelo integrante do Núcleo III (artigos 98 a170). Ao todo, o Núcleo participou de **22 (vinte e duas)** reuniões atinentes a essa atividade.

Participação em reuniões, seminários, congressos e eventos

Atuação como participante em **94 (noventa e quatro)** reuniões no estado de Santa Catarina, sem prejuízo da presença nos seguintes eventos:

- Prisão Cautelar – evento que contou com a participação do Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ocorrido na Academia Judicial em 8-4-2016;
- Debate sobre o sistema socioeducativo, na ALESC, em 18-4-2016;
- Congresso Audiência de Custódia, ocorrido no Tribunal de Justiça da Bahia, dos dias 24 a 27-2-2016;

- XVIII FONAJUV – Fórum Nacional da Justiça Juvenil, na Escola Superior de Magistratura do Estado de Santa Catarina (ESMESC), de 3 a 4-3-2016;
- II Seminário sobre tortura e violência no sistema prisional e no sistema de execução de medida socioeducativa, realizado no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, dos dias 22 a 24-6-2016;
- VIII Encontro Nacional de Magistrados da Infância e Juventude, na ESMESC;
- Banca de monografia na Academia Judicial;
- 13º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção de SC, em Joinville;
- Curso de Formação para Ingresso na Carreira da Magistratura – Turma 2016;
- Aula referente à disciplina Atos Infracionais, com visita guiada ao Centro de Atendimento Socioeducativo (CASE) da Grande Florianópolis;
- 3º Fórum Brasileiro de Direitos Humanos e Saúde Mental, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
- Seminário Alusivo aos 125 anos do TJSC;
- 4ª Mostra das Boas Práticas no Judiciário catarinense;
- Mesa de abertura do evento alusivo ao Dia Internacional do Idoso, na Unisul;
- II Simpósio de Direito Humanos, realizado na ESMESC;
- Curso de Gestão – palestra de Maurício Pereira, na Academia Judicial; e
- 73º ENCOGE, ocorrido em São Paulo, de 23 a 25 de novembro de 2016.



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina



Visita dos magistrados ao CASE da Grande Florianópolis. Foto: Adriana Kátia Ternes Moresco.

Inspeções e visitas

Durante o ano de 2016, a Juíza Corregedora do Núcleo V e a Secretária de Direitos Humanos, com o propósito de acompanhar a equipe do GMF nas inspeções às unidades prisionais interditadas e aferir a viabilidade e condições para expansão da audiência de custódia, visitaram os seguintes estabelecimentos:

- Presídio Feminino Capital – 8-3-2016;
- Unidade Prisional Avançada (UPA) de Imbituba – 6-6-2016;
- Presídio de Araranguá – 7-6-2016;
- Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP) – 14-6-2016;
- Presídio Regional de Biguaçu – 20-6-2016;
- Presídio Regional de Tijucas – 28-6-2016;
- UPA de Itapema – 28-6-2016;
- Presídio Regional de Blumenau – 12-7-2016;

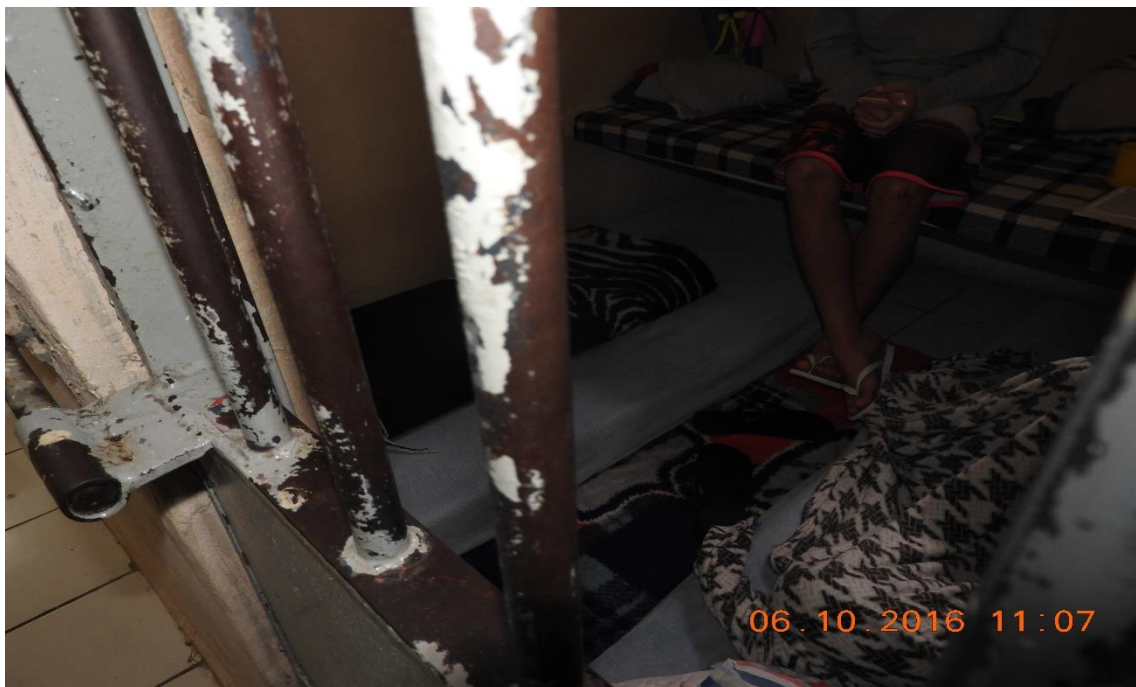
Corregedoria-Geral da Justiça
Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208 – 11º andar da Torre I – Centro
Florianópolis/SC – CEP: 88020-901

- Penitenciária Industrial de Blumenau – 12-7-2016;
- UPA de Indaial – 13-7-2016; e
- UPA de Brusque – 13-7-2016;

Além do acima referendado, realizou-se visita à Central de Penas Alternativas em março de /2016 e à UPA de São Francisco do Sul em 11-7-2016.

Em maio de 2016, visitou-se a Vara da Infância e Juventude da comarca da Capital para arrecadar substratos às ações do PEMSE e do fluxo da infância e juventude.

Ainda, no sistema da justiça juvenil, foram feitas inspeções nos seguintes centros de atendimento socioeducativo: Centro de Atendimento Socioeducativo da Grande Florianópolis (CASE), em 21-9-2016 e 28-9-2016; Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório de Criciúma (CASEP, em 6-10-2016; e Plantão de Atendimento Inicial da Capital (PAI), em 6-10-2016.



Visita ao CASEP de Criciúma. Foto: Adriana Kátia Ternes Moresco.

Em 16-9-2016, procedeu-se à visita à comarca de Tijucas, com o fim de apoiar e orientar a Vara Criminal. Os encaminhamentos foram endereçados ao CGINFO e ao Conselho de Segurança do TJSC.

Em 14-11-2016, foi realizada visita para oitiva das adolescentes internadas no Centro de Internação Feminina (CIF) da Capital, conjuntamente com o GMF.

2.5.4 Projetos

Resolução CNJ n. 154, de 13 de julho de 2012

Em andamento no Núcleo V, sobre o assunto, tramitam os autos n. 0012421-08.2012, n. 0013615-09.2013, n. 0002001-36.2015 e n. 0001497-30.2015, reunidos para aprimorar o Provimento n. 6, de 30 de julho de 2014, e com o fito de operacionalização da Resolução CNJ 154/2012.

Durante o ano de 2016, questionaram-se os magistrados com competência criminal acerca de eventual disponibilidade financeira, no tocante à efetiva destinação dos recursos angariados, ao perfil dos beneficiários e às boas práticas experimentadas. Em concomitância, está sendo estudado o uso de sistema informatizado idêntico ao utilizado pelo Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), inclusive já apresentado a este Tribunal de Justiça e de aplicabilidade elogiável. A temática segue em estudo.

Saúde mental – internação compulsória

O projeto foi idealizado para assessorar magistrados nas situações de internações compulsórias e garantir o direito do paciente à saída do estabelecimento de saúde, obtido por intermédio de alta médica. Nesse viés, propõe-se a difundir espaços de tratamento existentes, com especificação do

atendimento às exigências legais, de modo a instrumentalizar o juiz quanto à avaliação da sua (in) adequação ao cumprimento da ordem judicial.

Em síntese, foram visitados os seguintes hospitais com leitos psiquiátricos:

- Instituto de Psiquiatria de Santa Catarina (IPQ), sediado em São José, em 19-5-2016;
- Hospital Rio Maina, sediado em Criciúma, em 8-6-2016;
- Clínica Reviver, situada em Ibicaré, em 5-7-2016;
- Hospital Hélio dos Anjos Ortiz, de Curitibanos, em 6-7-2016;
- Hospital de Caridade Nossa Senhora dos Prazeres, em Lages, no dia 7-7-2016;
- Hospital Infantil, localizado em Joinville, em 21-9-2016;
- Verde Vale, de Jaraguá do Sul, em 23-9-2016;
- Grupo de Apoio Psiquiátrico (GAP) – clínica psiquiátrica –, em Itajaí, na data de 13-10-2016;
- Equilíbrio Hotelaria Protegida – Conviver Residência Inclusiva –, em Balneário Piçarras, no dia 14-10-2016;
- Clínica Terapêutica Ouro Verde, de Camboriú, em 19-10-2016;
- Harmony Residência Inclusiva, de Camboriú, em 19-10-2016;
- Hospital Bom Jesus dos Passos, em Laguna, no dia 25-10-2016;
- Hospital Henrique Lage, situado em Lauro Müller, na data de 26-10-2016; e
- Hospital Nossa Senhora da Conceição, em Urussanga, em 26-10-2016.

Sobre o projeto, foi realizada reunião com os assessores da comarca de Ituporanga.

O cronograma de visitas foi encerrado no prazo firmado de início, vale citar, final do ano de 2016.



Ala psiquiátrica do Hospital Geral. Foto: Adriana Kátia Ternes Moresco.

Saúde Mental – atendimento à saúde mental da criança e do adolescente

O projeto intenta identificar as condições de atendimento dirigidas à criança e ao adolescente com transtorno mental e/ou dependente de substâncias psicoativas, nos locais de atendimento existentes em todo o estado catarinense. Os resultados são divulgando aos magistrados de primeiro grau e bem assim à Equipe Social das Comarcas, de modo a franquear-lhes informações das instituições, suas condições, atendimentos das normativas de funcionamento, com vistas a possibilitar encaminhamentos nesta área e eventuais ações de controle e fiscalização, caso constatadas violações de direitos da referida população.

Nessa perspectiva, e a considerar, outrossim, a prioridade de atendimento à criança e ao adolescente, bem como a constatação de inúmeras determinações de medidas protetivas para tratamento de saúde de adolescentes - em virtude, sobremaneira, de intercorrências provenientes do

uso abusivo de álcool e drogas -, foi priorizado no Núcleo V, durante o ano de 2016, a identificação de Comunidades Terapêuticas que recebem adolescentes para acolhimento/tratamento.

Com esse desiderato, foram visitadas as 24 (vinte e quatro) Comunidades Terapêuticas que notificaram ter como público-alvo adolescentes nas situações descritas. A seguir, elencam-se referidas comunidades:

- Fazenda da Esperança, sediada na Capital, em 3-6-2016;
- Ômega e Desafio Jovem, sediadas em Criciúma, em 8-6-2016;
- Centro de Reabilitação Humana do Vale Araranguá – Fazenda São Jorge (ala feminina) –, Centro de Reabilitação Humana do Vale Araranguá – Fazenda São Jorge (ala masculina) –, ambas sediadas em Araranguá, na data de 7-6-2016;
- Deus Está Aqui, sediada em Içara, em 7-6-2016;
- Casa de Recuperação Água Viva (CRAVI), situada em Curitibanos, no dia 6-7-2016;
- Casa da Providência Centro de Espiritualidade, de Lages, em 7-7-2016;
- Centro de Recuperação Nossa Senhora Aparecida (CRENSA), também de Lages, em 7-7-2016;
- Centro de Recuperação Nova Esperança (CERENE) de Blumenau e Ituporanga, em 12-7-2016 e 24-8-2016, respectivamente;
- Alto Vale, situada em Chapadão do Lageado, no dia 25-8-2016;
- Instituto Redenção – Pícolo Paradise (ala masculina) –, de Biguaçu, em 5-9-2016;
- Associação para Recuperação de Alcoólatras e Toxicômanos (APRAT) (ala masculina), situado em Joinville, 21-9-2016;
- Rosa de Saron (ala feminina), em Joinville, no dia 22-9-2016;
- CERENE (ala masculina), em São Bento do Sul, na data de 22-9-2016;
- Centro de Tratamento Alternativo Provida (ala masculina), de Itajaí, em 13-10-2016;
- Centro de Recuperação e Reabilitação Resgate Dominante Conviver (ala feminina), de Itajaí, em 13-10-2016;

- Comunidade Apoio Vitória (ala masculina), em Itajaí, no dia 13-10-2016;
- Sítio Caminho Novo, situado em Balneário Piçarras, em 14-10-2016;
- Bom Sucesso – Instituto Redenção Caetés (ala feminina) –, localizado em Camboriú, em 19-10-2016;
- Centro de Apoio ao Dependente Químico (CADQ), de Tubarão, em 25-10-2016;
- CERENE de Palhoça, em 6-12-2016;
- Centro de Recuperação de Toxicômanos e Alcoolistas (CRETA), situado em Palhoça, em 6-12-2016.

O cronograma de visitas, da mesma forma, foi encerrado no prazo estipulado.

Apoio às equipes de assistentes sociais

O projeto busca oferecer apoio às atividades da equipe social forense, mormente no que tange ao acesso à rede de serviços assistenciais e de saúde, de forma a orientá-las sobre facilitadores de trabalho, programas estaduais e providências em estudo no setor. As profissionais foram instadas pela Secretária de Direitos Humanos, em 2016, a fim de que elencassem as principais demandas e busca por auxílio. Suscitou-se, entre outras, a preocupação com a sobrecarga de trabalho; a avaliação em conjunto com a associação sobre a implantação do Depoimento sem Dano nas comarcas – mediante a definição de critérios para resguardar a criança, o treinamento etc. –; atualizações solicitadas – atendimento ao idoso, nova lei da deficiência, novo CPC -; novas frentes de atuação – destinação de verbas de transações penais, audiências de custódia –; informação sobre o Projeto Saúde Mental – internações compulsórias e determinação para tratamento da drogadição –; inclusão de novas informações no questionário de avaliação da CGJ feita junto ao serviço social, que pudessem auxiliá-las no desempenho de suas funções.

O cronograma de visitas aos grupos regionais foi iniciado em 27-10-2016, e foi eleita a Região do Vale do Itajaí.



Figura 4: Encontro com as assistentes sociais da Região do Vale do Itajaí. Foto: Adriana Kátia Ternes Moresco.

3. COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO (CEJA)

3.1 Apresentação

O presente relatório contém informações acerca das atividades desenvolvidas pela Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA) no período de janeiro a novembro de 2016.

Além dos dados relacionados às adoções nacionais, internacionais e às crianças/adolescentes em programas de acolhimento, detalhamos as demais atribuições da CEJA, que são: habilitação de pretendentes

Corregedoria-Geral da Justiça
Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208 – 11º andar da Torre I – Centro
Florianópolis/SC – CEP: 88020-901

estrangeiros; acompanhamento das adoções internacionais; gestão dos cadastros, Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo (CUIDA) e do CNJ (Cadastro Nacional de Adoção e Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas); organização de eventos; inspeções aos programas de acolhimento, afora as demais que constam detalhadas no presente relatório.

3.2 Atribuições

- Recebimento e processamento de pedidos de habilitação formulados por estrangeiros;
- Elaboração de pareceres nos processos de habilitação para adoção internacional;
- Manutenção e gerenciamento dos Sistemas do CNJ;
- Manutenção e gerenciamento do CUIDA;
- Apoio técnico às assistentes sociais que atuam na área da Infância e da Juventude, na forma de repasse de documentos, material bibliográfico, estatísticas, entre outros;
- Organização de eventos como seminários e encontros inter-regionais destinados à formação de grupos de apoio à adoção; encontros regionais com representantes de entidades de acolhimento, além de capacitação de técnicos que atuam na infância e juventude;
- Acompanhamento aos programas de acolhimento institucional mediante visitas de supervisão, reuniões, treinamentos entre outros;
- Elaboração de estatísticas e relatórios avaliativos das ações das entidades de acolhimento;
- Elaboração de material informativo relacionado à adoção;
- Entrevistas de orientação acerca dos procedimentos necessários à adoção, com interessados estrangeiros e, eventualmente, com brasileiros;

- Acompanhamento das crianças/adolescentes adotados por estrangeiros no período determinado de dois anos, por meio da análise de relatórios e documentos remetidos pelos setores técnicos no exterior; e
- Apresentação das crianças/adolescentes, em condições de serem adotados e sem chances de adoção no Brasil, para pretendentes estrangeiros cadastrados na Comissão, com o objetivo de encaminhá-las para adoção internacional.

3.3 Projetos/Atividades

Cadastro único Informatizado de Adoção e Abrigo (CUIDA)

Toda movimentação no sistema de cadastro de crianças em condições de adoção, de pretendentes à adoção e de entidades de acolhimento (abrigos) é monitorada pela CEJA, assim como o treinamento aos usuários e fornecimento das respectivas senhas de acesso. Também é responsabilidade da Comissão gerar estatísticas com base nas informações inseridas, para subsidiar magistrados e técnicos das varas da infância e da juventude do estado.

Sistemas do Conselho Nacional de Justiça

- Cadastro Nacional de Adoção (CNA); e
- Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA).

Na qualidade de órgão gestor dos aludidos cadastros, e assim como ocorre com o sistema estadual (CUIDA), a CEJA monitora as informações inseridas, é responsável pela liberação de senhas aos usuários, produz estatísticas, e acompanha toda a movimentação dos sistemas como forma de mantê-los atualizados.



Projeto de Acompanhamento e Inspeção às Entidades de Acolhimento

As inspeções aos serviços de acolhimento são realizadas a partir de cronograma prévio encaminhado ao Desembargador Corregedor-Geral da Justiça.

A programação de visitas no ano de 2016 ocorreu bimestralmente, alcançando grande parte das regiões do estado, conforme demonstra o cronograma:

INSPEÇÕES REALIZADAS EM 2016	
PERÍODO	REGIÕES
7-3-2016 a 11-3-2016	Região Oeste e Extremo Oeste
14-6-2016 a 16-6-2016	Vale do Itajaí
11-7-2016 a 14-7-2016	Região Norte
27-7-2016 a 29-7-2016	Alto Vale

Fonte: CEJA, 2016.

COMARCA	Nº DE INSTITUIÇÕES	FAMÍLIA ACOLHEDORA
Araquari	1	
Mafra	1	
Balneário Camboriú	2	
Mondaí	1	
Navegantes	1	
Papanduva	2	
Pinhalzinho	0	3
Camboriú	3	
Porto União	1	
Campos Novos	2	
Canoinhas	1	
Rio do Sul	1	
Rio Negrinho	1	
Chapecó	4	4
São Miguel Oeste	1	3
Taió	1	
Trombudo Central	1	
Xanxere	2	
Ipumirim	1	
Itajaí	3	



Ituporanga	1	
------------	---	--

Fonte: CEJA, 2016.

Eventos/Treinamentos

- 13º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, em Joinville, nos dias 15 e 16 de setembro, realizado juntamente com a Academia Judicial;
- 2º Seminário: Ações da Justiça da Infância e da Juventude no primeiro e no segundo Grau, realizado na Academia Judicial, no dia 5 de setembro;
- Participação na XX Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras, realizada nos dias 21 e 22 de março de 2016 em Brasília – DF; e
- Participação em reunião de discussão sobre o Cadastro Nacional de Adoção do CNJ, realizada nos dias 17 e 18 de novembro de 2016.

3.4 Dados Estatísticos

Sessões de julgamento dos pedidos de habilitação internacional

- 1 (uma) sessão realizada;
- 7 (sete) processos julgados: 6 (seis) de pretendentes italianos e 1 (um) francês.

Adoções realizadas

Em 2016, 549 (quinhentas e quarenta e nove) ações de adoção foram sentenciadas procedentes: 542 (quinhentas e quarenta e duas) delas nacionais, e 7 (sete), internacionais. Destaca-se que as 7 (sete) adoções

internacionais realizadas correspondem, na verdade, a 14 (quatorze) crianças, uma vez que integram grupos de irmãos.

Pretendentes habilitados

- Pretendentes habilitados: 2.586 (dois mil quinhentos e oitenta e seis).
 - Residentes em Santa Catarina: 2.480 (dois mil quatrocentos e oitenta e seis) – 95,9%; e
 - Estrangeiros: 106 (cento e seis) – 4,1%.

Serviços de Acolhimento

Registrou-se 189 (cento e oitenta e nove) Serviços de Acolhimento nas seguintes modalidades:

- 89 (oitenta e nove) Abrigos Institucionais (47%);
- 59 (cinquenta e nove) Famílias Acolhedoras (31,2%);
- 33 (trinta e três) Casas Lares (17,5%); e
- 8 (oito) Casas de Passagem (4,3%).

Crianças/adolescentes acolhidos

Registrou-se, em 2016, 1.425 (mil quatrocentos e vinte e cinco) crianças/adolescentes acolhidos: 725 (setecentos e vinte e cinco) delas do sexo feminino (50,87%); e 700 (setecentos) do sexo masculino (49,13%), com a seguinte faixa etária:

- 0 a 5 anos: 392 (trezentos e noventa e dois) – 27,51%;
- 5 a 10 anos: 314 (trezentos e quatorze) – 22,03%; e
- Acima de 10 anos: 718 (setecentos e dezoito) – 50,38%.

Grupos de Apoio à Adoção em Santa Catarina

Atualmente, existem, 24 (vinte e quatro) Grupos de Apoio à Adoção em Santa Catarina, criados e acompanhados pelos Juizados da Infância e da Juventude e pela CEJA.

Proposta de atividades e eventos para 2017

- 14º Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, em Blumenau, nos dias 20 a 22 de setembro de 2017;
- 3º Seminário: Ações da Justiça da Infância e da Juventude no primeiro e segundo Grau, com data a definir;
- Dar continuidade às inspeções aos programas de acolhimento, conforme a tabela a seguir:

PROPOSTA DE INSPEÇÕES PARA 2017	
PERÍODO	REGIÕES
13-2-2017 a 17-2-2017	Sul
6-3-2017 a 10-3-2017	Extremo Oeste
27-3-2017 a 30-3-2017	Grande Florianópolis
4-5-2017 a 8-5-2017	Oeste
19-6-2017 a 23-6-2017	Norte
7-8-2017 a 11-8-2017	Serrana
7-9-2017 a 11-9-2017	Centro Norte
16-10-2017 a 20-10-2017	Vale do Itajaí

Fonte: CEJA, 2016.

4. SECRETARIA DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA

Durante o ano de 2016 a Secretaria desenvolveu as atividades elencadas no artigo 26, incisos I a XXII, do Regimento Interno da CGJ, a destacar-se:

- Assessoramento ao Desembargador Corregedor-Geral da Justiça, aos Juízes Corregedores e aos servidores em questões administrativas;

- Planejamento e controle do orçamento da CGJ;
- Controle do quadro funcional da CGJ e dos procedimentos relacionados à inclusão e à exclusão de servidores, estagiários e terceirizados;
- Formulação da escala de férias dos servidores para o ano de 2017 e da escala de plantão para o período de recesso;
- Controle das promoções por desempenho e das avaliações de estágio probatório dos servidores lotados na CGJ;
- Avaliação e acompanhamento de férias, licenças, folgas decorrentes do serviço eleitoral e afastamentos de natureza diversa do corpo funcional da CGJ;
- Acompanhamento da carga horária realizada pelos servidores da CGJ;
- Avaliação mensal dos serviços prestados pelos terceirizados;
- Gestão patrimonial dos bens da CGJ;
- Apoio ao corpo funcional no que concerne ao fornecimento de materiais, equipamentos de informática e telefonia móvel celular, administração de espaços físicos, solicitação de serviços à Divisão de Artes Gráficas, entre outros;
- Seleção de veículo e de Agente Operacional de Serviços Diversos (AOSD) para correições judiciais, extrajudiciais e deslocamentos internos;
- Organização do plantão dos AOSD e controle da manutenção dos veículos vinculados à CGJ;
- Administração dos serviços de manutenção da estrutura física da CGJ, tais como reparos, instalações e solicitação de confecção de chaves;
- Levantamento da necessidade de cursos e consulta de interessados para solicitação junto à Academia Judicial;
- Agendamento de reuniões e disponibilização de recursos (microcomputador, projetor e serviço de copa) para as suas realizações;
- Solicitação de serviços à Divisão de Serviços Gerais (limpeza, abastecimento de água, copos descartáveis etc.);
- Controle da utilização e limpeza do refeitório da CGJ;

- Acompanhamento dos processos no SPA;
- Acompanhamento dos processos no Painel Eletrônico;
- Acompanhamento e encaminhamento de documentos no sistema do Malote Digital;
- Assinatura eletrônica de certidões no SAJ-5 da CGJ e no programa Assinador; e
- Elaboração de documentos no SAJ-5 da CGJ.

4.1 Divisão Administrativa

Dentre as atividades da Divisão Administrativa contidas no artigo 29 e seguintes do Regimento Interno da CGJ, compreendendo a Seção de Expediente e Serviços Gerais, a Seção de Arquivo, Documentação e Publicações e a Seção de Protocolo e Digitalização, foram praticados os seguintes atos e funções:

- Registro de 1.417 (mil quatrocentos e dezessete) processos digitais no SAJ-5/CGJ, além de cadastros de processos digitais no SPA e Central de Atendimento;
- Requisições de serviços;
- Controle dos provimentos, circulares, portarias, requisições de compras;
- Digitalização de processos e documentações;
- Elaboração de ofícios e circulares;
- Encaminhamento de matérias e controle de publicação no Diário da Justiça eletrônico;
- Controle da movimentação de processos (físicos e digitais) e outros papéis registrados;
- Prestação de informações sobre a tramitação de processos, à exceção daqueles de caráter sigiloso;

- Abertura de vista dos processos administrativos às partes ou procuradores munidos do respectivo mandato, e confecção a estes da carga dos autos quando deferida pelos Juízes Corregedores, pelo Corregedor ou Vice-Corregedor-Geral da Justiça;
- Registro e controle dos requerimentos, reclamações e demais expedientes que derem entrada na Corregedoria;
- Requisições e controle do material de expediente e de consumo da Corregedoria;
- Fornecimento de material solicitado pelos demais setores da Corregedoria, e registro de sua distribuição;
- Encaminhamento de processos físicos e ofícios arquivados para o Arquivo Central, conforme a tabela de temporalidade do TJSC; e
- Controle de entrada e saída dos processos que lhe são encaminhados, com a lavratura dos termos competentes.

4.2 Divisão Judiciária

Ressalta-se, abaixo, as principais atividades desenvolvidas pela Divisão Judiciária:

- Utilização do SAJ/Estatística como fonte de dados para alimentação das metas do CNJ. No ano de 2016, as metas 3 e 5 foram geradas pela Assessoria de Informática da CGJ, com roteiro elaborado pela Divisão, diretamente na base de dados do SAJ/PG;
- Implantação, no início de setembro/2016, do Sistema SerasaJud. O Sistema introduziu melhorias significativas aos servidores e magistrados, ao permitir que as solicitações de inclusão de restrição, de levantamento temporário ou definitivo de restrição, e de informações cadastrais se dê exclusivamente on-line;

- Utilização do Sistema Hermes – Malote Digital e Central de Atendimento da CGJ para o recebimento e envio de informações;
- Continuidade do procedimento de emissão de certidões de antecedentes criminais, em que a assinatura é efetuada de modo digital pelo Senhor Secretário da CGJ;
- Suporte diário, via de telefone, e-mail e malote digital acerca da confecção de mandados de prisão a comarcas deste Poder Judiciário;
- Verificação, conferência e correção dos mandados de prisão ativos/inativos junto ao banco de dados desta Corregedoria e que constavam indevidamente vinculados no Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP) e no Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP);
- Fiscalização mensal do preenchimento de informações junto ao Sistema de Plantão Judicial da Justiça de Primeiro Grau dos magistrados e das Turmas Recursais, com intuito de averiguar a correta inserção de dados junto ao referido sistema pelos Secretários do Foro;
- Conferência junto ao SAJ/PG das informações contidas no histórico de partes relativas aos condenados, com o intuito de sanar eventual erro no preenchimento de informações e, por conseguinte, garantir o envio correto dessas informações ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE), por intermédio do Sistema Integra, bem como ao rol de antecedentes deste Tribunal. Salienta-se que, constatadas quaisquer incompatibilidades entre os sistemas referidos, estas são sanadas mediante o envio das soluções aos chefes de cartório para as devidas correções;
- Atuar em conjunto à Diretoria de Recursos e Incidentes, no que tange ao controle e gerenciamento dos registros das decisões de revisões criminais nas comarcas;
- Acompanhamento dos sistemas do CNJ: Interceptações Telefônicas (Sistema SNCI), Inspeções em Estabelecimentos Penais (Sistema CNIEP) e Inspeções em Unidades de Internação e Semiliberdade (Sistema CNIUIS); e



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

- Controle, junto ao SAJ/PG, dos prazos de processos de réus presos provisoriamente. Em atendimento ao artigo 6º da Resolução n. 66/2009 do CNJ, bimestralmente é feito o monitoramento dos processos de réus presos que estão paralisados há mais de 100 (cem) dias.

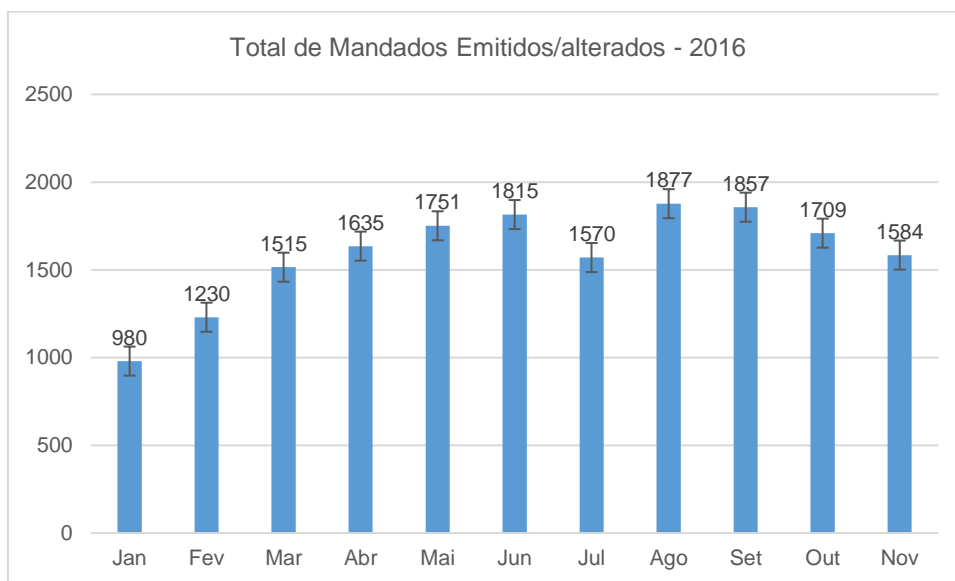
Quanto às atividades rotineiras da Divisão apresentam-se, a seguir, alguns números indicativos:

- Atendimentos realizados pela Seção de Gerenciamento dos Aplicativos Internos, via correio eletrônico:

SISTEMA	QUANTIDADE DE E-MAILS RESPONDIDOS
SAT	509
Sistemas CNJ	954
FCDL	875
BacenJud	1.859
Jurisdição Delegada	1.452
SISP	3.046
INFOSEG	718
Infojud	151
RENAJUD	1.181
SERASAJUD	105
Aprimorar	36
TOTAL	10.886

Fonte: Divisão Judiciária, 2016.

- Gerenciamento contínuo do banco de dados de mandados de prisão emitidos, com a contabilização do seguinte movimento:



- Relatórios de promoção/remoção/opção de juízes (processos): 97 (noventa e sete);
- Relatórios de promoção/remoção/opção – juízes inscritos: 616 (seiscentos e dezesseis);
- Fornecimento de certidões de antecedentes criminais: 234 (duzentos e trinta e quatro); e
- Informações prestadas em processos administrativos e atendimento de solicitações dos núcleos e setores externos à CGJ (criação de varas, alteração de competências das unidades, levantamentos estatísticos etc.): 458 (quatrocentos e cinquenta e oito).

As informações relativas ao movimento forense da Justiça do Primeiro Grau e das Casas da Cidadania seguem como **anexo I** e **anexo II**, respectivamente.

4.3 Assessoria Técnica Correicional

Apresentam-se, abaixo, as atividades desenvolvidas pela Assessoria Técnica Correicional no ano de 2016:

- Esclarecimentos e orientações em questões relacionadas ao foro judicial, inclusive reclamações e queixas relativas às unidades judiciárias de primeiro grau de jurisdição, pela Central de Atendimento, por e-mail, presencialmente e por telefone. Destaca-se que foram respondidas 508 (quinhentas e oito) consultas/questionamentos, exclusivamente, por meio da Central de Atendimento;
- Atendimento a dúvidas dos usuários relativas ao CNCJG. Nesse tocante, esta Assessoria participou da atualização do referido código, em face da entrada em vigor do NCPC e da implementação do processo eletrônico;
- Monitoramento de situações específicas vinculadas a processos administrativos, bem como busca de dados solicitados pelo Juiz Corregedor do Núcleo I;
- Acompanhamentos especiais: promover o acompanhamento de algumas situações especiais, decorrentes de determinações do Desembargador Corregedor;
- Cooperação com a Academia Judicial na revisão dos materiais elaborados pelos conteudistas, para cursos de educação à distância: curso do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) – gerenciamento de rotinas;
- Assessoramento aos Núcleos desta CGJ nas atividades pertinentes ao setor;
- Participação em reuniões mensais que visam a criar padrões de comportamento do SAJ-5, que adotam como base as dúvidas dos usuários na utilização do processo eletrônico;
- Auxílio na identificação de indicadores e viabilidade técnica de captura de dados, no Projeto APRIMORAR – Plano de Gestão das Unidades Judiciárias, bem como participação em workshop do referido projeto,

realizado nos meses de setembro e novembro de 2016, na Academia Judicial;

- Acompanhamento do Projeto Mês do Ajuste Estatístico da Justiça de Primeiro Grau;
- Instruções processuais e visitas técnicas às unidades judiciárias de primeiro grau;
- Participação nas correições virtuais e presenciais realizadas pela Corregedoria. No ano de 2016, a assessoria técnica correicional acompanhou a Juíza Corregedora do Núcleo III nas atividades de correição em 60 (sessenta) comarcas. Nessas comarcas foram realizadas correições em 160 (cento e sessenta) unidades, quais sejam 152 (cento e cinquenta e duas) varas e 8 (oito) setores administrativos, de forma mista, virtual/presencial. Desse total, 42 (quarenta e duas) correições foram presenciais e 118 (cento e dezoito) foram virtuais;
- Estudos para constantes atualizações e aprimoramento dos relatórios correicionais;
- Tutoria de 26 (vinte e seis) novos chefes de cartório nomeados, a considerar que esta Assessoria permaneceu à disposição dos referidos servidores para orientações e esclarecimento de dúvidas. Nesse aspecto, esclarece-se que foram deflagrados 26 (vinte e seis) processos (pedidos de providências), relativos ao projeto de tutoria dos novos chefes de cartório;
- Transmissão do acervo da 2ª Vara Cível da comarca de São José, mercê da estatização da serventia judicial não oficializada, sob a responsabilidade da CGJ e coordenação da ATC, no período de 16 a 19 de agosto de 2016, nos autos n. 0001044-98.2016.8.24.0600, em que foi realizado o levantamento completo de todo o acervo da unidade, tais como: processos, livros obrigatórios, pastas e documentos, instalações, móveis e equipamentos, ocorrências e, por fim, realizado o termo de entrega da unidade ao Poder Judiciário de Santa Catarina;

- Acompanhamento do projeto CGJ APOIA (grupo de apoio às unidades do primeiro grau de jurisdição), em desenvolvimento pelo Núcleo II;
- Acompanhamento e participação nas definições e desenvolvimento do projeto de Prontuário das Unidades;
- Acompanhamento e participação nas definições do Projeto do Cadastro Controlado;
- Acompanhamento e definições da implementação das correições nas Turmas de Recursos, bem como realização de correição em duas Turmas de Recursos da comarca da Capital;
- Acompanhamento do projeto de estudos das correições nas Divisões de Tramitação Remota (DTR);
- Participação nos estudos para definição da quantidade de servidores nas unidades judiciárias do primeiro grau de jurisdição;
- Participação na Comissão de Estudos da implementação do CEJUSC em todo o estado, com a criação de fluxo próprio junto ao SAJ-5;
- Participação na Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD): a ATC integra esta comissão do TJSC que analisa a tabela de temporalidade do CNJ, bem como a tabela de temporalidade dos documentos judiciais e administrativos desta Corte;
- Participação no grupo de trabalho do Projeto SPA: ATC integra o grupo de trabalho que estuda o projeto de expansão do uso do Sistema de Processos Administrativos Eletrônicos, sob a gestão da Assessoria de Planejamento (Asplan);
- Participação no grupo de trabalho de análise e replicação dos fluxos do SAJ-PG;
- Participação no grupo de estudo do Teletrabalho: a ATC integra o grupo de trabalho que estuda a fixação de metas para o Teletrabalho;
- Participação no grupo de trabalho de Comunicação Institucional: a ATC integra o grupo de trabalho que estuda estratégia de publicação e comunicação institucionais do primeiro grau;

- Realização de videoconferência decorrente de correição virtual com a 3ª Vara Cível da comarca de Blumenau, cuja finalidade consistia no cumprimento do projeto de implementação desta modalidade de ferramenta no âmbito das correições.

4.4 Assessoria de Custas e Emolumentos

Atendimentos a consultas (telefone, e-mail, Pandion, pessoal ou Central de Atendimento da CGJ)

Com a edição da Portaria CGJ n. 32/2015, que implementou a Central de Atendimento Eletrônico da CGJ, os procedimentos para formalização de dúvidas reclamações e sugestões à Corregedoria passaram a ser encaminhados pelo endereço eletrônico <http://cgjweb.tjsc.jus.br/atendimento/>. Contudo, apesar dessa centralização, a Assessoria de Custas continua resolvendo situações emergenciais pelo Pandion e respondendo mensagens eletrônicas enviadas diretamente ao setor, porque os consulentes são servidores do Tribunal de Justiça, ou de outras entidades, ou usuários que não conseguem anexar documentos pela Central de Atendimento.

Foro Judicial e Extrajudicial

A Assessoria de Custas atendeu a 1.766 (mil setecentos e sessenta e seis) pessoas para esclarecimentos acerca de custas iniciais/complementares/intermediárias/finais e de cartas precatórias, bem como sobre condução de oficial de justiça, preparo (TJSC, STF, STJ, Turma de Recursos), despesas processuais, atos comuns e isolados, inclusive sobre matérias referentes ao Sistema de Depósitos Judiciais (SIDEJUD).

Atinente aos cálculos processuais e às dúvidas relativas à incidência do imposto de renda, o setor em comento prestou auxílio para 775 (setecentos e setenta e cinco) consulentes.

Respeitante ao SAJ/Custas, os problemas resolvidos e as orientações sobre o funcionamento do sistema, assim como o recebimento de sugestões de melhoramento, alcançaram a soma de 873 (oitocentos e setenta e três) usuários atendidos.

A Assessoria de Custas sanou 476 (quatrocentas e setenta e seis) dúvidas e atendeu a 128 (cento e vinte oito) reclamações referentes ao recolhimento de emolumentos nos cartórios extrajudiciais, bem como respondeu a 549 (quinhentos e quarenta e nove) questionamentos relativos ao CNCGJ, às circulares, aos provimentos, ao Regimento de Custas e Emolumentos, aos índices da CGJ e demais legislações.

Por fim, o setor atendeu pessoalmente a 117 (cento e dezessete) pessoas entre advogados, assessores, servidores e usuários do Poder Judiciário para esclarecer dúvidas.

Pareceres – custas, despesas, emolumentos e cálculos judiciais

A Assessoria de Custas elaborou 174 (cento e setenta e quatro) pareceres a envolver os assuntos relacionados com sua competência.

Participação em grupos de trabalho, desenvolvimento de projetos e inspeções correicionais

O setor em voga envolveu-se em:

- Grupo de trabalho para o desenvolvimento de estudos para a revisão do Regimento de Custas e Emolumentos do Estado de Santa Catarina (Lei Complementar Estadual n. 156, de 15.5.1997), no que pertine à cobrança de emolumentos pelos serviços de notas e registros. Autos n. 0011730-23.2014.8.24.0600 (Portaria n. 51/2014); e

- Grupo de trabalho para atualizar o Manual do Contador (custas e cálculo processual).

Reuniões

Seguem, abaixo, as reuniões realizadas pela Assessoria de Custas, e aquelas que contaram com a participação do setor:

- Exportação de índices ao PG5 e SG5;
- Automação da conversão de depósitos judiciais em custas;
- Revisão da Orientação CGJ n. 38 – trata do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte de Pessoa Física (IRRPF) e Rendimentos Recebidos Acumuladamente (RRA);
- RRA;
- Módulo de Custas – SAJ/SG5;
- Orientação CGJ n. 47;
- Projeto de lei sobre custas;
- Validação Fluxo Protesto;
- Demandas advindas da inscrição em dívida ativa, cancelamento de dívida ativa (Sistema S@T) e de débitos vinculados ao TJSC;
- Reunião com a Caixa Econômica Federal (CEF) sobre os boletos registrados;
- Fundação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) 15/2015 - Documentação CV5535BB;
- Reunião sobre as dúvidas do processo eletrônico - SAJ5/PG;
- Reunião sobre melhorias e orientações condizentes à Central de Atendimento Eletrônico da CGJ;
- Revisão das orientações que tratam do cumprimento de sentença, a qual implicou a revogação das Orientações CGJ n. 5 e n. 7, bem como a evolução da classe monitória;
- Contribuição previdenciária patronal dos agentes não oficializados e peritos judiciais;

- “Custas Web”, a envolver a Divisão de Sistemas Judiciais (DSJ), a CGJ e a Softplan, a fim de estabelecer como o sistema deverá se comportar para atender ao que determina a Meta 5 do CNJ e às necessidades do TJSC; e
- Projeto Conta Corrente, integração do módulo de custas, família SAJ/PG.

Outras atividades

- Orientação aos contadores judiciais quanto à operacionalização de cálculos de liquidação de maior complexidade;
- Atualização das Perguntas e Respostas sobre Custas Processuais.
- Atualização dos valores de custas e emolumentos constantes no Regimento de Custas e Emolumentos;
- Elaboração mensal da Tabela de Índices de Atualização de Valores e a sua manutenção na internet;
- Manutenção do banco de dados com as séries históricas de indicadores econômicos e financeiros do SAJ/Custas;
- Atualização das tabelas de condução dos oficiais de justiça;
- Geração de boletos de custas finais de processos da competência delegada e envio à Divisão de Depósitos Judiciais para quitação centralizada; e
- Encaminhamento de consultas ao Conselho da Magistratura relacionada à cobrança de custas e emolumentos em questões divergentes.

Projetos em andamento

Projeto de lei de alteração do Regimento de Custas e Emolumentos para adequação da cobrança de custas no processo eletrônico.

4.5 Assessoria de Informática

A Assessoria de Informática executou no ano de 2016 atividades de análise, desenvolvimento e manutenção dos sistemas, além de suporte técnico e atendimento a usuários.

Destaca-se, também, a participação da Assessoria em grupos de trabalho voltados à concepção de novos projetos, políticas de informatização e apoio a usuários.

As atividades de maior relevância no ano foram:

Novo Sistema de Ressarcimento Eletrônico de Atos Gratuitos (ajustes/integrações)

Os delegatários do serviço notarial e de registro do Estado de Santa Catarina fazem jus ao recebimento de reembolso, a título de emolumentos, pelos atos gratuitos que, por força de disposição legal, são obrigados a realizar. Inúmeros atos enquadram-se nesta condição, com destaque para os atos de registro de nascimento e de óbito, habilitação de casamento para os reconhecidamente pobres e atos notariais de inventário e divórcio, também para estes últimos. Antes da utilização dessa nova ferramenta, o pedido de reembolso, pelos delegatários, era realizado de forma manual, baseado no preenchimento do código do selo de fiscalização utilizado em cada ato pretensamente ressarcível.

Contudo, tal procedimento manual, na medida em que necessita de intensa vigilância da equipe de servidores responsáveis pela atividade na seara da CGJ, acaba também por consumir recursos dos próprios delegatários - em sua maioria responsáveis por serventias consideradas deficitárias -, os quais, as mais das vezes, têm que contratar funcionários para desempenhar a atividade específica de cadastramento.

Desde a implantação do novo sistema de ressarcimento eletrônico de atos gratuitos, conseguiu-se aprimorar a atual sistemática de reembolso a partir de nova ferramenta tecnológica que permitiu a otimização do procedimento, de modo a surtir efeitos tanto para a administração pública quanto para os delegatários do serviço notarial e de registro.

A nova versão do Sistema de Ressarcimento disponibiliza novos recursos e integrações, tais como: *login* único, automatização de rotinas, parecer e ofício dinâmicos, verificação de selos anulados, ressarcimento de novos tipos de atos e boleto para restituição de ressarcimento, vinculado ao protesto já ressarcido, dentro da restrita área extrajudicial.

Central de Atendimento Eletrônico da CGJ

O Atendimento na Corregedoria conta com diversas fontes de entrada, a exemplo da via telefônica, do e-mail, das cartas e dos ofícios. Uma parte dos atendimentos é autuada como processo administrativo e gera demanda de atendimento por este sistema; os e-mails, por seu turno, circulam pelos setores da Corregedoria e são atendidos mediante o seu encaminhamento para conclusão ou autuação como processo administrativo.

No ano de 2016, foi realizada a disponibilização do módulo de rascunho da resposta, que consiste no envio de e-mail, ao setor competente, contido de alerta sobre novas demandas e movimentações, além de atividades de manutenções corretiva e evolutiva do projeto.



Central de Atendimento Eletrônico da Corregedoria-Geral da Justiça

Usuário

- masteruser@tjsc.jus.br
- Central Atendimento

Q Clique aqui para abrir a pesquisa avançada

Mostrar **10** registros por página

Procurar:

Tipo	Protocolo	Interessado	Local	Data Mov	Ações
Comunicação	199-VUZSGL	Vara Criminal De Barracão - Pr	Div. Judiciária	02/09/2015	
Comunicação	198-SSBZYV	Vara Criminal De Barracão - Pr	Div. Judiciária	02/09/2015	
Comunicação	197-BCQLRZ	Vara Criminal De Barracão - Pr	Div. Judiciária	02/09/2015	
Comunicação	196-EJRFYR	Vara Criminal De Barracão - Pr	Div. Judiciária	03/09/2015	

ExtraFácil – 2ª versão

A contar com mais de um ano de lançamento da versão inicial, o portal virou referência por informar de forma descomplicada o público em geral a respeito dos serviços extrajudiciais (registros civis e de imóveis, tabelionatos de notas e de protestos).

A plataforma em que o portal ExtraFácil foi desenvolvido encontra-se defasada quando há pretensão de visualizar o conteúdo fluído das respectivas páginas em dispositivos distintos (móvel e tablet). O objetivo em refazer o portal é permitir sua visualização em tais dispositivos, afora os tradicionais (desktop e notebook). Ademais, o novo portal vai permitir o envio de opiniões por parte do usuário.










Faça um busca








Q CONSULTA

Temas









Atuação dos Órgãos Judiciários

-  Atos dos Órgão Reguladores
-  Comunicação entre os Órgãos Reguladores e entre as serventias extrajudiciais
-  Procedimentos Administrativos
-  Consulta ao Juiz dos Registros Públicos
-  Consulta à Corregedoria-Geral
-  Quais são os atos do Vice-Corregedor-Geral?
-  O juiz diretor do foro e o juiz



Normas Gerais

-  Introdução
-  Dias e horários de funcionamento das serventias extrajudiciais
-  Formas de comunicação
-  Identificação da serventia
-  Atos gratuitos e com redução
-  O que são as serventias extrajudiciais?
-  Os serviços extrajudiciais são prestadas pelo Estado ou por particulares?

Temas

-  6 Atuação dos Órgãos Judiciários
-  5 Normas Gerais
-  6 Registro de Pessoas Naturais
-  5 Registro de Pessoas Jurídicas
-  3 Registro Títulos e Documentos
-  5 Registro de Imóveis
-  2 Notas
-  6 Protesto

Mais acessadas

-  Quais requisitos deve conter o assento de casamento?
-  O que deve conter o assento de óbito?

Sistema de Correição Virtual

Com vistas à melhoria contínua do sistema de geração automatizada dos relatórios de correição virtual, foram realizadas adaptações nos scripts de extração de dados e geração de relatórios, devido a nova sistemática de correição para o ano de 2016.

Certidão Negativa de Débitos (CND) na receita estadual

Disponibilizou-se uma interface, no sistema de envio de pendências de custas para a base de dados da Secretária da Fazenda, com a intenção de

impedir o cadastramento de pessoas jurídicas que gozam do benefício de isenção das custas judiciais.

Portal de Peritos

Foram reformulados alguns campos para registro e atualização dos dados cadastrais dos peritos, assim como inseridas mensagens de alerta que informam a obrigatoriedade do preenchimento das informações de órgão de classe, quando a ferramenta for utilizada por pessoas jurídicas na área / qualificação Saúde / Médico. Não bastando, efetuou-se o envio de e-mail a alertar sobre a necessidade da adequação dos cadastros pré-existentes no sistema, sob pena de exclusão do registro no Portal de Peritos.

Geração de relatórios para correição nas Turmas de Recurso da Capital

À guisa de atender às necessidades de informação do Núcleo III, no que toca às atividades de correição nas Turmas de Recurso da Capital, foram extraídos diversos relatórios com informações provenientes do SAJ-TR 3 e 5.

Plantão Judiciário Web

Realização de correções diversas nos formulários de cadastro de dados de plantão judiciário, conforme levantamento feito pela Divisão Judiciária.

Migração para o sistema web das funcionalidades do sistema desktop: formulário de cadastro de endereço das comarcas e extração de relatório mensal de plantão. Integração do sistema de agendamento do envio dos dados do plantão para o Diário da Justiça Eletrônico (DJE).

CGJ Secretaria



A finalidade do sistema é controlar o envio de solicitações de condução e permitir o preenchimento do relatório de viagem de forma eletrônica. Outro objetivo refere-se a manter informações sobre os setores e colaboradores da CGJ, e acerca da solicitação de bens de informática, frota de veículos e registro de suas manutenções, relatórios gerenciais etc.

Sistema de Gestão da Corregedoria-Geral da Justiça

[Home](#) / [Conduções](#) / [Solicitação](#) / [Nova](#)

Nova Solicitação

Deslocamento: Interno Externo 

Solicitante:


Setor solicitante:

Conduzidos internos:

Conduzidos externos:

Tipo de evento: Especificar:

Data de saída:  Hora de saída: 

Data de chegada:  Hora de chegada: 

Destino: 

Projeto Aprimorar

O projeto Aprimorar permite que dados das unidades judiciais estejam disponíveis para a geração de indicadores, bem como possibilita o registro de problemas identificados, das possíveis soluções e suas ações. Neste ano foram adaptados alguns indicadores, de forma a tornar os gráficos mais compatíveis com a realidade de diferentes unidades. Novos indicadores foram mapeados e rotinas de sumarização de dados foram desenvolvidas, ambos a serem

disponibilizados no início deste ano às unidades judiciais.

Prontuário das Unidades

Com o propósito de registrar informações históricas de cada unidade judicial, a Assessoria de Informática está desenvolvendo um sistema que possibilite o armazenamento de informações de gestão de pessoas, processos e organização.

A proposta do projeto é unificar, em um único sistema, informações de diversas fontes de informações do Poder Judiciário.

A ideia é criar um prontuário de cada unidade por meio do qual se possa saber quantas pessoas atuam, quais seus cargos e funções, se há afastamentos, quem são os magistrados e suas situações, qual o acervo de processos, produtividades etc.

🏠 Início Dados Estatísticos ▾ Circunscrições ▾ Comarcas ▾ Unidades Judiciais ▾ Magistrados ▾ 🚪 Logout

Prontuário da Unidade

Ocorrências das Unidades

Data	Tipo	Descrição
01/01/2016	Inspeção Virtual	Realizada inspeção virtual
02/01/2016	Reunião com Ministério Público	Reunião para deliberar a respeito da remessa de informações

Geração de Relatórios Estatísticos

Para atender às demandas por informação do gabinete do Corregedor-Geral da Justiça, do Vice Corregedor-Geral da Justiça, dos Juízes Corregedores, das Assessorias dos cinco Núcleos da Corregedoria, da

Assessoria de Custas, da CEJA e das Divisões Judiciária e Administrativa, diversos relatórios estatísticos foram extraídos com informações provenientes dos inúmeros sistemas informatizados, de forma a serem utilizados para as correições, para a tomada de decisão ou para a instrução de processos administrativos.

Órgãos como a Presidência do TJSC, a Asplan e a DTI foram atendidos pela Assessoria de Informática, assim como a instituições externas: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), CNJ, Tribunal Regional Eleitoral, Secretaria de Segurança Pública e Associação dos Magistrados.

Rol de Antecedentes Criminais

Haja vista a importância das informações referentes aos antecedentes criminais registrados no SAJ e a necessidade de poder gerar certidões estadualizadas, a Assessoria de Informática vem estudando possíveis ações que viabilizem a emissão de tais certidões.

A Assessoria analisado informações e extraído relatórios que facilitem à Divisão Judiciária o trabalho de monitoramento e acompanhamento da qualidade e informações das partes dos processos no SAJ/PG. Posteriormente, devem ser apresentados requisitos funcionais a serem implementados pela Softplan nos sistemas SAJ.

Atividades diversas

São desenvolvidas por este setor, de modo paralelo ao desenvolvimento dos sistemas acima nominados, as seguintes tarefas:

- Relatórios estatísticos diversos;
- Consultas e pareceres;
- Mala direta;
- Instalação de softwares e hardwares;
- Suporte ao usuário judicial e extrajudicial;

- Apresentações em slides;
- Alterações de informações no banco de dados;
- Capacitação de assistentes sociais;
- Reuniões da comissão do Selo Digital;
- Manutenção do ambiente de servidores web, backup etc.;
- Manutenções em todos os sistemas da Corregedoria;
- Permissões de acesso aos sistemas internos;
- Gestão do conteúdo dos portais da Corregedoria e do extrajudicial;
- Manutenção da Área Restrita Extrajudicial destinada aos cartórios;
- Manutenção evolutiva do S@E;
- Manutenção do Sistema de Pesquisa de cartórios;
- Manutenção do Sistema de Cadastro on-line das serventias; e
- Manutenção no Sistema de Selo utilizado pelo setor administrativo da Corregedoria.

Atendimento da Assessoria de Informática

Realizaram-se atendimentos de suporte a sistemas e orientações aos usuários nas seguintes postas de trabalho:

- Gabinete do Corregedor;
- Gabinete do Vice-Corregedor-Geral da Justiça;
- Gabinetes dos Juízes Corregedores;
- Secretaria da Corregedoria;
- Escrivania Correicional;
- Assessoria Correicional;
- Assessoria de Custas;
- Assessoria Extrajudicial;
- CEJA;
- Divisão Administrativa da CGJ;
- Divisão Judiciária da CGJ;

- Diretoria de Informática;
- Diretoria de Orçamento;
- Cartórios Extrajudiciais;
- Sala de Assistentes Sociais;
- Gabinetes de Juízes;
- Sala de Assessores Judiciários;
- Escrivania; e
- Sala dos Técnicos de Suporte em Informática (TSI).

4.6 Suporte Técnico de Informática

Em 2016, foram contabilizados 1.713 (mil setecentos e treze) registros de chamados e atendimentos, tais como:

- Manutenção de 8 (oito) *ultrabooks* distribuídos para o Desembargador Corregedor, Vice-Corregedor, Juízes Corregedores e Secretário da CGJ;
- Instalação de 27 (vinte e sete) postos de trabalho completos (microcomputador, monitor, mouse e teclado) para novos servidores;
- Instalação e configuração de equipamentos para nova sala de reuniões no 12º andar;
- Suporte aos usuários: atendimento aos usuários e manutenção em todos os itens de informática da CGJ localizados nos 11º e 12º andares da Torre I, bem como ao gabinete do Vice-Corregedor, localizado na Torre II, 2º andar, em que se procedeu à instalação/manutenção/atualização de softwares (Pacote Microsoft Office 2013, Microsoft Project 2013, banco de dados Oracle, compactador de arquivos IZArc, Instant Messenger Pandion, Skype for Business, Java, navegadores Internet Explorer, Google Chrome e Mozilla Firefox, programas relacionados a PDF como Acrobat Reader, PDFSAM, PDFCreator, CutePDF, Adobe Flash Player, Adobe Air,



- acesso ao Banco do Brasil e CEF; instalação/manutenção/configuração de periféricos (monitores, placas de vídeo, impressoras/scanners, mouses, teclados, estabilizadores, pen-drives, modems 3G, telefones);
- Suporte ao SAJ5/CGJ: cadastro, exclusão e gerenciamento de perfis de usuários; liberação de documentos; configuração de segunda estação; orientações aos usuários; criação/retificação de modelos institucionais; tomada de ciência e primeiras providências para solução de erros no SAJ5-CGJ; orientações/configurações quanto assinatura digital; juntada de arquivos em vídeo; gravação de vídeos com erros para repasse à DTI;
 - Suporte ao SAJ5/Comarcas: cadastro, exclusão e gerenciamento de perfis de usuários (liberação de Comarcas/Varas/Lotações/Funções);
 - Instalação dos aplicativos SAJ5/CGJ, SAJ5/CGJ_Testes, SAJ5/CGJ/ADM, SAJ5/CGJ/ADM_Testes, SAJ5/CGJ/Treinamento, SAJ5/Comarcas, SAJ5/Comarcas_Testes, SAJ5/Comarcas/ADM, SAJ5/Comarcas/ADM_Testes, SAJ/Custas, SAJ/EST, SAJ5/Protocolo, SAJ5/Protocolo_Testes, SAJ5/Certidões, SAJ5/Certidões_Testes, SAJ3/TurmasRecursos, SAJ5/TurmasRecursos, SAJ3/SG, SAJ5/SG;
 - Testes no SAJ5/CGJ: Em reunião realizada na data de 7 de julho com a Diretoria de Tecnologia de Informação, definiu-se que este Suporte Técnico não mais realiza testes para atualizações de versões, pois referida ação já é desempenhada pela equipe da DTI;
 - Prestação de 5 (cinco) informações técnicas a 3 (três) autos no SAJ5/CGJ;
 - Suporte à rede: monitoramento de equipamentos de rede de dados, orientação operacional para usuários e configuração para o funcionamento de redes locais e remotas, de forma a dar suporte às pastas de rede, bem como ao mapeamento com criação de atalho;
 - Certificado digital: instalação e configuração de certificados digitais, das raízes, bem como dos *tokens*;

- Telefonia: instalação de aparelhos telefônicos, conexão de ramais ATA (Analógicos) pré-ajustados pela Seção de Telecomunicações da DTI, conforme solicitação do Suporte Técnico de Informática da CGJ. Teste para diagnóstico de falhas nos aparelhos analógicos e digitais. Gerenciamento de grupos de captura e de encaminhamento na telefonia VOIP;
- Orientação/Manutenção à Unidade de Resposta Audível (URA) da CGJ;
- Sistemas internos: oferecer suporte aos sistemas internos. Instalação/suporte do programa Inspeção Virtual para o quadro do Núcleo III e da ATC, bem como aos TSI's das comarcas; instalação, configuração e atualização do aplicativo CUIDA para o quadro da CEJA; instalação, configuração e atualização dos aplicativos Plantão, BDM, Cadastro de Informação de Magistrados, Casa da Cidadania, controle de usuário e ROL2009 para o quadro da Divisão Judiciária; instalação, configuração e atualização do aplicativo Selo para o quadro da Assessoria Correicional Extrajudicial;
- Instalação, solicitação de criação de usuário e configuração dos sistemas Caché e Expedição; suporte aos sistemas Malote digital, CNJ e SCI;
- Manutenção e configuração das agendas da corregedoria:
 - Agenda da Corregedoria;
 - Agenda do Corregedor;
 - Agenda do Corregedor – CNJ;
 - Agenda do Núcleo I;
 - Agenda do Núcleo II;
 - Agenda do Núcleo III;
 - Agenda do Núcleo IV;
 - Agenda do Núcleo V; e
 - Agenda da Frota.



- Abertura de 30 (trinta) chamados em garantia para os equipamentos (computadores, mouses e teclados), e acompanhamento dos serviços técnicos prestados pela empresa responsável;
- Manutenção das listas de discussão e endereços eletrônicos institucionais da CGJ (correg, corregeserv, correagemagis, cgj.manualcontador, corregeadm, corregejud, cgjud, inspecaovirtual);
- Manutenção e configuração dos endereços eletrônicos setoriais, bem como a criação de novos na CGJ:
 - cgj.digitaliza@tjsc.jus.br – Núcleo II;
 - cgj.extrafacil@tjsc.jus.br – Núcleo IV;
 - cgj.suspeicao@tjsc.jus.br – Núcleo I;
 - cgj.frota@tjsc.jus.br – Secretaria da CGJ;
 - cgj.gabinete@tjsc.jus.br – gabinete do Desembargador Corregedor;
 - cgj.atc@tjsc.jus.br – ATC;
 - cgj.ic@tjsc.jus.br – gabinete do Desembargador Corregedor;
 - cgj.magistrados@tjsc.jus.br – Gabinete do Desembargador Corregedor; e
 - cgj.revisao@tjsc.jus.br – revisor da Corregedoria.
- Verificação das advertências sobre mensagens maliciosas e encaminhamento ao setor de segurança da DTI;
- Configuração e suporte ao usuário para acesso remoto via VPN (Palo Alto);
- Smartphones: suporte a dez (10) smartphones funcionais. Configuração, backup e restauração tanto na plataforma Apple quanto na Android;
- Aparelho celular Nokia: suporte a cinco 5 (cinco) celulares funcionais;
- Constante atualização da lista de contatos da CGJ: manutenção da lista de contatos da Corregedoria, mediante edição de arquivo próprio na unidade de rede `\\tjweb\cgjtsj`. Os dados deste arquivo e unidade de rede são utilizados em outras tabelas ligadas a rotinas criadas para gerenciamento administrativo (agendamento de reuniões, empréstimo

de notebooks, geração automática de termos de responsabilidade e devolução e rastreamento, registro de movimentação no quadro de pessoal etc.);

- Gerenciamento, supervisão e manutenção do sistema de monitoramento por câmera. Restauração de vídeos;
- Videoconferência: realização de testes e suporte às videoconferências realizadas nas dependências da Corregedoria, a utilizar-se o software Skype for Business 2016;
- Controle de equipamentos de informática para inspeção (notebooks, câmeras fotográficas, pen drives, modem 3G e projetor): gerenciamento de empréstimo e de devolução de 66 (sessenta e seis) notebooks, por intermédio do emprego do sistema de controle criado pelos TSI's. A distribuição de notebooks é rotineira e visa a atender deslocamento dos assessores de núcleos quando em inspeções correicionais. Registro de 532 (quinhentas e trinta e duas) movimentações de empréstimo e devolução de notebooks;
- Patrimônio: movimentação patrimonial (sublotação) dos equipamentos, por meio da realização de relatório de conferência de todo patrimônio de informática, baixa/transferência de bens; e
- Organização de cabos de energia, rede, VGA e DVI, e substituição de estabilizadores por filtros de linha em alguns setores.

4.7 Central de Atendimento

A Central de Atendimento (Ouvidoria da CGJ), de seu turno, recebeu 5.021 (cinco mil e vinte e um) expedientes e fez 9.368 (nove mil trezentos e sessenta e oito) atendimentos, dos quais 5.370 (cinco mil trezentos e setenta) ocorreram via telefone, 3.480 (três mil quatrocentos e oitenta), por correio eletrônico e 518 (quinhentos e dezoito), pessoalmente.

5 ANEXOS

5.1 Anexo I: Movimento forense da justiça de primeiro grau de jurisdição

MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO

CONSIDERADAS TODAS AS CLASSES PROCESSUAIS (CONHECIMENTO, EXECUÇÕES DE SENTENÇA, INCIDENTES E AÇÕES INCIDENTAIS) – EXCETO RECURSOS

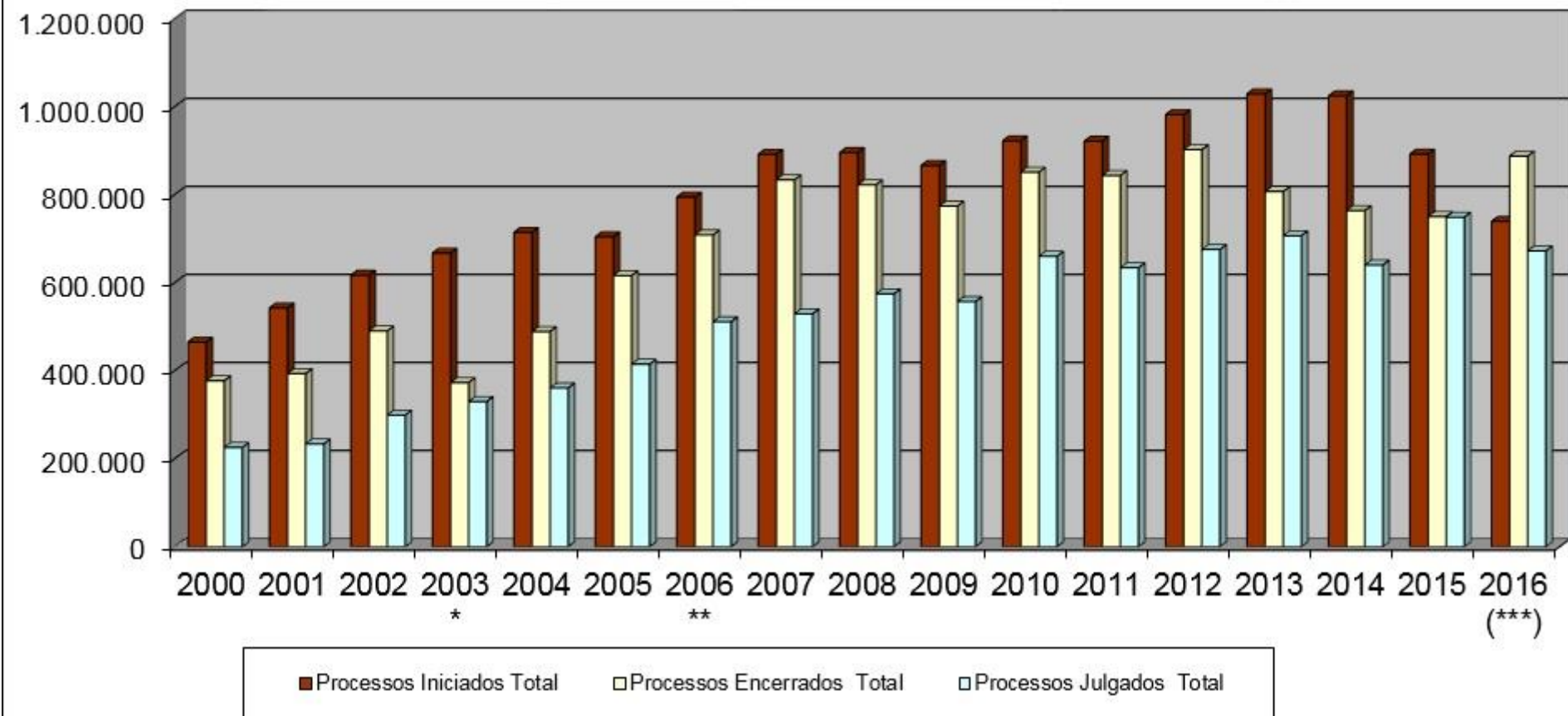
Ano	Processos Iniciados TOTAL	Execuções Fiscais Iniciadas	Iniciados SEM Execuções	Processos Encerrados TOTAL	Execuções Fiscais Encerradas	Encerrados SEM Execuções	Processos Julgados TOTAL	Execuções Fiscais Julgadas	Julgados SEM Execuções	Em Andamento (fim do ano) TOTAL	Execuções Fiscais em Andamento	Em Andamento Sem Execuções	Média de Juízes 1º grau em atividade (fim do ano)	Média proc. julgados por juiz - SEM Exec. Fisc.	Média proc. julgados por juiz - COM Exec. Fisc.
2000	464.945	69.436	395.509	377.205	61.736	315.469	225.789	39.652	186.137	839.081	275.897	563.184	257	724	879
2001	542.599	116.352	426.247	393.699	64.082	329.617	233.686	28.198	205.488	987.981	328.167	659.814	249	825	938
2002	616.933	135.412	481.521	490.228	82.101	408.127	299.203	43.265	255.938	1.114.686	381.478	733.208	260	984	1.151
2003 (*)	667.280	142.118	525.162	372.990	10.576	362.414	330.009	43.313	286.696	1.408.976	513.020	895.956	279	1.028	1.183
2004	714.434	136.602	577.832	489.021	63.243	425.778	360.786	54.486	306.300	1.634.389	586.379	1.048.010	298	1.028	1.211
2005	704.333	101.933	602.400	616.176	73.485	542.691	414.856	68.076	346.780	1.722.546	614.827	1.107.719	321	1.080	1.292
2006 (**)	794.603	154.514	640.089	708.469	128.986	579.483	511.242	87.663	423.579	1.808.680	640.355	1.168.325	316	1.340	1.618
2007	891.623	137.153	754.470	833.772	138.500	695.272	529.360	92.297	437.063	1.866.531	639.008	1.227.523	327	1.337	1.619
2008	895.640	118.915	776.725	822.255	97.678	724.577	574.739	118.390	456.349	1.939.916	660.245	1.279.671	352	1.296	1.633
2009	866.152	109.555	756.597	774.026	75.450	698.576	556.998	107.197	449.801	2.032.042	694.350	1.337.692	352	1.278	1.582
2010	922.197	168.052	754.145	851.085	146.461	704.624	660.013	136.031	523.982	2.103.154	715.941	1.387.213	361	1.451	1.828
2011	921.528	147.302	774.226	843.562	119.994	723.568	634.011	106.965	527.046	2.181.120	743.249	1.437.871	362	1.456	1.751
2012	981.849	131.652	850.197	902.366	111.583	790.783	675.483	130.898	544.585	2.260.603	763.318	1.497.285	356	1.530	1.897
2013	1.028.879	123.684	905.195	807.221	141.605	665.616	706.748	107.763	598.985	2.482.261	745.397	1.736.864	379	1.580	1.865
2014	1.024.386	146.216	878.170	763.887	104.104	659.783	640.117	100.428	539.689	2.418.189	787.509	1.630.680	397	1.359	1.612
2015	892.118	122.540	769.578	750.314	80.073	670.241	748.714	87.527	661.187	2.766.857	831.041	1.935.816	404	1.637	1.853
2016 (***)	739.056	77.787	661.269	887.544	100.519	787.025	672.264	84.138	588.126	2.652.727	805.887	1.846.840	393	1.497	1.711

(*) De 2000 a 2005 foram ajustados os valores dos processos julgados, em virtude dos arquivamentos administrativos não serem mais considerados.

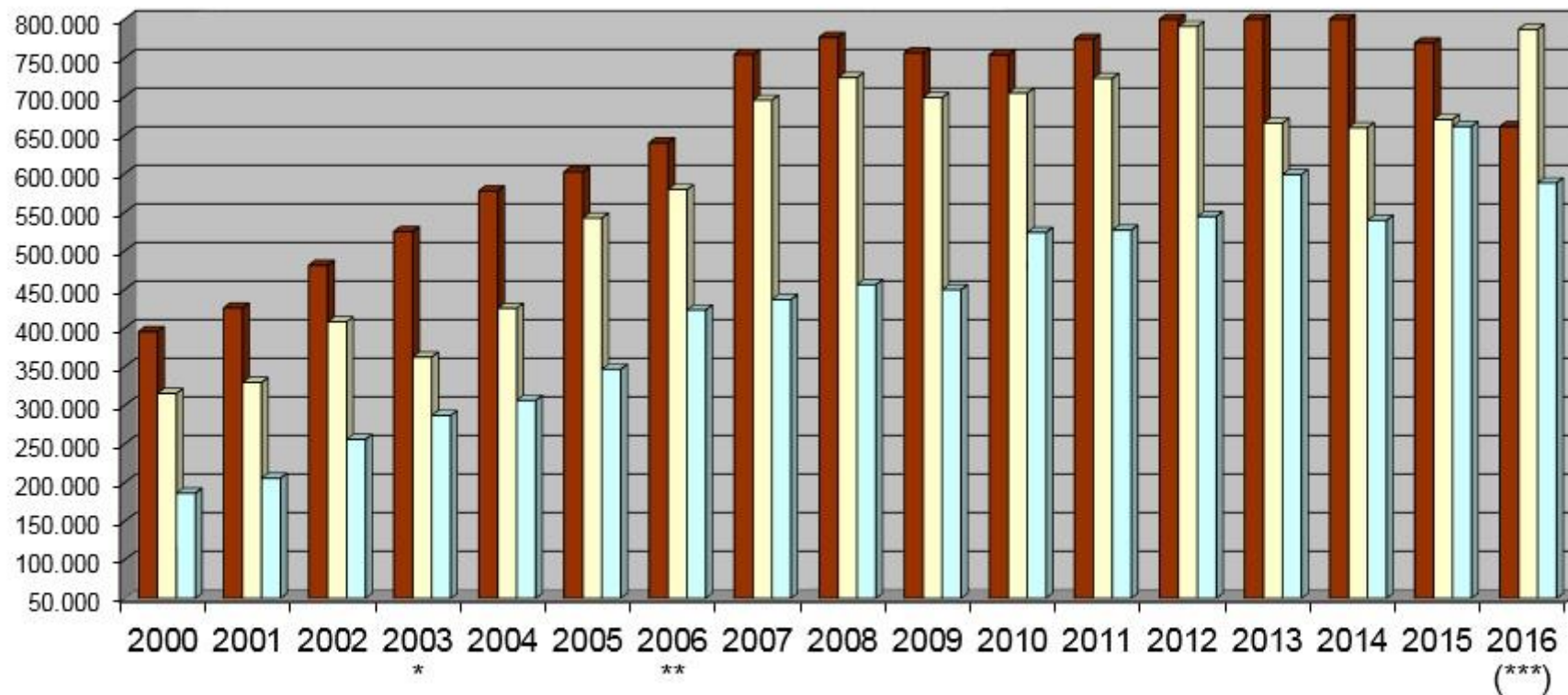
(**) Em 2006, a Corregedoria passou a utilizar o SAJ/Estatística como ferramenta de trabalho, que possuiu uma metodologia ligeiramente diferenciada dos antigos "mapas estatísticos", o que causou variação na totalização dos dados.

(***) Dados do período de janeiro a novembro de 2016.

MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE 1º GRAU TOTAL GERAL



MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE 1º GRAU (Sem Execuções Fiscais)

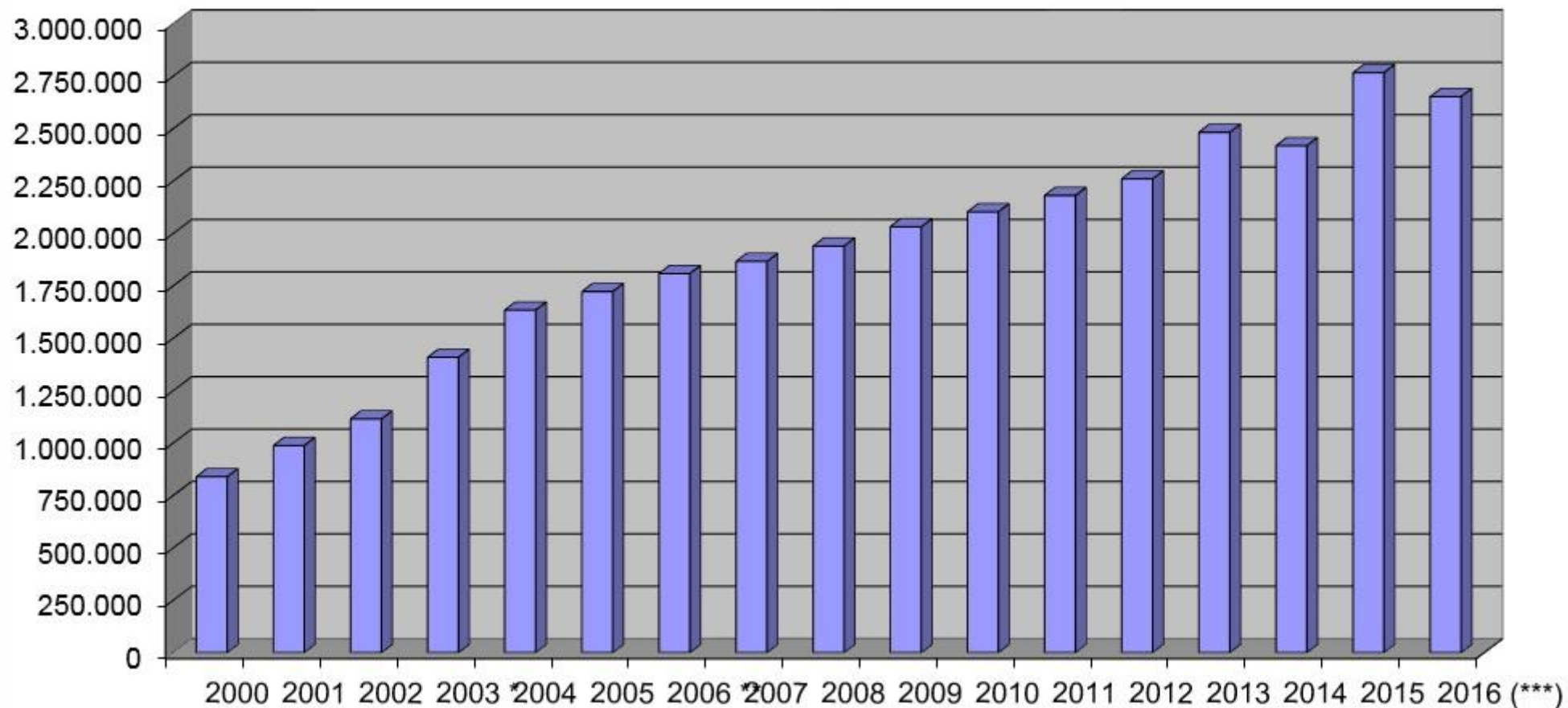


■ Iniciados SEM Execuções

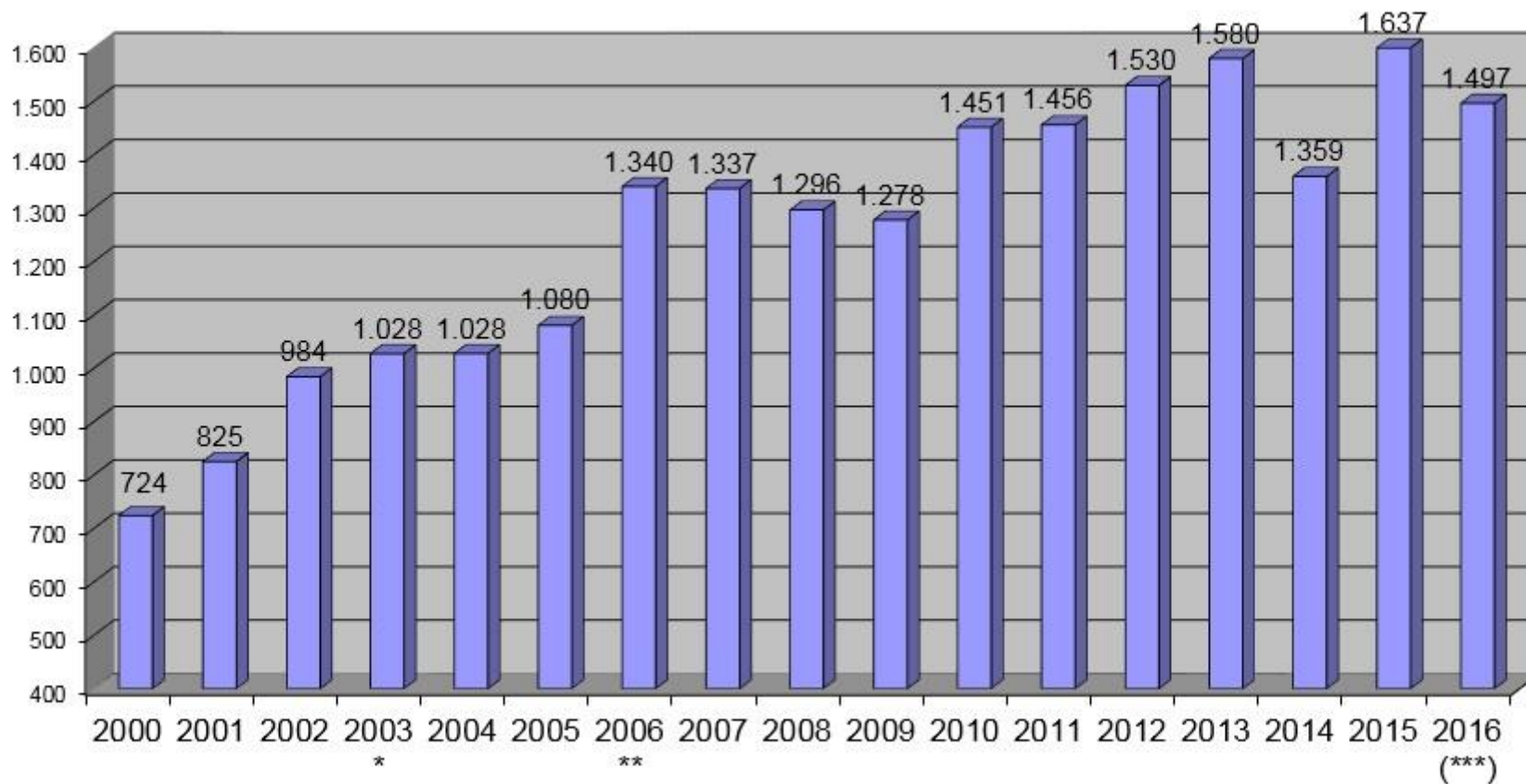
□ Encerrados SEM Execuções

□ Julgados SEM Execuções

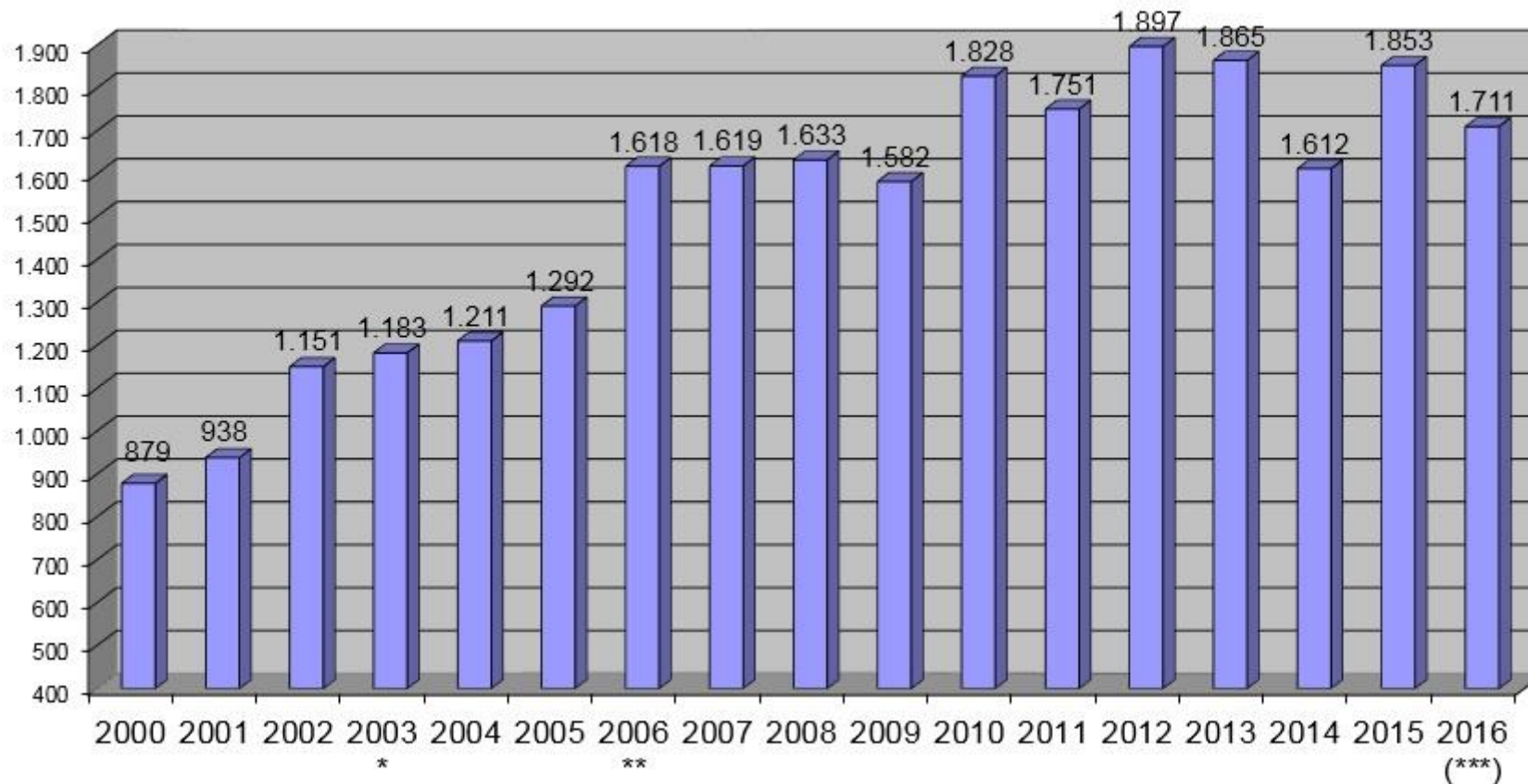
MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE 1º GRAU
Processos em andamento no final do ano - com Exec. Fiscais



Média anual de processos julgados por magistrado em exercício na Justiça de 1º Grau - sem execuções fiscais



**Média anual de processos julgados por magistrado em exercício na Justiça de 1º Grau -
com execuções fiscais**



Corregedoria-Geral da Justiça
Rua Álvaro Millen da Silveira, n. 208 – 11º andar da Torre I – Centro
Florianópolis/SC – CEP: 88020-901

5.2 Anexo II: Análise do movimento das casas da cidadania



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

ANÁLISE DO MOVIMENTO DAS CASAS DA CIDADANIA					
PERÍODO: JANEIRO DE 2016 A NOVEMBRO DE 2016					
COMARCA	CASA DA CIDADANIA	TOTAL DE PROCEDIMENTOS INICIADOS	ACORDOS	ACORDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCEDIMENTOS	QTDE PESSOAS OUIDAS
RIO DO SUL	AGRONÔMICA	42	23	55%	50
RIO DO SUL	AURORA	19	18	95%	25
ARAQUARI	BALNEÁRIO BARRA DO SUL	118	48	41%	8.634
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	312	231	74%	3.639
TIMBÓ	BENEDITO NOVO	252	172	68%	373
BRUSQUE	BOTUVERÁ	37	3	8%	37
CAMPOS NOVOS	BRUNÓPOLIS	0	0	0%	0
SÃO BENTO DO SUL	CAMPO ALEGRE	460	363	79%	1.105
TIJUCAS	CANELINHA	39	39	100%	713
ANITA GARIBALDI	CELSO RAMOS	38	42	111%	1.094
CRICIÚMA	CENTRO	253	14	6%	82
URUSSANGA	COCAL DO SUL	72	0	0%	15
PRESIDENTE GETÚLIO	DONA EMMA	62	49	79%	49
TIMBÓ	DOUTOR PEDRINHO	271	268	99%	0
HERVAL D'OESTE	ERVAL VELHO	0	0	0%	0
ITUPORANGA	IMBUIA	126	64	51%	1.257
INDAIAL	INDAIAL	237	133	56%	934
ABELARDO LUZ	IPUAÇU	47	38	81%	108
MARAVILHA	IRACEMINHA	51	44	86%	242
JOAÇABA	JOAÇABA	138	73	53%	72
CAPINZAL	LACERDÓPOLIS	221	222	100%	56
RIO DO OESTE	LAURENTINO	566	143	25%	202
RIO DO SUL	LONTRAS	204	130	64%	601
TAIÓ	MIRIM DOCE	14	10	71%	8
FRAIBURGO	MONTE CARLO	164	34	21%	0
CRICIÚMA	NOVA VENEZA	30	28	93%	3
CAPINZAL	OURO	5	4	80%	109
ABELARDO LUZ	OURO VERDE	145	144	99%	246
SANTA ROSA DO SUL	PASSO DE TORRES	41	25	61%	927
BALNEÁRIO PIÇARRAS	PENHA	229	145	63%	266
ITUPORANGA	PETROLANDIA	5	1	20%	1.190
CAPINZAL	PIRATUBA	33	10	30%	65
CORREIA PINTO	PONTE ALTA	13	6	46%	32
TROMBUDO CENTRAL	POUSO REDONDO	107	61	57%	340
PRESIDENTE GETÚLIO	PRESIDENTE GETÚLIO	42	19	45%	0
RIO DO SUL	PRESIDENTE NEREU	57	32	56%	5



PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA
de Santa Catarina

CRICIÚMA	PRÓSPERA	159	22	14%	23
RIO DO OESTE	RIO DO OESTE	8	9	113%	55
TIMBÓ	RIO DOS CEDROS	19	13	68%	265
CRICIÚMA	RIO MAINA	333	18	5%	38
ANCHIETA	ROMELÂNDIA	74	42	57%	237
TAIÓ	SALETE	0	0	0%	0
CURITIBANOS	SÃO CRISTÓVÃO DO SUL	28	12	43%	78
TIJUCAS	TIJUCAS	1.070	940	88%	209
SANTA CECÍLIA	TIMBÓ GRANDE	283	52	18%	823
JOAÇABA	TREZE TILHAS	240	144	60%	57
CANOINHAS	TRÊS BARRAS	136	112	82%	207
ITUPORANGA	VIDAL RAMOS	66	29	44%	0
PREZIDENTE GETÚLIO	VITOR MEIRELES	0	0	0%	32
PREZIDENTE GETÚLIO	WITMARSUM	97	70	72%	294
JOAÇABA	ÁGUA DOCE	138	116	84%	108
CORONEL FREITAS	ÁGUAS FRIAS	257	91	35%	261
TOTAL		7.358	4.306	59%	25.166